

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

RAYANE LAYRA DE SOUZA

**OS TRABALHADORES RURAIS E O CULTIVO DE TABACO EM IÇARA DE 1990
- 2018**

CRICIÚMA

2021

RAYANE LAYRA DE SOUZA

**OS TRABALHADORES RURAIS E O CULTIVO DE TABACO EM IÇARA DE 1990
- 2018**

Dissertação a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. João Henrique Zanelatto
Coorientador: Dimas de Oliveira Estevam

CRICIÚMA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

S729t Souza, Rayane Layra de.

Os trabalhadores rurais e o cultivo de tabaco em Içara de 1990 - 2018 / Rayane Layra de Souza. - 2021.

131 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2021.

Orientação: João Henrique Zanelatto.

Coorientação: Dimas de Oliveira Estevam.

1. Tabaco - Cultivo - Içara (SC). 2. Agricultura familiar. 3. Trabalhadores rurais. 4. Relação de trabalho. 5. Fumicultura - Içara (SC). I. Título.

CDD 23. ed. 633.71098164

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101

Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC


Rayane Layra de Souza

**OS TRABALHADORES RURAIS E O CULTIVO DE TABACO
EM IÇARA DE 1990 - 2018**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 27 de abril de 2021.


BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. João Henrique Zanelatto
(Presidente e Orientador – UNESC)



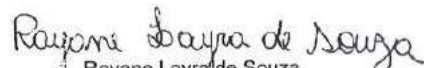
Documento assinado digitalmente
Adriano Luiz Duarte
Data: 17/06/2021 14:32:34 -0300
CPF: 050.451.088-67
Verifique as assinaturas em <https://v.a1fsc.com.br>

Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte
(Membro – UFSC)


Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam
(Coorientador - UNESC)



Profa. Dra. Giovana Ilka Jacinto Salvaro
(Membro – UNESC)


Rayane Layra de Souza
(Discente)


Prof. Dr. João Henrique Zanelatto
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Socioeconômico - UNESC

Dedico este trabalho para as mulheres pesquisadoras e a todos os agricultores e agricultoras familiares.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente aos meus pais Arlete Bloemer de Souza e Lino de Souza, que além de todo apoio financeiro e emocional, compartilharam comigo experiências e conhecimento sobre o campo e a agricultura familiar. Quero que saibam que me orgulho muito da trajetória de vocês. Eu nunca chegaria até essa etapa da minha vida sem a educação cheia de referências de generosidade, amor, justiça e liberdade, que vocês deram a mim e ao meu irmão. Tenho muito orgulho de ser filha de vocês. Agradeço também ao meu Irmão Reinaldo e minha cunhada Stefanie, pelo carinho e incentivo em todo esse processo.

Agradeço ao meu companheiro Pedro Henrique Ferraz Moraes, que esteve ao meu lado desde o início dessa jornada. Me ajudando nos momentos de desespero, me incentivando e sempre acreditando em mim. Obrigada pela compreensão com todo o estresse e por entender minhas ausências. Nunca vou poder agradecer o suficiente, te amo.

Sou muito grata pelo apoio e carinho da minha prima/imã Tuane Bloemer Naiz. Com todo o teu amor e preocupação, tornou-se a trajetória da escrita dessa dissertação muito mais leve.

As amigas Nany, Helen, Cintia, Jana e Lari, obrigada pelo companheirismo e por compreenderem os motivos por que não pude estar presente.

As companheiras de faculdade Ariel, Liziani, Marina, Renata e Cintia, agradeço pelo carinho e apoio em toda essa caminhada. Vocês me proporcionaram um porto seguro, onde as angústias e ansiedades puderam ser compartilhadas. Amo muito todas vocês.

Ao curso de história licenciatura da UNESC, que me proporcionou um espaço onde construí conhecimento, crescimento pessoal, grandes amizades e minha iniciação no mundo da educação e pesquisa.

Sou imensamente grata às instituições financiadoras da minha pesquisa, FAPESC/CAPES, que permitiram que eu desse continuidade a minha pesquisa com mais tranquilidade e maior dedicação.

Ao PPGDS por me oportunizar todo o aprendizado construído nesses dois anos. Sou grata por abrirem espaço para o desenvolvimento da minha pesquisa e para minha construção como pesquisadora.

Vou ser eternamente grata ao meu orientador João Henrique Zanelatto, que vem me acompanhar desde a minha primeira pesquisa, e que seguiu ao meu lado na caminhada de construção do meu TCC, ainda no Curso de História. Nunca vou poder lhe agradecer o suficiente por compartilhar tantos ensinamentos e por acreditar em mim como pesquisadora, obrigada professor.

Ao professor Dimas de Oliveira Estevam, meu coorientador nessa dissertação. Todos os ensinamentos compartilhados dentro das aulas e nas orientações foram cruciais para essa pesquisa. Agradeço também aos demais professores que tanto me ensinaram nessa caminhada.

Sou grata a todos os agricultores familiares de Içara, que mesmo em meio a uma pandemia, se colocaram à disposição para me ajudar, aceitando me receber em suas casas, dedicando seu tempo para me contar suas memórias.

Estendo os agradecimentos a todos que acabei não citando aqui, amigos/as, ou familiares que marcaram minhas vivências, que me acompanharam nessa jornada.

“A classe trabalhadora não nasceu como o sol,
numa hora marcada. Esteve presente em sua
própria criação”

Edward Palmer Thompson

RESUMO

Iniciamos destacando que o presente estudo foi realizado no contexto de pandemia Covid 19 com dimensão planetária, e especialmente o Brasil por conta da política negacionista do governo Bolsonaro. Essa pandemia ceifou milhares de vidas e impactou profundamente nas relações sociais, econômicas, no mundo do trabalho e também no desenvolvimento dessa pesquisa. Assim, a dissertação teve como objetivo analisar as diversas relações de trabalho, que permearam o processo do cultivo da fumicultura no município de Içara, entre as décadas de 1990 a 2018. Para o desenvolver da análise das alterações nessas relações de trabalho, nos fundamentando nos estudos desenvolvidos por E. P. Thompson, principalmente no conceito de Experiência. Buscamos entender, como o contexto familiar, a integração com as fumageiras, a contratação de mão de obra externa, entre outras relações de trabalho estão envolvidas no processo de desenvolvimento do cultivo de tabaco. Desse modo, destacamos a relevância do cultivo do tabaco na perspectiva socioeconômica para o município de Içara, abordamos o crescimento e a comercialização do tabaco no mercado interno e externo, contextualizando a expansão do tabaco em Içara e Santa Catarina. Analisamos o processo de instalação do sistema de plantio de tabaco no modelo integrado no município de Içara, e as relações dos produtores de tabaco com as empresas fumageiras, (proprietários/empresa fumageira, proprietário/agregado ou arrendatário e agregado ou arrendatário/trabalhador diarista). Buscamos compreender de que modo estavam organizados os movimentos dos trabalhadores rurais (Associações, Sindicatos...) produtores de tabaco em Içara, com ênfase nas experiências cotidianas dos agricultores rurais, no processo de desenvolvimento das atividades fumageira; (lazer, educação, saúde...).

Palavras chave: Agricultura Familiar, trabalhadores, experiência, fumicultura.

ABSTRACT

We begin by emphasizing that this study was carried out in the context of a Covid 19 pandemic with a global dimension, and especially in Brazil due to the denial policy of the Bolsonaro government. This pandemic claimed thousands of lives and had a profound impact on social and economic relations, in the world of work and also in the development of this research. The objective of this dissertation is to analyze the various work relationships that permeated the tobacco cultivation process in the municipality of Içara, between the years of 1990s and 2018. To develop the analysis of changes in these work relationships, we based ourselves on the studies developed by E. P. Thompson, mainly on the concept of Experience. We seek to understand how the family context, integration with tobacco companies, hiring external labor, among other work relationships are involved in the process of developing tobacco cultivation. Therefore, we highlight the tobacco cultivation in the socioeconomic perspective for the municipality of Içara, we approach the growth and sale of tobacco in the home and foreign market, contextualizing the expansion of tobacco in Içara and Santa Catarina. We analyze the process of installing the tobacco planting system in the integrated model in the municipality of Içara, and the relationships of tobacco producers with tobacco companies, (owners / tobacco companies, owner / household or tenant and household or tenant / day worker). We sought to understand the movements of rural workers (Associations, Syndicates...) tobacco producers in Içara, with emphasis on the daily experiences of rural farmers, in the process of developing tobacco activities; (leisure, education, health...).

Keywords: Family Farming, Workers, Experience, Tobacco Growin.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Mapa do município de Içara	18
Figura 2 - A porcentagem de fumantes adultos e as Ações de Controle do Tabagismo de 1989 a 2009;.....	46
Figura 3 - Cadeia produtiva do tabaco	58
Figura 4 - Piscinas onde as bandejas com as mudas são colocadas.	69
Figura 5 - Bandejas onde são semeadas as mudas de tabaco.....	70
Figura 6 - Mudas prontas para serem transportadas para a lavoura.....	70
Figura 7 - Agricultores de Içara colhendo tabaco.	71
Figura 8 - Parte exterior da estufa elétrica	75
Figura 9 - Fornalha da estufa elétrica.....	75
Figura 10 - Manilhas de tabaco	77
Figura 11 - Classificação das folhas de tabaco	78
Figura 12- Desenho feito por uma criança de 8 anos de Canoinhas.....	104
Figura 13- Desenho feito por uma criança de 8 anos de Canoinhas.....	104
Figura 14- EPI – Equipamento de Proteção Individual.....	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Produção dos principais municípios produtores de tabaco de Santa Catarina.....	21
Quadro 2 - Tabagismo na população acima de 18 anos no Brasil entre 1989 e 2013	46
Quadro 3 - Relação dos produtores de tabaco proprietários, arrendatários, parceiros em nível Nacional e Estadual.....	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produção de tabaco do município de Içara - SC, entre 1990 e 2018;	22
Gráfico 2 - Relação da produção dos países que mais produzem tabaco entre 1990 e 2000;	28
Gráfico 4 - Produção brasileira de tabaco em folha entre 1990 - 2000	30
Os estados de maior concentração de produção de tabaco na década de 1990 a 2000 foram os três estados da região sul do país (Gráfico 5). No ranking dos estados do Brasil o Rio Grande do Sul se manteve como o maior produtor, com sua maior alta na safra de 1992/1993, com 318.690 toneladas de tabaco; Santa Catarina sendo o segundo maior produtor, com a maior alta na produção na safra de 1992/1993, com 226.421 toneladas; o estado do Paraná na terceira posição, com a maior alta na produção na safra de 1996/1997, com 73.000 toneladas, e o estado do Alagoas na quarta posição, com sua maior alta na produção em 1993/1994, com 33.199 toneladas de tabaco.	30
Gráfico 5 – Relação dos estados que mais produzem tabaco no Brasil	31
Gráfico 6 - Produção de tabaco catarinense entre os anos de 1990 a 2000;.....	32
Gráfico 07 - Produção de tabaco da Microrregião de Criciúma entre os anos de 1990 a 2000;	32
Gráfico 8 - Relação da produção dos países que mais produzem tabaco no mundo, entre 2000 e 2010;	34
Gráfico 9 - Relação das exportações de tabaco brasileira entre os anos 2000 a 2010;	35
Gráfico 10- Produção brasileira de tabaco entre os anos de 2000 a 2010;.....	35
Gráfico 11- Relação dos estados que mais produzem tabaco no Brasil nos anos 2000 a 2010;	36
Gráfico 12 - Produção catarinense de tabaco entre os anos 2000 a 2010;.....	37
Gráfico 13 - Produção de tabaco da microrregião de Criciúma;.....	38
Gráfico 14 - Relação da produção dos países que mais produzem tabaco no mundo, entre 2000 e 2010;	39
Gráfico 15 - Exportação brasileira entre os anos de 2010 a 2017;.....	39
Gráfico 16 - Produção brasileira de tabaco entre os anos de 2010 a 2017;.....	40
Gráfico 17 - Relação dos estados que mais produzem tabaco no Brasil de 2010 a 2017;	41
Gráfico 18 - Produção catarinense de tabaco entre os anos 2010 e 2017;.....	42
Gráfico 19 - Produção de tabaco da Microrregião de Criciúma entre os anos de 2010 a 2017;	43

LISTA DE ABREVIações

AFUBRA - Associação dos Fumicultores do Brasil;
ALESC - Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina;
AMREC - Associação dos Municípios da Região Carbonífera;
ANAMT - Associação Nacional de Medicina de Trabalho;
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural;
CAIs - Complexos Agroindustriais;
CEB - Comunidades Eclesiais de Base;
CIPATR - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho Rural;
CLT- Consolidação das Leis Trabalhistas;
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura;
CPT - Comissão Pastoral da Terra;
CRB - Confederação Rural Brasileira
CUT - Central Única dos Trabalhadores;
DSST - Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho;
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina;
EPI – Equipamento de Proteção Individual.
FETAESC - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina;
FETRAF - Federação dos trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul;
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
INCA - Instituto Nacional do Câncer;
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDA - Ministério do Movimento Agrário;
MPT - Ministério Público do Trabalho;
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra;
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;
PRORURAL - Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
SIT - Secretaria de Inspeção do Trabalho;
SRF - Secretaria da Receita Federal;
SUS - Sistema Único de Saúde

UFFS - Universidade Federal Fronteira Sul;

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
2. ENTRE MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO TABACO E SUAS IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	17
2.1 IÇARA COMO MAIOR PRODUTOR DE TABACO NO SUL DE SANTA CATARINA	18
2.2 PRODUÇÃO E MERCADO DO TABACO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA – 1990-2018	25
2.2.1 Sínteses agropecuárias, a fumicultura durante os anos de 1990 a 2000.	27
2.2.2 Sínteses agropecuárias, a fumicultura durante os anos de 2000 a 2010.	33
2.2.3 Sínteses agropecuárias, a fumicultura durante os anos de 2010 a 2017.	38
2.3 ENCOLHIMENTO DO MERCADO INTERNO E A EXPANSÃO DO MERCADO EXTERNO	44
3. AS MÚLTIPLAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA PRODUÇÃO DE TABACO.	51
3.1 AS EMPRESAS FUMAGEIRAS E O SISTEMA INTEGRADO.	56
3.2 ETAPAS DA PRODUÇÃO DE TABACO.	67
3.3 AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO PROCESSO PRODUTIVO	83
3.3.1 Trabalhadores do fumo: agricultores proprietários, agregados e arrendatários.	85
3.3.2 Os proprietários de terra e os diaristas trabalhadores da produção de tabaco.	88
4. A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO, SAÚDE E O MOVIMENTO SINDICAL DA FUMICULTURA EM IÇARA - SC.	96
4.1 O TERMO “AJUDA” E O TRABALHO DE CRIANÇAS E MULHERES.	99
4.2 A SAÚDE DOS AGRICULTORES NA FUMICULTURA.	110
4.3 A INTENSIFICAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO TRABALHISTA SOBRE AS MODALIDADES DE TRABALHO NA FUMICULTURA.	115
4.4 ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES NA FUMICULTURA.	119
5. CONCLUSÃO	130
REFERÊNCIA	134
APÊNDICE(S)	145

APÊNDICE A - CÓPIA DO TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL.....	146
APÊNDICE B - ROTEIRO/QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO.....	147
ANEXO (S).....	149
ANEXO A – RECORTE JORNAL O ESTADO – EM 24 DE MARÇO DE 1993.....	150
ANEXO B - RECORTE DO JORNAL A N REGIONAL – 02 DE ABRIL DE 1993, PÁG. 01	152
ANEXO C – RECORTE DE JORNAL O ESTADO - 30 DE ABRIL DE 1993, PÁG. 06;	153
ANEXO D– RECORTE DO JORNAL O ESTADO – 04/05/1993 – PÁG. 07	154

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema central as relações de trabalho inseridas no processo de cultivo de tabaco dentro da agricultura familiar realizado no município de Içara - SC. Com esta pesquisa procuraremos compreender os trabalhadores rurais envolvidos no processo de produção do tabaco, analisando a experiência desses agricultores nos mais diversos espaços, como em sua relação com o trabalho, família e cultura.

A importância da Agricultura familiar no Brasil é inegável, essa categoria é uma grande responsável na garantia da segurança alimentar do país, além de incluir diversos estabelecimentos familiares que garantem a renda também e a moradia de diversas famílias. Na região sul do estado de Santa Catarina a agricultura familiar é o modelo predominante, e tem o propósito manter a reprodução familiar, ao garantir a obtenção de renda e a subsistência da família através do trabalho coletivo.

Segundo a Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, em seu art. 3º, considera-se agricultor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, que não detém, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais, que utiliza predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas da sua propriedade e que tem percentual mínimo da renda familiar vinda de atividades econômicas desenvolvidas fora de sua propriedade familiar. De acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2017), no Brasil cerca de 3.897.408 dos estabelecimentos agropecuários levantados pelo censo de 2017, foram classificados como sendo da agricultura familiar, respondendo por 77% dos estabelecimentos, ocupando área de 80,9 milhões de hectares.

Para conseguir se desenvolver na sociedade atual a agricultura familiar é condicionada a se adaptar a estrutura social e econômica posta nas sociedades, ocasionando modificações no seu processo produtivo e no seu meio social. Ainda que essas mudanças sejam importantes na vivência da agricultura familiar, elas não produzem uma ruptura definitiva com a tradição camponesa. (WANDERLEY, 1996).

Antes da introdução da produção do tabaco na região do Extremo Sul de Santa Catarina, as pequenas propriedades se dedicavam a produzir somente gêneros alimentícios. Mesmo assim, o modelo integrado de produção de tabaco foi tomando muito espaço dentro das pequenas propriedades, se encaixando muito bem na agricultura familiar, por ter viabilidade econômica em pequenas áreas de terra.

Todavia, ao se inserir na produção de tabaco, os agricultores familiares passam a se encaixar em um mercado direcionado e estruturado, já que sua produção não tem outra saída além da venda para as fumageiras.

De acordo com Silva, Schütz e Souza (2011), a produção de tabaco é promovida no Brasil desde meados do século XVII, porém, atingiu notável crescimento durante o século XX, visto que após a 2ª Guerra Mundial ampliou-se largamente o hábito do consumo de tabaco, oportunizando o crescimento do setor no Brasil, bem como no restante do mundo. No País, a produção concentra-se principalmente nas regiões Nordeste e Sul.

Segundo Reis (2017), os agricultores familiares que trabalham no processo de produção do tabaco se submetem a cargas de trabalho que podem causar adoecimento. Esses trabalhadores realizam movimentos repetitivos que necessitam de posturas forçadas durante longos períodos, além de estarem suscetíveis a doenças provocadas pela exposição solar prolongada e às intoxicações ocasionadas pela contaminação com agrotóxicos.

O trabalho dos agricultores na produção do tabaco é dividido em diversas etapas. A primeira etapa se caracteriza pelo plantio da muda do tabaco, onde o trabalho é considerado mais “leve”, o que oportuniza a utilização do trabalho infantil. (ROSA, 2014). O uso da mão de obra dos filhos é muito comum nas propriedades rurais, desde muito cedo as crianças são inseridas na lavoura e nos afazeres que permeiam o cultivo. No caso da produção de tabaco não é diferente, já que este cultivo necessita de muita mão de obra. Por mais que haja uma cobrança maior nos últimos anos sobre o uso do trabalho de crianças no cultivo de tabaco, muitos agricultores continuam a utilizar a mão de obra dos filhos, isso afeta, não só a saúde dessas crianças, prejudicando o desempenho escolar e ocasionando até o abandono da escola.

Já na segunda etapa ocorre a manutenção e o cuidado das plantas. Na terceira etapa inicia-se o processo de colheita do tabaco, é o momento em que se faz necessário o maior emprego de mão de obra, pois o trabalho é considerado mais “pesado”, devido às condições em que é realizado, bem como é nesse momento que ocorre a maioria das “trocas de dias” e contratações de trabalhadores diaristas. (ROSA, 2014)

De acordo com Rosa (2014), na última fase, após o tabaco colhido e seco, inicia-se o processo de separação e seleção das folhas do tabaco, para

posteriormente vendê-la para as empresas fumageiras. Porém, segundo a autora, em decorrência do êxodo rural e outras problemáticas que surgem na vivência desses agricultores, a mão de obra para o desenvolvimento do processo de cultivo do tabaco tem se tornado cada vez mais escassa, aumentando a procura por diferentes formas de trabalho.

O cultivo de tabaco tem sido uma das atividades escolhidas por diversos agricultores da região do Extremo Sul de Santa Catarina nos últimos 40 anos, tornando-o um dos carros-chefes na economia de muitos dos municípios da região. Situação que não foi diferente no município de Içara, a produção do tabaco no município a partir da década de 1970, introduziu e vem introduzindo novas relações de trabalho dentro da agricultura familiar. Dessa forma, a questão norteadora da dissertação é: de que maneira o contexto familiar, a integração com as fumageiras, a contratação de mão de obra externa, entre outras relações de trabalho estão envolvidas no processo de desenvolvimento do cultivo de tabaco, entre os anos 1990 a 2018, em Içara?

Assim, o objetivo central da pesquisa é compreender essas diversas relações de trabalho: proprietários/empresa fumageiras; proprietário/agregado, arrendatário, diarista; agregado, arrendatário/trabalhador diarista, que se processaram no cultivo de tabaco no município de Içara. Estabelecemos também os seguintes objetivos específicos: A) Contextualizar o processo de crescimento/comercialização da produção de tabaco do município de Içara; B) analisar o processo de instalação do sistema de plantio de tabaco dentro do modelo integrado no município de Içara; C) destacar as experiências cotidianas dos agricultores(as) no desenvolvimento das atividades fumageiras; D) identificar as estratégias e táticas de resistência dos produtores/trabalhadores(as) do tabaco; E) perceber como os Sindicatos rurais atuavam na defesa dos trabalhadores(as) do tabaco, e como esses agricultores estavam organizados.

De acordo com Silva M. M. (1999), seguindo o padrão da grande maioria dos municípios catarinenses, Içara tem sua estrutura fundiária dividida basicamente em pequenas propriedades, sendo a produção do tabaco uma das culturas mais adotadas dentro dessas pequenas propriedades. De acordo com Bonato (2013), em 2010, Içara era o maior produtor de tabaco dentre os municípios da região sul, com uma produção de 7.040 toneladas/ano, seguido por Orleans, que produziu em torno de 3.940 toneladas, e Grão-Pará, com 3.350 toneladas.

A introdução da cultura do tabaco ocasionou diversas mudanças nas cidades da região sul, afetando os agricultores familiares e na maioria dos casos a economia dos municípios. Todavia mesmo com a produção de tabaco consolidada na região nas últimas décadas, é possível observar várias mudanças no processo produtivo de tabaco, além instabilidade na própria produção. Esse processo vem afetando o ambiente rural, e a agricultura familiar do município. E, por conseguinte afetando as relações de trabalho desses agricultores produtores de tabaco.

O interesse pelo desenvolvimento da fumicultura no município de Içara, veio da própria vivência dessa pesquisadora. Como sou filha de agricultores do município de Rio Fortuna, trabalhei por alguns anos no processo de produção de tabaco na propriedade dos pais. Ao conhecer a importância do cultivo de tabaco no município de Içara, vários questionamentos sobre a continuidade produção foram surgindo.

Outro fator decisivo na construção dessa pesquisa se deu pela a experiência desta pesquisadora na participação no Projeto Juventude Semeando Terra Solidária, desenvolvido pela FETRAF-SUL/CUT - Federação dos trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul em parceria com a UFFS - Universidade Federal Fronteira Sul e o MDA - Ministério do Movimento Agrário, entre os anos de 2013 a 2015. Que possibilitou uma aproximação com os estudos sobre agricultura e o meio rural, já que o curso tinha como objetivo possibilitar um espaço de formação e organização da juventude da agricultura familiar, valorizando o espaço rural, possibilitando a permanência do jovem no campo por meio do desenvolvimento de projetos voltados para o melhoramento da educação, qualidade de vida e da renda desses agricultores.

Durante a graduação em história na UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense, esta pesquisadora iniciou estudos na história do trabalho, por meio do Programa de Iniciação Científica (PIC) entre os anos de 2017 a 2019, com um estudo voltado para os trabalhadores da Segunda República (1930 -1945). Após a graduação surgiu então a oportunidade de ingressar no mestrado, oportunizando uma nova pesquisa, onde seria possível englobar as duas áreas, podendo assim desenvolver um estudo de análise das relações de trabalho dentro do meio rural.

No processo de pesquisa sobre tema pesquisado, podemos perceber que o cultivo do tabaco desperta muito interesse em diversas áreas do conhecimento, podemos encontrar pesquisas tratando desta temática dentro das áreas da saúde,

administração, economia, história, agronomia e outras. São diversos pontos abordadas, como o sistema integrado utilizado pela ampla maioria dos produtores de tabaco; os impactos na saúde dos agricultores com uso dos agrotóxicos (veneno) nas lavouras de tabaco; estratégias de diversificação de produção em áreas produtoras de tabaco; os impactos econômicos produzidos pela produção e comercialização do produto, as relações de trabalho produzidas dentro desse cultivo, entre outros.

Em sua dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, Silva D. (2019) trata dos efeitos socioeconômicos e ambientais provocados pela produção de tabaco no Povoado Colônia Treze em Lagarto/SE. Analisando a sustentabilidade das propriedades agrícolas produtoras de tabaco, o estudo faz uma discussão sobre agricultura familiar e sua configuração no desenvolvimento brasileiro, focando nas formas de sustentabilidade na produção agrícola no meio rural e principalmente em áreas produtoras.

Nascimento (2012), em sua dissertação apresentada à Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, faz uma análise a respeito dos efeitos das políticas antitabagistas no mercado brasileiro de cigarros. Segundo o autor, as medidas antitabagistas pensadas para diminuir a oferta e a demanda de cigarros atingiram principalmente os setores de publicidade e preço. A implantação de políticas para a redução do consumo, produção e vendas de tabaco afetou a saúde pública, mas também criou preocupações de ordem social e econômica, pois em muitos países o tabaco é a principal atividade agrícola, além de gerar diversos empregos.

Nos estudos desenvolvidos em sua dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Vicini (2019) analisou as contradições que envolvem a produção de tabaco no oeste do estado do Paraná, problematizando a utilização das relações de trabalho dos agricultores, dentro do modelo integrado de produção de tabaco. Segundo a autora, este modelo provoca a subordinação da renda e da terra dos agricultores, utilizar das relações de trabalho não capitalistas, como a agricultura familiar, para que não precisem realizar investimentos para produção do tabaco. Cria-se uma estrutura onde o agricultor fica ligado à empresa fumageira, ele não tem vínculo empregatício com a empresa, tem apenas um contrato para garantir a venda da produção.

No desenvolvimento de sua pesquisa para o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Meyer (1993) fez um estudo sobre a estrutura e mecanismo de funcionamento dos sistemas de integração, ligados à produção de tabaco, tendo como foco a região de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul. O autor analisou as relações entre empresas fumageiras e agricultores, focando nos efeitos da presença da agroindústria na produção e nas relações sociais no meio rural. Segundo o autor, o agricultor vinculado ao sistema integrado perde a autonomia de comerciante da sua produção, o modelo agroindustrial em que ele está inserido delimita o processo de comercialização a uma troca da matéria-prima entre o produtor e a agroindústria, delimitando-o como um trabalhador remunerado por tarefa, passando a receber pelo volume de matéria-prima que produzir para a empresa.

Em sua dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, analisa as condições de trabalho, saúde e segurança dos fumicultores da região do Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul. A autora buscou mapear e caracterizar o desenvolvimento da produção fumageira, identificando os principais problemas de saúde relacionados às condições de trabalho. Segundo a autora, para a produção de tabaco alcançar os números desejados exige-se do agricultor(a) diversas etapas de trabalho, muitas delas necessitam de excesso de esforço físico, exposição a situações climáticas desfavoráveis à saúde (como realizar colheitas na chuva e ficar exposto ao calor produzido pelas estufas que secam as folhas de tabaco), além do uso de agrotóxicos. A autora cita diversas doenças, que podem vir a ser causadas pelas condições de trabalho na lavoura de tabaco, como doenças respiratórias, perda auditiva, doenças infecciosas e parasitárias, intoxicação por produtos químicos, câncer, doenças de pele e sobrecarga mental, entre outros problemas.

A pesquisa desenvolvida por Fernandez (2010) em sua dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural pela Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul analisou os aspectos socioeconômicos da fumicultura na agricultura familiar da região de Sobradinho, Rio Grande do Sul. Ele identificou os aspectos que contribuem para os agricultores continuarem na fumicultura. Segundo o autor, a produção de tabaco no sul do Brasil é um importante gerador de renda, que é fortalecida pela ação das agroindústrias fumageiras e pelo sistema integrado de produção. Ressalta a

dependência econômica dos agricultores dessa região ao cultivo do produto, já que boa parte dos agricultores produz somente o tabaco.

Em seus estudos desenvolvido para no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Maria, Conti (2016) trata das vivências dos agricultores familiares camponeses que estão em processo de transição de produção no município de Agudo, Rio Grande do Sul. Analisou as estratégias dos agricultores, sua vivência na produção e como se relacionam no âmbito social. Segundo a autora, a transição para o modelo agroecológico ocorre principalmente em propriedades e famílias ligadas à produção de tabaco, devido à dificuldade no trabalho cultivando o produto, que trouxe complicações e danos para diversas dessas famílias, como o adoecimento e o endividamento.

Hartwig (2016), em sua tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, analisa as relações de exploração do trabalho dentro do sistema integrado de produção adotado pelas indústrias de tabaco no município de Camaquã, no Rio Grande do Sul. Levando em conta a vivência dos agricultores familiares produtores de tabaco, a autora buscou dar visibilidade às relações de exploração nos contratos de compra e venda do produto, entre os trabalhadores e as fumageiras. Segundo a pesquisadora, o sistema integrado de produção se caracteriza por meio da organização da produção do tabaco, reduzindo os custos e garantindo a produtividade das fumageiras, mas ao mesmo tempo precariza as condições de trabalho e vida dos agricultores integrados.

Paulilo (1990) dedica um capítulo de seu livro “Produtor e Agroindústria: consensos e dissensos, o caso de Santa Catarina” para analisar o cultivo integrado de tabaco no sul do estado. A autora trata da organização do trabalho no sistema integrado e as etapas do cultivo, além de trazer por meio de entrevistas a maneira como o agricultor vê a si mesmo dentro da relação com a fumageira. Os estudos desenvolvidos pela autora sobre o sistema integrado de produção são referência na área.

No decorrer de sua pesquisa para a construção da dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba, Cabral (1997) trata da produção de tabaco no âmbito mais regional, ele analisa as relações de integração e remuneração dos fumicultores no município de Sombrio-SC. Segundo o autor, a produção da agricultura familiar dentro do modelo integrado torna-

se um subsetor fornecedor da produção primária de tabaco, integrando-se de forma vertical aos complexos agroindustriais.

No caso de Sombrio, como a maioria dos municípios do estado, a produção é realizada por agricultores familiares em pequenas propriedades. A variedade cultivada na região é a do tipo Virgínia, os fumicultores geralmente fazem apenas um cultivo anual, o popularmente chamado tabaco amarelinho, cultivado no inverno, raramente é encontrado na região. O autor faz um levantamento das fases de desenvolvimento da cultura do tabaco em Sombrio, como a produção de mudas, preparo do solo, plantio de tabaco, colheita e secagem do tabaco e a classificação e escolha da folha.

Darélla (2001) analisa em sua dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina o processo de utilização de agrotóxicos pelos agricultores nos cultivos de arroz, banana e tabaco, na sub-bacia do Córrego Garuva, em Sombrio, Santa Catarina. O autor discute como os agrotóxicos são utilizados em cada etapa do cultivo do tabaco, ressalta que a grande maioria dos agricultores não seguem as instruções de uso dos agrotóxicos, aumentando as dosagens com o intuito de garantir a eficácia, e muitos deles não utilizam os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), expondo-se às toxinas ainda mais. Segundo o autor, mesmo sendo necessário para a produção do tabaco, o uso dos agrotóxicos proporciona consequências à saúde humana, animal e ao meio ambiente, poluindo o ar, a água e o solo.

O estudo desenvolvido por Uba (2012) em sua Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural do Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria analisa o processo de implantação da diversificação de produção em Monte Castelo, Santa Catarina, onde o cultivo do tabaco é uma das lavouras mais comuns. O autor discute os diversos discursos e estratégias nas medidas feitas pelo Governo Federal incentivando o processo de diversificação produtiva em áreas de cultivo de tabaco e como essas medidas afetam a produção e os agricultores.

Em sua tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Conde (2012) analisa a exploração do trabalho infantil na fumicultura catarinense. A autora desenvolveu um estudo em três municípios catarinenses, Imbuia, Canoinhas e São Bonifácio, coletando dados sobre o dia a dia de 1080 crianças de 9 a 17 anos. A autora analisa os reflexos do trabalho

infantil na escolarização das crianças que trabalham nas lavouras, identificando os problemas referentes à relação entre a escola e o trabalho infantil. Problematicizou como a ideia de “ajuda” é uma fonte de exploração do trabalho no campo.

Em seu Trabalho de Conclusão de Curso em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense, Rosa (2014) analisa as diversas relações de trabalho existentes no cultivo de tabaco na cidade de São João do Sul/SC, entre as décadas de 1960 e 1990, identificando o processo de exploração dos agricultores no cultivo do tabaco e como estão envolvidos nesses processos as crianças e adolescentes. A autora ressalta as diversas etapas e processos que o cultivo do tabaco necessita para a produção, criando diversas relações de trabalho em seu decorrer, pois demanda muita mão de obra. E é na família que a maioria desses agricultores vai buscar essa mão de obra. Com o processo de êxodo rural e pela demanda de trabalho exaustivo no plantio de tabaco outras configurações de trabalho surgem nesse meio, como os arrendatários e diaristas.

Nossa pesquisa como todas as citadas acima, trata da produção do tabaco, porém, nosso foco é discutir principalmente as muitas relações que passam a ser inseridas por esse cultivo dentro da agricultura familiar. Evidenciando a experiência desses agricultores dentro dessas relações, que são muito diversas e que permeiam o trabalho, a família, a saúde, a renda, a sociedade entre outras estâncias.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, a perspectiva teórica escolhida foi a história social do trabalho, buscando nos fundamentar nas discussões produzidas por E. P. Thompson, em especial nos conceitos de classe, luta de classe e experiência, discutidos principalmente nas obras *A formação da classe operária inglesa v1,v2.v3 de 1987*, e *A Miséria da Teoria de 1981*. Para discutir o conceito de agricultura familiar utilizamos os estudos produzidos por Maria de Nazareth Baudel Wanderley nas obras *O Camponês: um trabalhador para o capital de 1985* e *Raízes históricas do campesinato brasileiro de 1996*.

Para tratar das relações entre produtores e as agroindústrias dentro do modelo integrado, buscamos bases nas obras de Maria Ignez Paulilo, principalmente em seu livro *Produtor e Agroindústria: consensos e dissensos, o caso de Santa Catarina de 1990*. Quanto às reflexões em torno da história oral, utilizaremos o livro *Usos e abusos da História Oral de 2006*, escrito por Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira.

Thompson (1987) v1, discorda da ideia de classe como “coisa”, ele a define como uma construção social, como um fenômeno histórico dentro de um processo ativo. A classe não surge simplesmente, ela se constitui, se faz, no seu próprio processo de formação. São vários os acontecimentos que agem sobre o seu fazer-se, o autor não vê a classe como uma categoria ou estrutura, mas algo que ocorre nas relações humanas e que está em constante movimento.

O autor criou o conceito de “Experiência” para melhor analisar a classe trabalhadora fazendo um contraponto à visão de Althusser, que assim como outros teóricos trazem o modo de produção sobressaindo à formação social. Segundo Martins (2006), mesmo que a perspectiva teórica de Thompson e seu método tenham sido amplamente discutidos em suas outras obras, é apenas em *A miséria da teoria* que a compreensão teórico-metodológica do autor pode ser encontrada de forma mais sintetizada, pois apresenta questões referentes ao conhecimento histórico e até mesmo sociológico.

Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) com instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores religiosos ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas (THOMPSON, 1981, p. 189).

Segundo Martins (2006), ao considerar o princípio da totalidade e historicidade de todo fenômeno social, Thompson passa a compreender que um processo histórico é procurar, por meio das evidências históricas, apreender como os sujeitos agem e pensam dentro de determinadas situações, buscando compreender o diálogo existente entre ser social e consciência social e criticando o determinismo presente nas tendências ortodoxas do marxismo.

O conceito de experiência deve ser visto dentro das relações de trabalho em que esses agricultores estão inseridos. Eles são sujeitos ativos dentro de uma estrutura, não são meros mecanismos ou engrenagens dessa estrutura. Seu cotidiano, seus relacionamentos, a própria produção, não são apenas resultados do modelo de produção e do sistema em que estão inseridos, diversas singularidades influenciam nessas relações.

Procurando compreender o processo de produção dentro da agricultura familiar utilizamos os estudos produzidos por Maria de Nazareth Baudel Wanderley. A autora trabalha com diversos conceitos como agricultura familiar, agricultura camponesa, agricultura de subsistência e pequena agricultura.

Ao analisar o conceito de agricultura familiar, Wanderley (1996) entende que o agricultor familiar, quando dono da terra onde trabalha, passa a ser ao mesmo tempo proprietário do meio de produção e a mão de obra para o trabalho produtivo. Coloca essa categoria dentro de uma estrutura produtiva que associa a família à produção e o trabalho, criando diversas singularidades no processo produtivo. Nesse contexto surgem diversas relações, que podem dar espaço para a precarização do trabalho, pois é no auto exploração da mão de obra que o agricultor e a família irão gerar a sua renda.

Ao discutir as formas da agricultura familiar moderna, Wanderley (1996) sugere que está presente na sociedade moderna, tem o desafio de se adaptar a mudanças no âmbito social e econômico, enfrentando modificações importantes na sua produção e conseqüentemente no seu cotidiano e suas relações. Wanderley (1985) discute diversos questionamentos ao entorno da agricultura, como a autonomia e subordinação desses trabalhadores, a posse da terra e o processo de modernização da agricultura.

Para compreender as relações entre produtores e as agroindústrias dentro do modelo integrado, buscamos bases nas obras de Maria Ignez Paulilo, no livro *Produtor e Agroindústria: consensos e dissensos, o caso de Santa Catarina* (1990). A autora faz uma introdução do cultivo do tabaco na região, tratando da organização do trabalho, dos rendimentos e do relacionamento com as empresas integradoras.

De acordo com Paulilo (1990), a empresa Souza Cruz, mediante um processo de modernização da agricultura, foi uma das principais multinacionais fumageiras responsáveis por instalar o modelo de produção de tabaco integrado na região Sul. Com esse mesmo processo chegou a controlar mais de 80% do mercado interno. Nas propriedades da região sul a implementação do cultivo de tabaco integrado aparece como uma proposta para a substituição da produção de mandioca.

A implementação desse novo modelo alterou drasticamente o modo de produção desses agricultores, modificando todas suas relações sociais, familiares e de trabalho. Com a instalação do modelo integrado a partir dos anos 50, deixava-se de fazer um produto alimentício que tinha também finalidade de subsistência familiar,

passando para uma cultura que além de não servir como alimento também estava inserida em um sistema diferente de venda e de pagamento. A autora define o modelo integrado como:

Uma forma de articulação vertical entre empresas agroindustriais e pequenos produtores agrícolas, em que o processo de produção é organizado industrialmente, ou o mais próximo possível desse modelo, com aplicação maciça de tecnologia e capital. São produtores integrados aqueles que, recebendo insumos e orientação técnica de uma empresa agroindustrial, produzem matéria-prima exclusivamente para ela. Para atingir os níveis de produção e de qualidade exigidos pela empresa, o integrado submete-se à homogeneização das condições técnicas que lhe são impostas pela fumageira, estabelecendo-se entre ambos uma relação de poder assimétrica (PAULILO, 1990, p. 19).

No que compete aos estudos sobre a história oral, serão utilizadas as reflexões produzidas por Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, que oferece uma ampla quantidade de dados para uma significativa reflexão teórica e metodológica sobre a utilização e produção desta. “Fazer História Oral significa, portanto, produzir conhecimento histórico, científico e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e experiência dos outros” (AMADO; FERREIRA, 2006, p. 17).

Atualmente, a história oral é uma metodologia claramente multidisciplinar, praticada por historiadores, antropólogos, sociólogos, folcloristas, cientistas políticos, educadores e psicólogos, entre outros. Ela se presta a interesses acadêmicos, pedagógicos, arquivísticos e terapêuticos. Há diversas correntes e modos de abordagem e possibilidades diferenciadas de objetos de estudo. No Brasil e no mundo, os praticantes da história oral se encontram em congressos periódicos, publicam artigos em revistas especializadas e reúnem-se em torno de associações (ALBERTI, 2000, p. 02).

Amado e Ferreira (2006) buscam aprofundar as reflexões acerca das seguintes questões: relação história e memória, principais conceitos e estilo de investigação, inter-relações entre a história oral e história do tempo presente, tipos de entrevistas e outras, enfatizando a importância de se dedicar ao trabalho de recolhimento de um depoimento. É essencial selecionar muito bem a testemunha, o lugar onde a entrevista vai acontecer e principalmente o roteiro. Esse processo é de significativa importância para o bom desenvolvimento da entrevista, sendo assim o pesquisador deve tomar alguns cuidados, como a limitação do tempo da entrevista e evitar perguntas que possam confundir a testemunha.

Com o intuito compreender de forma mais significativa as relações de trabalho que permeiam a fumicultura. Este estudo buscou identificar as estratégias e

táticas de resistência, evidenciadas nas experiências cotidianas dos agricultores no desenvolvimento desta atividade fumageira. Desse modo dispoño como metodologia a história oral, realizamos entrevistas com trabalhadores rurais, que foram selecionados por meio de indicações feitas pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Içara e pela EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. Entrevistamos sete agricultores(as), sendo 3 mulheres e 4 homens nas comunidades de Vila São José, Esperança, Coqueiros, Linha Santa Cruz e Rio Acima, com idades entre 28 a 52 anos, que estão/estavam envolvidos no processo de produção de tabaco no período estudado. Atendendo a pedido dos agricultores decidimos não expor nessa dissertação os nomes dos entrevistados. Também entrevistamos o Presidente do Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Içara, Hercílio Jair Antônio de 67 anos e o engenheiro agrônomo Luiz Henrique Coam de 39 anos.

Além dos depoimentos, foram utilizadas fotos, jornais que estão disponíveis no acervo CEDIP (Centro de Estudos, Documentação e Informação Popular de Criciúma) localizado no CEDOC, Centro de Memória e Documentação da UNESCO que continham as informações sobre a organização dos trabalhadores(as) produtores de tabaco de Içara, em que se pode identificar, mobilizações e atos dos produtores(as) de tabaco. Analisando as ações dos agricultores e dos representantes sindicais nas negociações com as fumageiras e nas suas relações familiares e de trabalho.

E por fim, para tentar compreender como ocorreu o processo de instalação do modelo integrado de cultivo de tabaco e a importância desse cultivo para o desenvolvimento socioeconômico do município, serão analisados ainda os dados oferecidos pela AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), CEP/EPAGRI (Centro de Socio economia e Planejamento Agrícola/Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural) e MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário).

No primeiro capítulo discutimos o crescimento e a comercialização do tabaco no mercado interno e externo, contextualizando a expansão do tabaco em Içara e Santa Catarina, analisando o impacto do encolhimento do mercado interno, a expansão do mercado externo na produção de tabaco do município e por fim o papel de Içara como o principal produtor no sul catarinense.

No segundo capítulo abordamos o modelo integrado de produção de tabaco e suas múltiplas relações de trabalho, tratando das empresas fumageiras e o

sistema integrado e suas relações no processo produtivo, como a relação entre proprietários e empresas fumageiras, proprietário e agregado ou arrendatário e entre agregado ou arrendatário com o trabalhador diaristas. Discutindo assim a experiência dos produtores/trabalhadores(as) de tabaco.

O terceiro capítulo tratamos do modelo integrado e suas precárias condições de trabalho (saúde, contato com agrotóxico, trabalho infantil afetando a frequência escolar...), bem como analisamos as estratégias e táticas de resistência perante a exploração das empresas fumageiras e a relação dos trabalhadores(as) produtores de tabaco com o Sindicato Rural.

2. ENTRE MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO TABACO E SUAS IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

O tabaco é uma planta nativa da América, utilizado por etnias indígenas principalmente para uso medicinal e rituais religiosos. Especificamente no Brasil era comum entre os tupis-guaranis, chegando a ser cultivados por grupos que ficavam no litoral (NARDI, 1987). Com o processo de colonização da América, o tabaco passou a ser conhecido pelos europeus, primeiramente os portugueses conseguiam o tabaco por meio do escambo com os indígenas.

As primeiras lavouras de tabaco foram produzidas para consumo próprio, posteriormente com o intuito de chegar ao mercado europeu surgiram lavouras no litoral entre Salvador e Recife, e em Cachoeira na Bahia, sendo cultivado em pequenas áreas. Na Europa primeiramente foi cultivado por curiosidade, e posteriormente para o consumo e com fins medicinais (DESER, 2003).

De acordo com Silva, Schütz e Souza (2011), a produção de tabaco atingiu notável crescimento durante o século XX, visto que após a 2ª Guerra Mundial ampliou-se largamente o hábito do consumo de tabaco, oportunizando o crescimento do setor no Brasil, bem como no restante do mundo. Concentrando principalmente sua produção de tabaco na região Nordeste e Sul, na década de 1980 o Brasil tornou-se um dos maiores produtores mundiais, devido a uma série de investimentos estrangeiros, em meio a um processo de aquisição de empresas em dificuldades (SILVA; SCHÜTZ; SOUZA, 2011). De 1900 a 1930 o cultivo do tabaco se espalhou por diversos estados brasileiros, como Goiás, Minas Gerais, São Paulo e pelos estados do Sul (DESER, 2003).

Segundo os estudos de Paulilo (1990), o tabaco em Santa Catarina primeiramente surgiu por meio da produção do tabaco de corda, em quantidades pequenas e comercializadas por pequenas fábricas artesanais, onde a produção era destinada para o consumo próprio e para o pequeno comércio. No sul catarinense podiam ser encontradas plantações e fábricas de tabaco em corda na região de Nova Veneza.

Os agricultores do estado de Santa Catarina e a produção de tabaco passaram por uma mudança de estrutura durante a metade do século XX. O modelo integrado vai ganhar espaço, conjuntamente com o processo de modernização do campo, alterando de forma significativa a vida e o trabalho desses agricultores.

2.1 IÇARA COMO MAIOR PRODUTOR DE TABACO NO SUL DE SANTA CATARINA

Içara é um município do estado de Santa Catarina, localizado no litoral Sul (Figura 1). Segundo o IBGE (2020), estima-se que 57.247 pessoas residam no município atualmente. Segundo a Prefeitura Municipal (2020), ocupa uma área correspondente a 229 km² e faz divisa com os municípios de Araranguá, Criciúma, Morro da Fumaça, Sangão e Jaguaruna. Içara está localizada na Microrregião da Região Carbonífera e pertence à AMREC (Associação dos Municípios da Região Carbonífera).

Figura 1 Mapa do município de Içara



Fonte: <https://guascatur.blogspot.com/2014/01/icara-santa-catarina.html>

De acordo com Debiasi (s.d) a região que hoje compreendemos como o município de Içara foi primeiramente a denominação de distrito de São Sebastião, pelo Decreto estadual nº 334, de 08-03-1933, pertencendo a Criciúma (atual Criciúma). Posteriormente com o Decreto lei-estadual nº 238 de 01/12/1938 passou a se chamar distrito de Aliatar. Apenas pelo Decreto-lei Estadual n.º 941, de 31/12/1943, é que o distrito de Aliatar passou se chamar de Içara¹.

¹ Segundo a Prefeitura de Içara (2020), o nome do município foi escolhido em função da “Içaroba”, um tipo de palmeira com nome indígena muito comum na região.

Segundo IBGE (2017), em 1961 o Distrito de Içara foi elevado à categoria de município, por meio da Lei Estadual nº 796, de 20/12/1961, separando-se do município de Criciúma. Em 15/07/1999 o município teve seu território dividido em dois distritos, Balneário Rincão e Içara, e posteriormente em 2003 o distrito de Balneário Rincão foi desanexado do território de Içara.

A ocupação do território de Içara aconteceu muito antes da chegada dos imigrantes europeus. Segundo Fernandes (s.d.), o povo Sambaqui ocupou inicialmente parte desse território, posteriormente foi ocupado pelos Carijós e por fim vieram os imigrantes. Primeiramente foi registrada a presença dos imigrantes luso-açorianos e africanos por volta de 1770, e na sequência vieram os povos de origem alemã, polonesa e italiana no início do século XX.

Os primeiros núcleos coloniais na região que hoje compreende o município de Içara ficavam nas atuais comunidades de Urussanga Velha e Lagoa dos Esteves, habitadas por imigrantes portugueses. Perante a construção da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, em 18 de janeiro de 1919, no Km 47 é instalada uma estação de trem, criando aos poucos um povoado, primeiramente chamado pelos operários de Km 47 e posteriormente denominado de Içararas ou Içaroba, e tornando-se um ponto importante para a região carbonífera, tendo o carvão e a agricultura como seus principais impulsionadores econômicos (DEBIASI, s.d.).

De acordo com Silva M. M. (1999), seguindo o padrão da grande maioria dos municípios catarinenses, Içara tem sua estrutura fundiária dividida basicamente em pequenas propriedades. Segundo EPAGRI (2019), 66% das propriedades rurais de Içara têm área inferior a dez hectares. Anteriormente ao tabaco a produção de mandioca era o principal cultivo na região, por ser um cultivo que poderia ser destinado tanto para venda quanto para a alimentação. Além desse cultivo os agricultores mantinham sua produção voltada para subsistência, produzindo feijão, milho, batata e verduras em geral. Como a produção de tabaco não exige grandes extensões de terra, o seu cultivo passou a ser viável na região.

No município de Içara, primeiramente a produção de tabaco causou insegurança nos agricultores, pois esse tipo de lavoura não era conhecido na região, não servia de alimento e ocupava espaço de outros cultivos comuns para os agricultores. Porém, como o solo da região na época estava muito desgastado, o tabaco passou a ser visto como uma alternativa para a fertilização, possibilitando a rotação de outros cultivos, já que o tempo de safra do tabaco era de apenas seis

meses. Com a implementação das lavouras de tabaco, os agricultores passaram a ver certas vantagens na produção, sua venda era praticamente garantida pelas integradoras e o valor do produto também era mais estável (SILVA, M.M. 1999).

A imagem construída no entorno da produção de tabaco foi pouco a pouco ganhando a aprovação dos agricultores, pois estes, que anteriormente não tinham perspectiva de melhoria na propriedade, se deslumbram com as possibilidades oferecidas pelas integradoras. A oferta dos financiamentos para a construção das estufas, a garantia da venda da produção, o pagamento anual, mas com um montante muito acima daquilo que estavam acostumados a receberem com as demais safras, fez com que a grande maioria dos agricultores da região Sul fosse aos poucos se tornando fumicultores integrados.

Atualmente, segundo a Prefeitura Municipal de Içara (s/d), a cidade é a maior produtora de mel de Santa Catarina, e se dedica à fumicultura, comércio, indústria e turismo². De acordo com EPAGRI (2019), a produção de tabaco de Içara em 2019 gerou R\$ 13.020.000,00 ao município.

² Bem como a agricultura, a indústria também tem seu espaço no município, por seu território permitir fácil acesso à Rodovia Federal BR-101, o setor industrial pode se intensificar e se diversificar em Içara, tornando-se também um ponto de referência para a indústria da região sul de Santa Catarina.

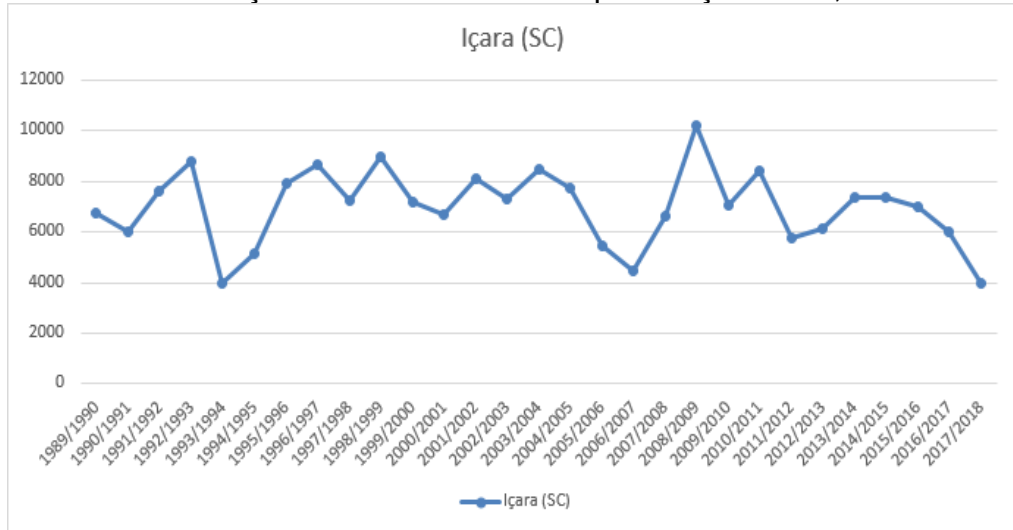
Quadro 1 - Produção dos principais municípios produtores de tabaco de Santa Catarina

Safras	Municípios					
	Agronômica	Araranguá	Canoinhas	Içara	Itaiópolis	Orleans
1989/1990	1691	2729	5587	6746	4489	5312
1990/1991	1513	2687	4668	6003	5310	5840
1991/1992	1587	2989	9165	7619	11388	5967
1992/1993	1573	4085	9200	8800	4000	6726
1993/1994	1751	2303	7982	3942	4220	4930
1994/1995	1437	1867	8043	5141	4276	4415
1995/1996	2015	4200	7787	7934	5220	6005
1996/1997	3840	5600	6984	8660	4909	4520
1997/1998	3064	3500	5040	7250	3240	5613
1998/1999	2384	6127	7758	8978	5215	5705
1999/2000	2373	5338	7572	7176	5823	4828
2000/2001	2356	5072	6798	6699	5537	4526
2001/2002	2990	5627	9366	8117	7314	5724
2002/2003	2442	6010	8916	7311	7334	5639
2003/2004	3628	7995	12122	8480	9864	4070
2004/2005	3498	8479	11325	7710	9978	4402
2005/2006	3271	5897	9994	5431	10997	4673
2006/2007	3546	5719	11050	4491	11095	4852
2007/2008	2853	6879	10710	6629	9704	3940
2008/2009	2632	10285	9610	10201	9158	5940
2009/2010	4440	6000	12600	7040	11900	5049
2010/2011	4560	6560	13530	8400	12710	5196
2011/2012	4080	4480	13440	5780	12320	5142
2012/2013	3995	3800	14400	6120	13500	5196
2013/2014	3655	3990	15470	7344	13820	5187
2014/2015	4590	3990	16250	7344	14950	5142
2015/2016	2720	2335	11880	7000	12350	3867
2016/2017	4212	2800	13750	6000	13800	5005
2017/2018	5016	2310	14713	4000	14490	3960

Fonte: Tabela formulada pela pesquisadora com base nos dados oferecidos pelo SIDRA – IBGE.

Entre as safras de 1989/1990 a 1998/1999, (Quadro 1), o município de Içara foi por seis vezes o maior produtor de tabaco de todo o estado de Santa Catarina, manteve sua liderança em 1989/1990 e 1990/1991 e posteriormente nas safras de 1995/1996 até 1998/1999. Nos anos seguintes a produção de Içara seguiu se alternando entre a segunda e a terceira posição no ranking de municípios que mais produzem tabaco no estado, chegando a sua maior produção no período analisado, na safra de 2008/2009, com 10.201 toneladas. Podemos perceber no Gráfico 1 que a produção de tabaco do município sofria seus altos e baixos, mas não vinha em uma queda contínua, porém a partir da safra 2013/2014 a produção veio aos poucos decrescendo continuamente (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Produção de tabaco do município de Içara - SC, entre 1990 e 2018;



Fonte: Gráfico formulado pela pesquisadora com base nos dados oferecidos pelo SIDRA – IBGE.

O desenvolvimento do tabaco em toda a região sul foi implementado como sinônimo de garantia de renda e estabilidade na comercialização, a partir dos anos 50. Porém, as instabilidades e oscilações na produção, ocasionadas principalmente pelo comércio do tabaco mundialmente, e pela política de controle das multinacionais fumageiras, produziram impasses cada vez maiores na comercialização do tabaco entre agricultores e fumageiras

A produção de tabaco aos poucos deixou de ser suficiente para manter o lucro da pequena propriedade, pois com a exigência de muita mão de obra o trabalho da família já não supria toda a necessidade, tornando necessária a contratação de mão de obra externa, deixando à produção ainda mais cara. Dessa maneira aos poucos o montante pago ao fim da safra já não dava um lucro substancial para os agricultores. Esse processo abriu espaço para a diversificação da produção, pois tornou-se uma forma de manter o fumicultor na agricultura e com uma renda melhorada.

A partir dos anos 50, com a revolução verde, a agricultura brasileira foi estruturada em um modelo voltado para o agronegócio. O correu o chamado processo de modernização do campo, que se desenvolveu por meio do incentivo à utilização de maquinário, agrotóxicos, melhoramento genético e rações e suplementos alimentares industrializados, estimulado pelo capital financeiro, a indústria, por grandes fazendeiros e pelo estado, por meio de incentivos financeiros, fomentou um aumento na produção agrícola, que não foi acompanhado concomitantemente por uma distribuição produtiva, de terra e renda. Com este processo o país passa a focar nas

demandas tanto internas como externas, tornando a produção agrícola um dos principais setores na exportação. (DESER, 2003)

A modernização da agricultura no Brasil ocorre em concomitância com o surgimento dos complexos agroindustriais. E, como nunca houve uma perspectiva de desenvolvimento rural integrado, grandes parcelas de agricultores brasileiros sofreram apenas os efeitos negativos dessa modernização, sendo deixados à margem do processo e tendo que enfrentar, além disso, as consequências trazidas pelo aumento de produção e de concorrência nos mercados agrícolas (MIELITZ NETO, 2010, p. 35).

No caso dos agricultores do município de Içara, o processo de modernização não deixou de acontecer, sendo em sua grande maioria pequenos agricultores, com poucos hectares de terras, que dependiam apenas do trabalho da família, vários agricultores encontraram no modelo integrado uma saída para conseguir permanecer no campo, e se enquadrarem no modelo instituído pela modernização.

Podemos observar a coexistência de diferentes relações trabalhistas dentro da produção agrícola, o agronegócio em suas grandes propriedades de terra que utiliza o assalariamento como a principal relação trabalho. E temos as pequenas propriedades, que têm como base do trabalho a mão de obra familiar e as relações que a cercam, como o sistema de parceria, a meia, entre outras relações de trabalho. No primeiro caso a produção voltada principalmente para a exportação, já no segundo modelo de agricultura familiar, fundamentado na pequena propriedade rural, temos uma produção voltada ao mercado interno.

O processo de modernização conservadora se consistia em uma estrutura que criou meios para que o Brasil passasse a produzir o suficiente para suprir as demandas externas. Para que isso fosse possível seria necessária uma produção mecanizada, com instrução técnica, e feita em larga escala. Sendo a produção em grande escala e principalmente a exportação, o maior foco da modernização conservadora, as pequenas propriedades familiares ficaram à margem da estrutura instaurada, aumentando ainda mais as desigualdades entre os produtores rurais, tornando as relações de trabalho ainda mais precarizadas e aumentando o êxodo rural (DESER 2003)

A modernização conservadora do campo transformou a produção agrícola, estruturando-a em um modelo voltado para a produção em grande escala, direcionado principalmente para o agronegócio. As pequenas propriedades da agricultura familiar

foram atingidas por esse processo, mas como não se encaixam nessa estrutura, por diversos fatores, como a capacidade de produção e mão de obra, acabaram se encontrando em diversas dificuldades.

De acordo com Hartwig (2016), este processo ocorrido na agricultura provocou muitas alterações na produção da agricultura familiar, encurralando os produtores entre poucas alternativas, entre elas a de se inserirem em uma nova dinâmica de produção, adotando um novo modelo produtivo, integrando-se ao complexo agroindustrial multinacional.

O modelo integrado de produção surge como uma alternativa para os agricultores, que não conseguiram se enquadrar na estrutura imposta pelo processo de modernização, passando a ver o modelo integrado como uma opção ao acesso à tecnologia, maior renda e segurança na venda para o mercado. Dentro do modelo integrado, os agricultores(as) são inseridos no processo de produção destinado para a agroindústria, mas não deixam de ser agricultores, eles passam a fornecer a estrutura, a mão de obra, e o produto para as empresas, integradoras.

A empresa Souza Cruz³ mediante um processo de modernização da agricultura foi uma das principais multinacionais fumageiras responsáveis por instalar o modelo de produção de tabaco integrado na região Sul, a partir dos anos 50, e chegou a controlar mais de 80% do mercado interno (PAULILO, 1990).

Nas propriedades da região sul catarinense a implementação do cultivo de tabaco integrado aparece como uma proposta para a substituição da produção de mandioca. A implementação desse novo modelo alterou drasticamente o modo de produção desses agricultores, modificando todas suas relações sociais, familiares e de trabalho. A partir daquele momento deixava-se de fazer um produto alimentício que tinha também finalidade de subsistência familiar, passando para uma cultura que, além de não servir como um alimento, também estava inserida em um sistema diferente de venda e de pagamento (PAULILO, 1990).

³ A Souza Cruz está presente no Brasil desde o início do Século XX, foi criada em 25 de abril de 1903, por Albino Souza Cruz, primeiramente como uma fábrica de cigarros, tendo a primeira máquina do Brasil a produzir cigarros enrolados em papel. Em 1914 a Souza Cruz passou o controle acionário para o grupo British American Tobacco BAT. Em 1918 o Sistema Integrado de Produção de Tabaco foi introduzido pela multinacional, trazendo novas variedades de tabaco. A partir de 1927 há uma ampliação do número de fábricas no país (BAT BRASIL, s.d.). Apenas a partir de 1970 que a produção de fumo integrada foi intensificada no país concomitantemente ao processo de modernização da agricultura brasileira (FARIA, 2010).

Segundo Paulilo (1990), no início da implantação do modelo integrado ocorreu um processo de resistência por parte dos agricultores, pois mesmo com a rentabilidade do tabaco alguns agricultores se mantiveram receosos sobre a nova cultura. Para contornar a situação a Souza Cruz criou manobras para envolver os agricultores no processo, passou a recrutar os filhos dos agricultores para trabalharem como instrutores, colocando pessoas próximas para fazer a transição e a orientação dos agricultores. Com o sucesso das safras, e pelo valor incomum recebido pelos agricultores com a venda em comparação com as outras culturas, aos poucos o tabaco foi tomando a paisagem da região Sul.

Portanto podemos compreender que a implementação do cultivo de tabaco integrado ao mesmo tempo que oferecia ganhos financeiros, também provocava certa perda de autonomia dos agricultores sobre a própria propriedade, a produção e seu produto. O modelo acabava por provocar uma euforia dos agricultores perante o rendimento da produção, mas ao mesmo tempo gerava a sensação de desconfiança sobre a perda de liberdade.

É essencial entender o modelo de cultivo integrado para compreender como a produção de tabaco dentro desse modelo interfere nas relações de trabalho dos agricultores. Por isso dedicaremos posteriormente um capítulo desta dissertação para discutir os trabalhadores dentro do cultivo integrado de tabaco.

2.2 PRODUÇÃO E O MERCADO DO TABACO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA – 1990-2018

Como vimos acima a produção de tabaco no município de Içara está inserida dentro do modelo integrado de produção. Esse modelo foi aos poucos se colocando como uma alternativa para os agricultores familiares se adequarem à modernização do campo. A estrutura imposta pelo modelo integrado aos agricultores, gerou diversas mudanças sociais, por conta das alterações no processo produtivo, e no trabalho desenvolvidos pelos agricultores.

Para Thompson (1987a), ao analisarmos ações dos indivíduos em períodos de mudanças sociais, podemos observar uma padronização em seus hábitos e pensamentos. Dessa maneira a classe trabalhadora se configura por meio dos indivíduos enquanto os mesmos vivem a sua história. E assim por meio de uma construção social e cultural, tornando-se um componente da estrutura da sociedade.

A classe trabalhadora se configura quando alguns indivíduos se sentem ligados, se articulam e se identificam perante seus interesses em comum, colocando-se contra aqueles que diferem de seu interesse. Segundo Thompson (1987a) isso ocorre como uma consequência das experiências em comum entre os trabalhadores. Já a experiência vem das relações em que esses sujeitos se desenvolveram ou que foram inseridos.

A consciência de classe enquadra essas experiências culturalmente colocadas dentro de tradições, sistemas de valores, ideias e instituições ver confere mesmo. Ela surge diferentemente em lugares e tempos variados, mas nunca da mesma forma. Podemos perceber que em cada lugar e tempo as relações são diferentes, e conseqüentemente as experiências também, modificando a própria consciência de classe. (THOMPSON, 1987a)

Para analisar as relações de trabalho em meio ao sistema integrado de produção de tabaco, nos apropriamos do conceito de experiência, cunhado por Thompson (1981), em que o autor discute os homens e mulheres perante as mudanças sociais, colocando a experiência como um fator que decisivo para a construção de seus pensamentos e conseqüentemente suas ações.

Com o conceito de experiência Thompson (1981) constrói uma alternativa, ao estruturalismo de Althusser, que restringe todas as relações sociais, como as ações provocadas pelo âmbito econômico. Thompson mostra que os indivíduos são suscetíveis as mudanças promovidas pelas estruturas impostas a eles, mas seu papel não deve ser reduzido a de sujeitos inertes, são sujeitos que vivenciam as situações, e agem de por meio de sua cultura e consciência.

O modelo integrado de produção de tabaco, introduziu diversas alterações nas relações sociais dos agricultores familiares, promovendo a sua aproximação a com a indústria e ao mesmo tempo o afastamento da produção de cultivos direcionados para o consumo próprio e local. Introduzindo estrutura mercantilizada, definida pelas empresas fumageiras, inserindo diversas mudanças na vivência desses agricultores. Como a perda da autonomia sobre o processo produtivo, além da inserção de maior mecanização e insumos químicos. Porém, mesmo que essas mudanças façam parte de uma estrutura de exploração, não tornaram os agricultores meras engrenagens desse processo de produção, eles ainda vivenciam o processo produtivo como sujeitos ativos, construindo suas relações a partir das mudanças que

lhes foram impostas, mas também por meio de sua cultura, relações com a família e cotidiano.

Para compreender de forma mais significativa a relevância do cultivo do tabaco na perspectiva socioeconômica, vamos destacar uma série histórica da produção do tabaco em âmbito nacional e local, evidenciando o crescimento e mudanças no processo produtivo, e os reflexos dessas mudanças nas relações de trabalho no desenvolvimento da fumicultura. Para esta série utilizamos as Sínteses Agropecuárias produzidas pelo Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola - CEPA/EPAGRI, que é especializado em informações e planejamento no setor agrícola, pesqueiro e florestal (CEPA/EPAGRI, s.d), analisando os dados disponibilizados das safras nos âmbitos federal, regional, estadual e microrregional.

A primeira edição da Síntese anual da agricultura foi produzida pelo CEPA em 1976, após essa primeira publicação outras 47 foram feitas ao longo dos anos, e não foram disponibilizadas as sínteses dos anos de 1992 e 1998. Os documentos apresentam informações dos setores agrícola, pecuário, florestal e aquícola de Santa Catarina. Trazem análises sobre o crédito rural, influências climáticas e sobre o desenvolvimento da produção animal (carne bovina, carne de frango, carne suína, leite e mel), produção vegetal (alho, arroz, banana, cebola, feijão, maçã, milho, soja, tabaco, tomate, trigo e uva e vinho), além da aquicultura e do setor florestal. (CEPA/EPAGRI, 2018)

As análises das sínteses foram realizadas separadamente por década: a) 1990 a 2000; b) 2000 a 2010; c) 2010 a 2017, trazendo as singularidades apresentadas nas safras de tabaco e aspectos socioeconômicos em relação à produção e exportação brasileira, catarinense, microrregional e do município de Içara.

2.2.1 Sínteses agropecuárias, o tabaco durante os anos de 1990 a 2000.

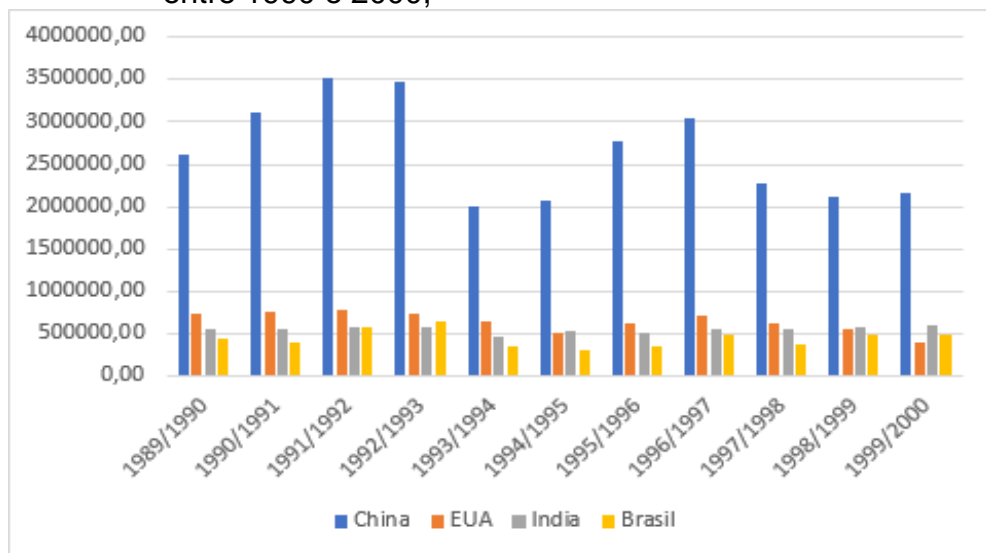
A produção de tabaco foi aos poucos construindo uma estrutura própria, é possível observar na cadeia produtiva e de comercialização uma organização, pois tradicionalmente dentro da produção de tabaco integrado existe um processo de discussão entre as partes envolvidas, com o intuito de negociar formação de preço básico, sistema de correção de preço e classificação, a compra da safra e a forma de pagamento. Essa estrutura foi um agente ativo no impulsionamento da produção de tabaco no estado, dando espaço para um crescimento significativo de produtores, que

representavam 1980 em torno de 32.000 produtores, passando para 50.000 em 1990 (CEPA/EPAGRI, 1993).

Na década de 1990 a 2000 a produção mundial do tabaco ficou concentrada em poucos países, os quatro que mais produziram tabaco em folha nesse período foram China, EUA, Índia e Brasil (Gráfico 2). A China permaneceu como o país que mais produziu tabaco em folha durante toda a década, sua maior produção foi na safra de 1991/1992, com 3.515.000 toneladas de tabaco. Os EUA foram o segundo maior produtor durante oito anos, entre o período 1990 a 2000, tendo sua maior produção na safra de 1991/1992, com 781.000 toneladas de tabaco em folha.

Já a Índia ficou durante três anos como o segundo maior produtor, e sete anos como o terceiro, teve sua maior produção na safra de 1999/2000, com 599.400 toneladas de tabaco. O Brasil ficou como o quarto maior produtor durante nove anos, teve sua maior produção na safra de 1992/1993, com 675.700 toneladas. Nessa mesma safra assumiu o terceiro lugar no ranking dos países que mais produzem tabaco, assim como na safra de 1990/2000.

Gráfico 2 - Relação da produção dos países que mais produzem tabaco entre 1990 e 2000;



Fonte: Gráfico formulado pela autora com os dados disponíveis nas Sínteses Agropecuárias de 1993, 1995, 1999, 2000 e 2001 (CEPA/EPAGRI).

Entre 1990 e 2010 o Brasil ficou entre os países que mais exportaram tabaco no mundo, suas vendas no mercado externo se ampliaram gradativamente ao longo da década (Gráfico 03). Ocorreu uma constante das vendas nos primeiros anos do período analisado, mas posteriormente, na safra de 1993/1994, podemos observar

uma ampliação de mais de 150.000 toneladas de tabaco vendidas no mercado externo em comparação com a safra 1989/1990.

Gráfico 03 - Exportação brasileira entre os anos de 1990 a 2000

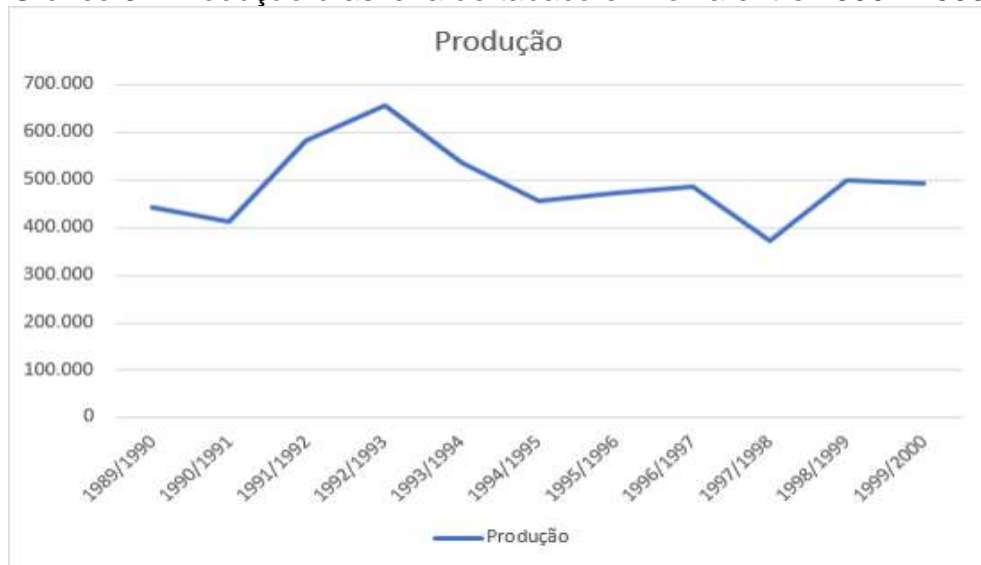


Fonte: Gráfico formulado pela autora com os dados disponíveis nas Sínteses Agropecuárias de 1993, 1994, 1995, 1996, 1999, 2000, 2001 (CEPA/EPAGRI).

A produção brasileira de tabaco em folha teve altos e baixos entre os anos de 1990 a 2000 (Gráfico 04). Nas duas primeiras safras do período analisado podemos observar uma estabilidade na produção brasileira. Nas safras seguintes de 1991/1992 e 1992/1993 foram registradas as maiores produções brasileiras nesse período, batendo recordes significativos. Esses picos de produção geraram grandes estoques mundiais, pois essa alta não ocorreu apenas na produção brasileira, como podemos observar no gráfico 01.

Essa conjuntura pressionou o mercado internacional, fazendo com que os principais países produtores de tabaco, que na época respondiam por 80% da produção mundial, reduzissem as suas produções entre 10% e 25%. Dessa maneira, com o desestímulo da produção, as safras seguintes sofreram quedas significativas, como podemos observar no gráfico 03 (CEPA/EPAGRI, 1995).

Gráfico 3 - Produção brasileira de tabaco em folha entre 1990 - 2000



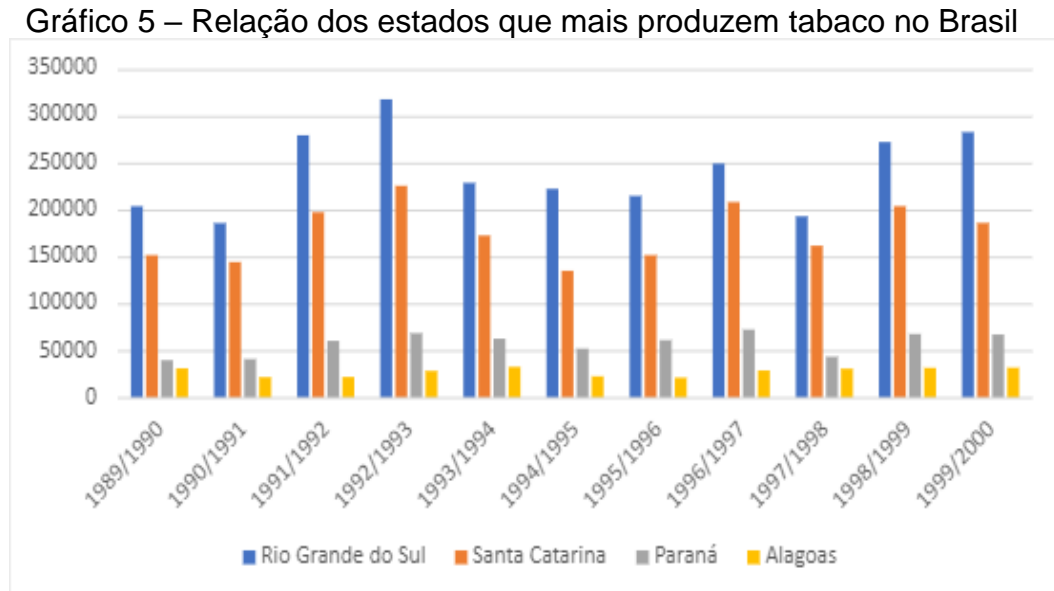
Fonte: Gráfico formulado pela autora com os dados disponíveis nas Sínteses Agropecuárias de 1993, 1994, 1995, 1996, 1999, 2000, 2001 (CEPA/EPAGRI).

A produção brasileira enfrentava outra questão além da conjuntura internacional, a venda da produção no mercado interno também estava diminuindo. O consumo de cigarro atingia nessa mesma época a maior baixa desde a década de 70, essa redução do consumo de cigarros estava vinculada com a intensificação das políticas antitabagistas (CEPA/EPAGRI, 1995).

Entre as safras 1993/1994 e 1994/1995, podemos observar a queda da produção nacional diante de todo esse cenário enfrentado. Na safra de 1995/1996 a produção se estabiliza e em 1996/1997 há um crescimento em comparação com as safras anteriores. É possível observar que o processo que ocorreu em 1996/1997 e 1997/1998 foi semelhante ao ocorrido em 1992/1993 e 1993/1994, quando o Brasil teve uma alta de produção na primeira safra e logo em seguida a posterior teve uma decrescente significativa, provocada por uma diminuição do consumo do mercado interno e aumento dos estoques mundiais de tabaco. A diferença entre os dois picos de produção é que no segundo a produção logo voltou a se estabilizar na safra seguinte de 1998/1999, mantendo-se no mesmo nível na safra 1999/2000.

Os estados de maior concentração de produção de tabaco na década de 1990 a 2000 foram os três estados da região sul do país (Gráfico 4). No ranking dos estados do Brasil o Rio Grande do Sul se manteve como o maior produtor, com sua maior alta na safra de 1992/1993, com 318.690 toneladas de tabaco; Santa Catarina sendo o segundo maior produtor, com a maior alta na produção na safra de 1992/1993, com 226.421 toneladas; o estado do Paraná na terceira posição, com a

maior alta na produção na safra de 1996/1997, com 73.000 toneladas, e o estado do Alagoas na quarta posição, com sua maior alta na produção em 1993/1994, com 33.199 toneladas de tabaco.



Fonte: Gráfico formulado pela autora com os dados disponíveis nas Sínteses Agropecuárias de 1994, 1996, 1999, 2000 (CEPA/EPAGRI).

Como mostramos anteriormente, no período analisado a produção catarinense de tabaco em folha seca foi a segunda mais significativa em relação aos demais estados do Brasil, ficando atrás apenas do Rio Grande do Sul. Nas 11 safras analisadas o setor produtor de tabaco teve seus altos e baixos, seguindo o mesmo ritmo da produção do país. É possível observar uma semelhança entre os altos e baixos da produção catarinense em relação à produção brasileira, como podemos observar comparando os gráficos 03 e 05.

Nas primeiras safras da década de 90 é possível observar certa estabilidade na produção de tabaco catarinense, porém nas seguintes, de 1991/1992 e 1992/1993, foram registradas altas na produção (Gráfico 06). Seguindo o mesmo cenário do país, a produção catarinense, nas safras seguintes de 1993/1994 e 1994/1995, teve um declínio significativo na produção.

“A exemplo da produção da Região Sul, a catarinense foi reduzida drasticamente entre as safras 92/93 e 94/95. A área plantada decresceu 36% e a produção 40%” (CEPA/EPAGRI, 1995). A produção voltou a se estabilizar e teve um pico na safra 1996/1997, porém voltando a cair em 1997/1998, e por fim batendo seu recorde de crescimento na produção nas safras de 1998/1999 e 1999/2000.

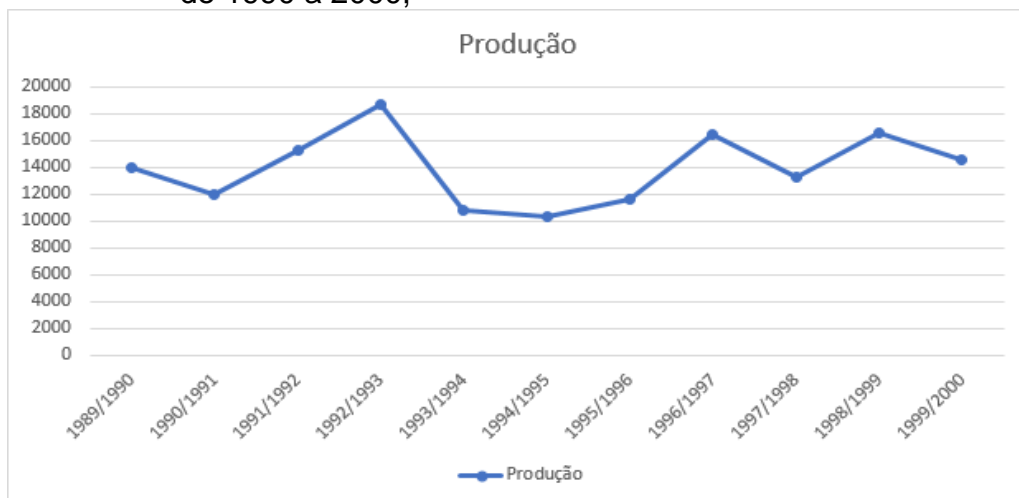
Gráfico 6 - Produção de tabaco catarinense entre os anos de 1990 a 2000;



Fonte: Gráfico formulado pela autora com os dados disponíveis nas Sínteses Agropecuárias de 1994, 1995, 1996, 1999, 2000 (CEPA/EPAGRI).

A microrregião de Criciúma compreende os municípios de Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Siderópolis, Treviso e Urussanga. A produção de tabaco correspondeu a um papel significativo na agricultura familiar dos municípios que fazem parte da microrregião de Criciúma.

Gráfico 07 - Produção de tabaco da Microrregião de Criciúma entre os anos de 1990 a 2000;



Fonte: Gráfico formulado pela autora com os dados disponíveis nas Sínteses Agropecuárias de 1993, 1994, 1995, 1996, 1999, 2000 (CEPA/EPAGRI).

Segundo os dados das 11 sínteses analisadas, as oscilações na produção, ocorridas tanto no estado quanto no Brasil, são praticamente as mesmas na produção

da microrregião de Criciúma, com poucas diferenças causadas pelo tempo na região, que contribuiu ou não para as safras em determinados anos, como podemos observar no gráfico 06.

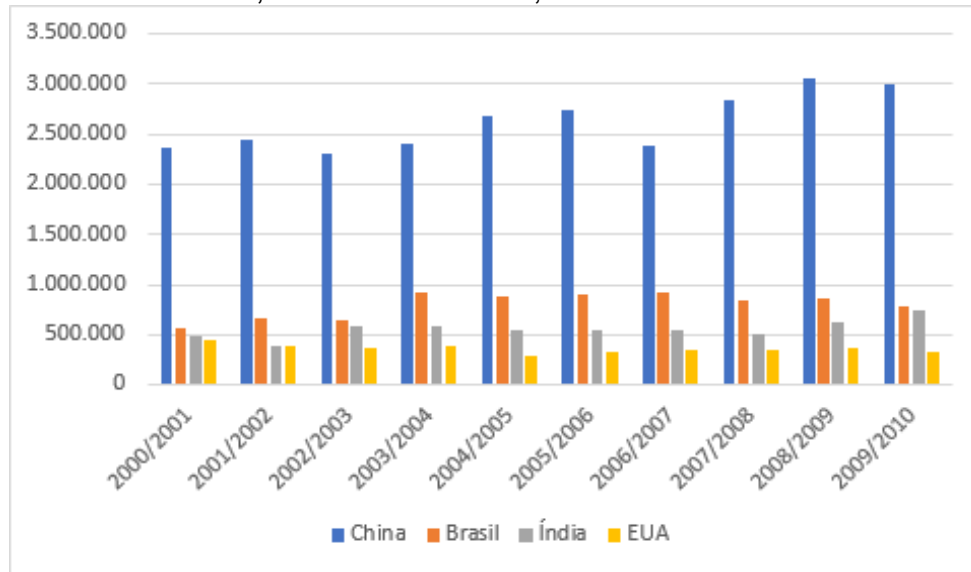
É possível observar uma pequena queda na safra de 1990/1991 da microrregião de Criciúma, que é superada na seguinte, quando a produção volta a crescer, em 1992/1993, a um pico de crescimento significativo, que é acompanhado na safra seguinte de 1993/1994 por uma queda drástica na produção (Gráfico 07). Nas safras de 1994/1995 e 1995/1996 há uma estabilização da produção, já na de 1996/1997 podemos observar um novo crescimento, seguido de uma queda na safra seguinte, voltando a crescer em 1998/1999 e tendo uma pequena queda novamente em 1999/2000.

2.2.2 Sínteses agropecuárias, o tabaco durante os anos de 2000 a 2010.

Em 2001 a produção Mundial de tabaco se concentrava amplamente nos principais produtores de tabaco do mundo. China, Índia, Brasil, Estados Unidos, Zimbábue e Indonésia produzem 70% da produção total mundial de tabaco (CEPA/EPAGRI, 2001).

Entre os anos de 2000 e 2010, assim como na década anterior, a China permaneceu como o país que mais produziu tabaco, sua maior produção foi na safra de 2008/2009, com 3.067.900 toneladas. O Brasil assumiu o posto de segundo maior produtor durante todo o período estudado, tendo seu melhor resultado na safra de 2003/2004, com 938.300 toneladas de tabaco em folha. A Índia ficou como o terceiro maior produtor, teve sua maior produção na safra de 2009/2010, com 755.500 toneladas. Os EUA diminuíram de forma significativa a sua produção em relação à década anterior, sua maior safra na década estudada foi a de 2000/2001, com a produção de 449.800 toneladas de tabaco (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Relação da produção dos países que mais produzem tabaco no mundo, entre 2000 e 2010;



Fonte: Gráfico formulado pela autora com os dados disponíveis nas Sínteses Agropecuárias de 2003, 2004, 2005, 2008, 2010, 2012 (CEPA/EPAGRI).

É possível observar uma diminuição geral na produção mundial de tabaco, entre os anos de 1990 e 2003 decresceu 13,2%. Este processo nos anos iniciais da década de 2000 vem fazendo com que os estoques mundiais fiquem baixos, tornando o mercado internacional bastante favorável para alguns exportadores (CEPA/EPAGRI, 2004).

Nos primeiros anos dos anos 2000 o Brasil sofreu algumas oscilações na produção, tendo algumas quedas, mas ampliando de forma geral sua produção de tabaco em relação à maioria dos produtores mundiais, que vinham em um decréscimo de produção (Gráfico 9). Devido a isso passou a aumentar sua atuação como exportador, em 2002 alcançou a condição de maior exportador mundial, passando a responder por 22% das exportações de tabaco bruto, percentual esse que era próximo de 12% nos primeiros anos da década de 1990 (CEPA/EPAGRI, 2004).

Alguns fatores influenciaram diretamente nessa maior participação brasileira: as diminuições na produção e nos estoques mundiais; a diminuição da competitividade das exportações de alguns países como Estados Unidos e Zimbábue; a intensificação da ação das indústrias brasileiras no mercado externo; a qualidade e consequentemente a competitividade do preço do produto nacional (CEPA/EPAGRI, 2002).

Gráfico 9 - Relação das exportações de tabaco brasileira entre os anos 2000 a 2010;



Fonte: Gráfico formulado pela autora com os dados disponíveis nas Sínteses Agropecuárias de 2003, 2004, 2005, 2008, 2010, 2011, 2012, 2013 (CEPA/EPAGRI).

As vendas externas também foram favorecidas pela sensível desvalorização do real em relação ao dólar em 2000 e 2001, que melhorou a competitividade da produção de tabaco brasileira no mercado (CEPA/EPAGRI, 2001). E ao compararmos a produção brasileira entre as décadas de 1990 a 2000 e 2000 a 2010 podemos observar uma diminuição das oscilações na produção, que eram comuns no primeiro período, como podemos constatar observando os gráficos 03 e 09.

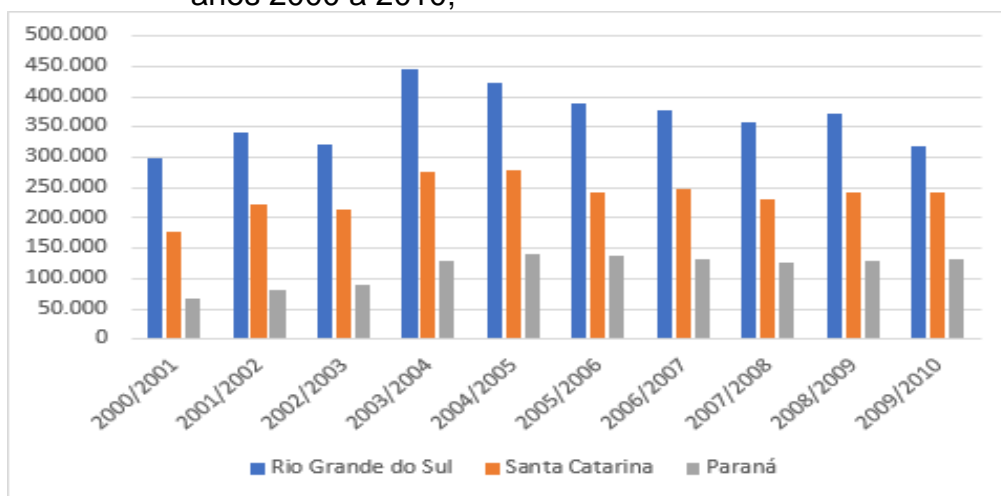
Gráfico 10- Produção brasileira de tabaco entre os anos de 2000 a 2010;



Fonte: Gráfico formulado pela autora com os dados disponíveis nas Sínteses Agropecuárias de 2003, 2004, 2005, 2008, 2010, 2011, 2012 (CEPA/EPAGRI).

Ao analisarmos o Gráfico 10, podemos ver que a produção brasileira nos anos entre 2000 e 2010 permaneceu praticamente estável nas três primeiras safras, sem grandes baixas e nem grandes picos na produção. Já na safra de 2003/2004 podemos notar um aumento da produção, com um crescimento de mais de 200 mil toneladas de tabaco de uma safra para outra. Posteriormente a produção se manteve estável novamente, com pequenas reduções nas últimas três safras da década estudada.

Gráfico 11- Relação dos estados que mais produzem tabaco no Brasil nos anos 2000 a 2010;



Fonte: Gráfico formulado pela autora com os dados disponíveis nas Sínteses Agropecuárias de 2003, 2004, 2005, 2008, 2010 (CEPA/EPAGRI).

Assim, como no primeiro período analisado, os três estados da região sul do país foram os principais produtores de tabaco do Brasil entre 2000 e 2010 (Gráfico 11). O Rio Grande do Sul se manteve como o maior produtor, com sua maior alta na safra de 2003/2004, com 445.990 toneladas; Santa Catarina sendo o segundo maior produtor, com a maior alta na produção na safra de 2004/2005, com 278.840 toneladas, e o estado do Paraná na terceira posição, com a maior alta na produção na safra de 2004/2005, com 141.190 toneladas de tabaco.

No âmbito estadual, durante a safra 2001/2002, aproximadamente 52 mil agricultores rurais produziram tabaco e tinham essa atividade como uma das suas principais fontes de renda, mostrando que o setor fumageiro estava ampliando cada vez mais sua importância econômica e social para o estado (CEPA/EPAGRI, 2002).

Esse processo de incorporação de novos fumicultores ocorreu também devido à ampliação da produção em novas regiões, como o Oeste de Santa Catarina,

onde a produção de tabaco era muito escassa anteriormente, bem como não era considerada uma das principais atividades econômicas. Porém, em menos de 20 anos deixou de responder por menos de 5% da produção catarinense de tabaco, passando a ser responsável por 22% da produção no estado na safra 01/02 (CEPA/EPAGRI, 2003).

Gráfico 12 - Produção catarinense de tabaco entre os anos 2000 a 2010;



Fonte: Gráfico formulado pela autora com os dados disponíveis nas Sínteses Agropecuárias de 2003, 2004, 2005, 2008, 2010 (CEPA/EPAGRI).

Assim como a produção brasileira, tivemos uma estabilidade maior na produção catarinense nos anos de 2000 a 2010 ao compararmos com a produção do estado na década anterior (Gráfico 12). Nas primeiras safras podemos observar pequenas instabilidades, com um singelo crescimento em 2001/2002 e um leve decréscimo em 2002/2003, posteriormente nas safras de 2003/2004 e 2004/2005 a produção catarinense tem seus maiores picos da década de 2000, chegando perto dos 300 mil quilos de tabaco. Em 2005/2006 ocorreu um decréscimo, porém, a partir disso, podemos observar a estabilização da produção novamente nas safras seguintes, mantendo-se em geral na mesma média de produção até a última safra da década.

Distintamente da produção brasileira e catarinense, a produção da microrregião de Criciúma apresentou maiores oscilações durante a década de 2000 a 2010. Essas oscilações podem ser explicadas por diferentes motivos, mas em geral esses picos e quedas na produção são efeitos do mau tempo, específico de cada região.

Gráfico 13 - Produção de tabaco da microrregião de Criciúma;



Fonte: Gráfico formulado pela autora com os dados disponíveis nas Sínteses Agropecuárias de 2003, 2004, 2005, 2008, 2010, 2012 (CEPA/EPAGRI).

Ao analisarmos a produção da microrregião de Criciúma (Gráfico 13), observamos que safra 2001/2002, ocorreu um pico de produção, porém logo na de 2002/2003 ocorre uma queda na produção, nas duas safras seguintes acontece uma alta e a estabilização da produção. Contudo, na safra de 2005/2006 temos o maior decréscimo da produção na década de 2000, na de 2006/2007 é possível observar a volta do crescimento da produção, porém na safra de 2007/2008 ocorre mais uma queda na produção. Essa instabilidade foi constante até o final da década, com a safra de 2008/2009 tendo um pico na produção e uma queda em 2009/2010.

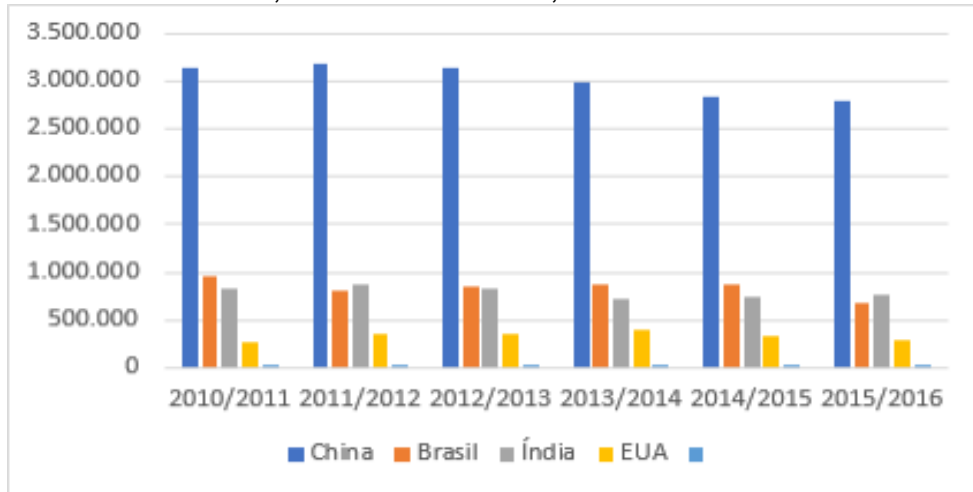
2.2.3 Sínteses agropecuárias, o tabaco durante os anos de 2010 a 2017.

A produção mundial de tabaco está concentrada em apenas dez países, que juntos respondem por mais de 80% do total de tabaco produzido no mundo (CEPA/EPAGRI, 2014). Os quatro principais países produtores são China, Brasil, Índia e EUA. A China é disparada o país que mais produziu tabaco entre os anos de 2010 a 2017, seu maior pico de produção foi na safra de 2011/2012, com a produção de 3.200.000 toneladas (Gráfico 14).

O Brasil ficou como o segundo maior produtor durante quatro anos, seu maior pico de produção foi em 2010/2011, com 951.900 toneladas de tabaco. Nos outros dois anos a Índia ficou com a segunda posição, tendo seu maior pico de

produção na safra 2010/2011, com 830.000 toneladas, e nos quatro anos restantes ficou com a terceira posição. Os EUA ficaram com a quarta posição durante os seis anos estudados, com seu maior pico de produção na safra de 2013/2014, produzindo 398.000 toneladas de tabaco.

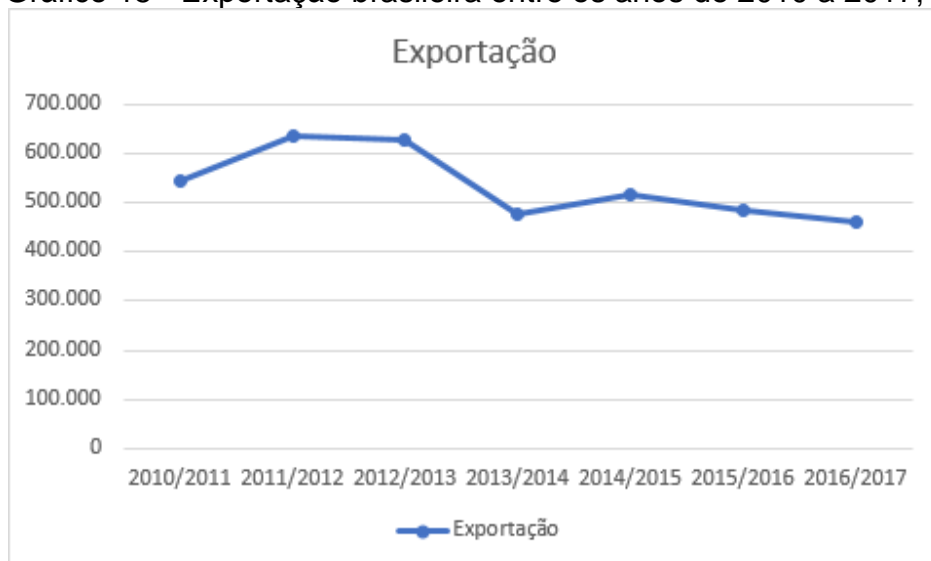
Gráfico 14 - Relação da produção dos países que mais produzem tabaco no mundo, entre 2000 e 2010;



Fonte: Gráfico formulado pela autora com os dados disponíveis nas Sínteses Agropecuárias de 2014, 2015, 2018 (CEPA/EPAGRI).

No que tange à comercialização do tabaco no mercado externo, o Brasil tornou-se uma das principais referências. Em 2011 foi o maior exportador mundial de tabaco, respondendo por 21,6% do total exportado no mundo (CEPA/EPAGRI, 2014), firmando-se como maior exportador mundial de tabaco por mais de 20 anos.

Gráfico 15 - Exportação brasileira entre os anos de 2010 a 2017;



Fonte: Gráfico formulado pela autora com os dados disponíveis nas Sínteses Agropecuárias de 2014, 2015, 2017, 2018 (CEPA/EPAGRI).

Entre os anos de 2010 a 2017 a produção de tabaco teve pequenas instabilidades, tendo alguns picos de produção e apenas uma queda significativa da produção, mas mantendo uma mesma média. A crise política e econômica que o Brasil passou a enfrentar a partir de 2013 causou desconfiança por parte dos investidores externos sobre o país, diminuindo a entrada de dólares no Brasil, valorizando-o ainda mais.

Segundo CEPA/EPAGRI (2015), a safra 2014/2015 sofreu dificuldades no processo de comercialização, por conta da diminuição dos preços oferecidos pelo quilo do tabaco, devido à alta do preço do dólar em relação ao real, pois com as fumageiras tendo maior lucro nas exportações devido à desvalorização do real as importadoras passaram a exigir uma diminuição no valor pago pelo tabaco comprado. Na safra seguinte, de 2015/2016, os reflexos da crise sobre a produção são maiores, houve uma queda na produção da safra, causada pela diminuição da área plantada nas propriedades, incentivada pelas fumageiras, na tentativa de evitar grandes estoques mundiais (CEPA/EPAGRI, 2016). Na safra de 2016/2017, podemos observar uma retomada no aumento da venda produção de tabaco, com mais de 880.000 toneladas (Gráfico 15).

Gráfico 16 - Produção brasileira de tabaco entre os anos de 2010 a 2017;



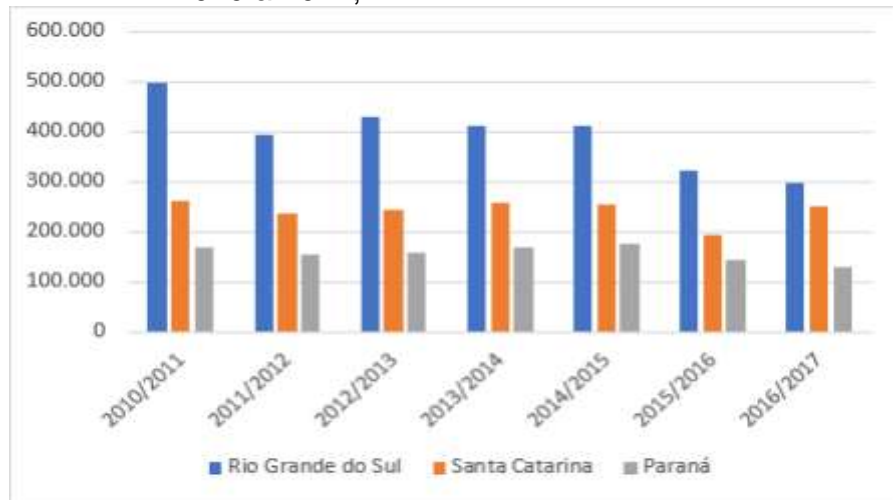
Fonte: Gráfico formulado pela autora com os dados disponíveis nas Sínteses Agropecuárias de 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 (CEPA/EPAGRI).

O período analisado se inicia com uma alta, logo no primeiro ano. Observando o gráfico 16 podemos ver que na safra de 2010/2011 a produção

brasileira teve um pico, com 949,2 mil toneladas, batendo o recorde de maior produção de tabaco do país. Na safra seguinte de 2011/2012 a produção brasileira de tabaco voltou a cair, por conta da redução da área plantada, estimulada pelas fumageiras, que tinham grandes estoques e menos qualidade do tabaco, e da diminuição do rendimento sobre o que foi plantado, pois ocorreram problemas climáticos.

Nas safras de 2012/2013 e 2014/2015 podemos observar uma estabilização da produção. Porém, no período de 2015/2016 a produção volta a decrescer, pois além da área plantada diminuir em relação à safra anterior houve um rendimento mais baixo das últimas safras, provocado pelo fenômeno climático El Niño, que fez aumentar muito o volume de chuvas, além da ocorrência de granizo, que causou diversos estragos na produção. Mas na safra de 2016/2017 a produção voltou a se estabilizar.

Gráfico 17 - Relação dos estados que mais produzem tabaco no Brasil de 2010 a 2017;

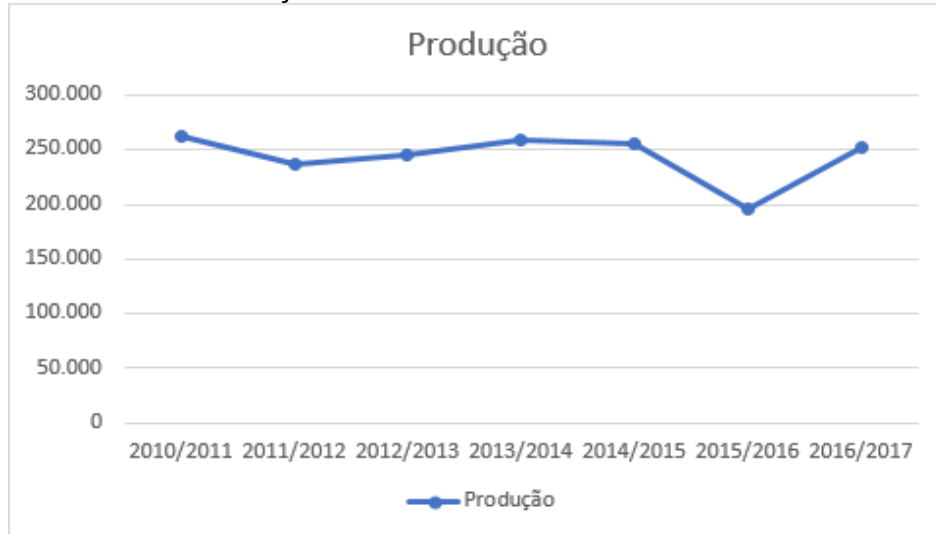


Fonte: Gráfico formulado pela autora com os dados disponíveis nas Sínteses Agropecuárias de 2014, 2016, 2017, 2018 (CEPA/EPAGRI).

Assim como nos dois períodos analisados, os três estados da região sul do país foram os principais produtores de tabaco do Brasil entre os anos de 2010 a 2017. O Rio Grande do Sul se manteve como o maior produtor, com sua maior alta na safra de 2010/2011, com 499.500 toneladas. Santa Catarina foi o segundo maior produtor, com a maior alta na safra de 2010/2011, produzindo 261.800 toneladas, e o estado do Paraná na terceira posição, com a maior alta na produção na safra de 2014/2015, com 177.834 toneladas de tabaco (Gráfico 17).

No que tange à produção catarinense, podemos observar uma semelhança muito próxima com a produção brasileira. Ao observarmos os gráficos 16 e 18 podemos perceber que a produção catarinense acompanhou praticamente os mesmos picos e quedas da produção nacional de tabaco durante as safras de 2010 a 2017.

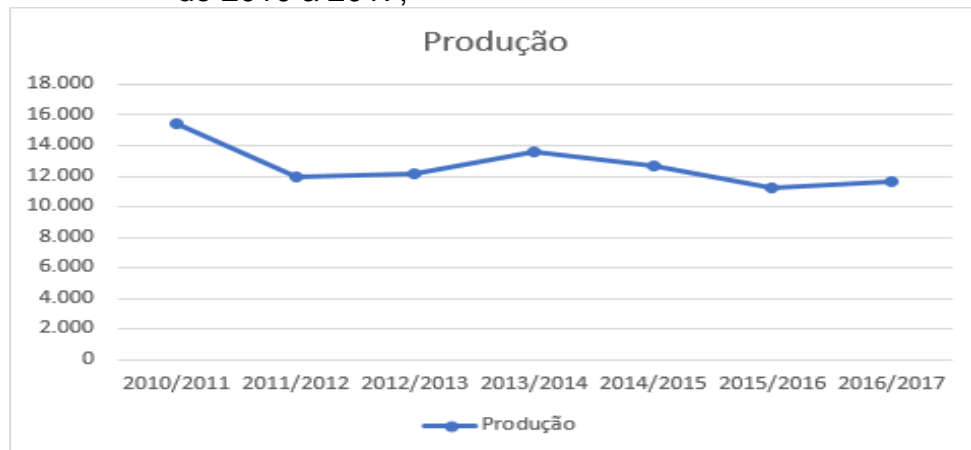
Gráfico 18 - Produção catarinense de tabaco entre os anos 2010 e 2017;



Fonte: Gráfico formulado pela autora com os dados disponíveis nas Sínteses Agropecuárias de 2014, 2016, 2017, 2018 (CEPA/EPAGRI).

Ao analisarmos a produção de tabaco catarinense no gráfico 18, podemos perceber que a safra de 2010/2011 teve um resultado positivo, sendo a maior do período analisado. Observa-se uma queda na produção na safra seguinte, mas logo em seguida em 2012/2013 a produção volta a se estabilizar, tendo um pequeno pico de crescimento na safra de 2013/2014, e mantendo a mesma média em 2014/2015. Já no período 2015/2016 a produção teve uma queda considerável, provocada por temporais de granizo, que destruíram parte da produção; na safra seguinte, de 2016/2017, houve um pequeno aumento em comparação à anterior.

Gráfico 19 - Produção de tabaco da Microrregião de Criciúma entre os anos de 2010 a 2017;



Fonte: Gráfico formulado pela autora com os dados disponíveis nas Sínteses Agropecuárias de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 (CEPA/EPAGRI).

Assim como a produção brasileira e catarinense, a da microrregião de Criciúma entre os anos 2010/2017 iniciou com uma alta considerável, chegando perto de 16 mil toneladas, sendo a maior safra do período analisado. Nesta e na safra seguinte, de 2011/2012, a concentração da produção na microrregião de Criciúma foi mais de 5% de todo o tabaco produzido no estado, mesmo a safra de 2011/2012 tendo sofrido uma queda na produção. Esta voltou a crescer na safra de 2013/2014, porém caindo gradativamente nas seguintes, retomando levemente o crescimento apenas na última safra do período analisado, em 2016/2017 (Gráfico 19).

A produção de tabaco foi muito significativa na microrregião de Criciúma, desde a primeira síntese estudada, entre as safras de 1989/1990 e 2009/2010, podemos observar muitas oscilações na produção de tabaco, com picos e quedas muito intensas, com a produção chegando a mais de 18.000 toneladas, batendo recordes de produção na safra de 1992/1993, e retornando aproximadamente a esse valor em 2008/2009.

Desse modo podemos observar que a produção de tabaco não diminuiu bruscamente, ela veio seguindo seus altos e baixos nos primeiros 20 anos estudados, porém a partir das safras de 2011/2012 observa-se uma diminuição das oscilações na produção e uma decrescente gradual da produção na microrregião de Criciúma. Ainda que boa parte dessa produção fosse no município de Içara, durante o período analisado a produção de tabaco foi se tornando presente em todos os outros municípios que correspondem à microrregião no decorrer dos anos.

Durante a análise das sínteses estudadas podemos identificar algumas singularidades. Ao analisarmos os dados disponibilizados entre uma síntese e outra, podemos perceber variações nos dados levantados, essa discordância ocorre por alguns fatores, como a reavaliação dos dados entre uma safra e outra e a comparação dos dados nos anos em que os censos agropecuários foram realizados pelo IBGE.

A instabilidade da produção de tabaco no período analisado, tanto no âmbito nacional quanto estadual e regional, foi/é causada por alguns fatores, como a questão do tempo, já que é no verão, um período de tempestades, que a produção de tabaco é realizada, e muitas vezes essas tempestades geram prejuízos significativas, causando baixas na produção.

As políticas públicas também são medidas que interferem no processo produtivo do tabaco no Brasil, com a pressão internacional sobre o combate ao tabagismo, nos últimos 30 anos, o governo brasileiro tem criado medidas voltadas para o cultivo do tabaco, podemos citar o controle ao trabalho infantil na produção do tabaco, além do incentivo a projetos de diversificação em propriedades produtoras de tabaco. Processo que pode contribuir nas oscilações da produção, pois com a diversificação em suas propriedades, tendo mais opções de cultivos, os agricultores passam a depender menos do tabaco, podendo escolher diminuir a produção quando for necessário.

2.3 ENCOLHIMENTO DO MERCADO INTERNO E A EXPANSÃO DO MERCADO EXTERNO

O desenvolvimento da produção do tabaco, como vimos acima, é cercado por diversas singularidades. Uma delas está ligada com a questão da comercialização e a exportação do produto. Durante o período estudado podemos perceber um processo de intensificação das políticas antitabagistas dentro do país, bem como ao mesmo tempo o crescimento da participação do tabaco brasileiro no mercado externo.

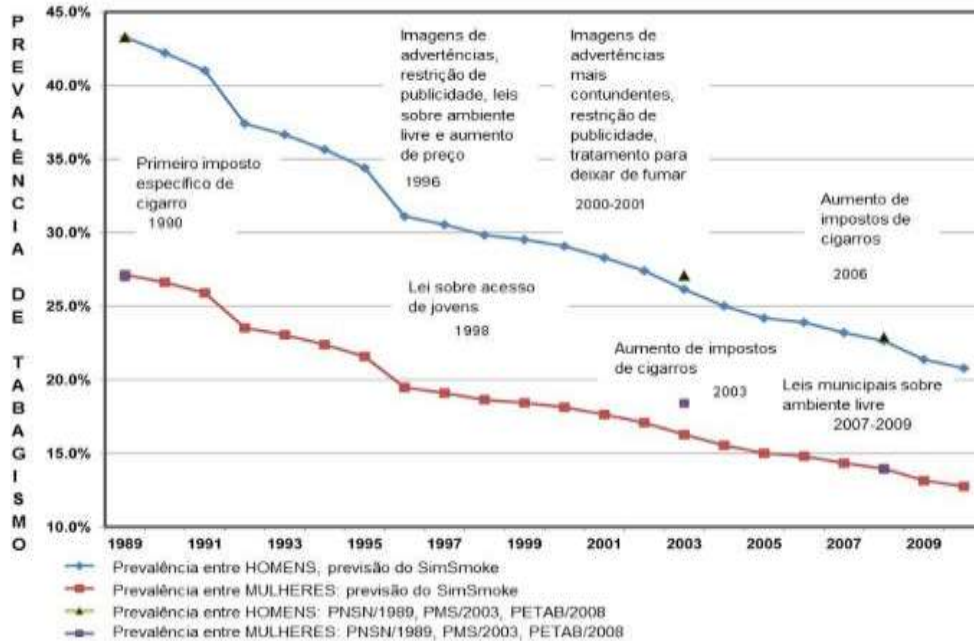
São vários os estudos desenvolvidos sobre os malefícios causados pelo cigarro à saúde. Segundo Cavalcante (2017), pensando nas consequências causadas pelo tabagismo nas questões sociais, econômicas e políticas, levantadas pelos mais diversos estudos, em 1990 os estados membros da AMS (Assembleia Mundial da Saúde) foram convocados a adotar medidas antitabagistas.

Reconhecendo o problema de saúde pública globalizado, causado pelo tabagismo, em maio de 1996 a 49ª Assembleia Mundial da Saúde adotou a resolução que criou o primeiro tratado internacional de saúde pública, a Convenção Quadro para Controle do Tabaco da OMS. O documento foi negociado por 192 países, de 1999 a maio de 2003, quando o texto final foi acertado, entrando em vigor em fevereiro de 2005. Em outubro do mesmo ano a Convenção tinha 93 ratificações, tornando-se o tratado da ONU que entrou em vigor e ganhou mais adesões em menor tempo.

Esse tratado divide as políticas públicas em cinco grandes grupos. O primeiro associado a medidas para redução da demanda de derivados do fumo, em especial do cigarro, o segundo relacionado à redução da oferta desses produtos, o terceiro à proteção do ambiente e da saúde dos indivíduos que tenham contato com os derivados de tabaco e sua fumaça; o quarto grupo é associado à previsão de regras de responsabilização civil e criminal, e o quinto e último refere-se à cooperação científica, financeira e informacional entre os países membros (NASCIMENTO, 2012, p. 41).

Segundo Nascimento (2012), os principais órgãos brasileiros de combate e prevenção ao consumo de cigarros são a Secretaria da Receita Federal (SRF), o Instituto Nacional do Câncer (INCA), do Ministério da Saúde, e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A SRF faz parte do Ministério da Fazenda, com a função de definir as regras de tributação dos fabricantes de cigarro, o INCA oferece programas para o diagnóstico, acompanhamento e tratamento de doenças associadas ao consumo de cigarro, bem como incentiva pesquisas que estudem doenças causadas pelo consumo de cigarro, além de estabelecer ações educativas antitabagismo. E por fim a ANVISA, ligada ao Ministério da Fazenda, é responsável pelo registro das marcas vendidas no país, realiza a análise das substâncias contidas nos cigarros, além da regulamentação e fiscalização das propagandas e marketing envolvidos com comércio de cigarros.

Figura 2 - A porcentagem de fumantes adultos e as Ações de Controle do Tabagismo de 1989 a 2009;



Fonte: INCA, 2019.

Durante os anos essas instituições/órgãos desenvolveram diversas medidas, algumas delas instituíram a restrição à propaganda e comercialização de cigarros; restrição à entrada de novos fabricantes; controle do teor de nicotina, alcatrão e monóxido de carbono; restrição ao consumo de cigarros em locais públicos, bares e restaurantes, além de medidas voltadas para a questão fiscal e combate ao contrabando (NASCIMENTO, 2012). Se observarmos a figura acima (Figura 2), podemos perceber a efetividade dessas medidas sobre a queda do consumo de cigarros entre homens e mulheres.

Quadro 2 - Tabagismo na população acima de 18 anos no Brasil entre 1989 e 2013

Percentual de tabagismo na população acima de 18 anos no Brasil				
Pesquisa	Ano	Total	Homens	Mulheres
Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição	1989	34,8 %	43,3 %	27,0 %
Pesquisa Mundial de Saúde	2003	22,4 %	27,1 %	18,4 %
Pesquisa Especial de Tabagismo	2008	18,5 %	22,9 %	13,9 %
Pesquisa Nacional de Saúde	2013	14,7 %	18,9 %	11,0 %

Fonte: INCA, 2019.

Ao mesmo tempo que podemos observar uma diminuição significativa do consumo interno de cigarros no Brasil (quadro 2), verificamos um aumento na produção brasileira em relação a outros países produtores. Segundo a Epagri (2004),

entre os anos 1990 e 2003 houve uma redução de 13% da quantidade produzida de tabaco mundialmente. Essa redução ocorreu em quase todos os principais produtores mundiais. O Brasil tem feito o caminho inverso, saiu da condição de quarto produtor mundial no início dos anos 90 para a de segundo nos anos mais recentes. O aumento da produção brasileira foi impulsionado pelo crescimento da demanda no mercado externo, causada pela redução da produção de alguns países, importantes produtores e exportadores mundiais (EPAGRI, 2009).

Um dos fatores que influenciaram diretamente essa redução da produção mundial são as políticas antitabagistas, porém o Brasil entrou na contramão dessa lógica, diminuindo consideravelmente seu consumo interno de cigarros ao longo dos anos, mas ao mesmo tempo ampliando sua produção e exportação, tornando-se o país que mais exporta tabaco no mundo.

O Brasil é o maior exportador de tabaco do mundo desde 1993, sendo responsável por 19,5% do total mundial. Entre os maiores exportadores estão, também, a Índia (9,1%), China (7,2%), Estados Unidos (7,2%), Zimbábwe (6,5%) e Malawi (4,4%) (EPAGRI, 2017, p. 92).

Os ciclos de consumo e de produção oriundos do tabaco estão alinhados no mesmo sistema e articulados pelas mesmas empresas fumageiras. No caso do ciclo do consumo, o principal foco dessas multinacionais é o adolescente, que é incentivado à dependência química por meio de estratégias de marketing, que devem atraí-lo. No que tange ao ciclo da produção, o principal foco das fumageiras é o pequeno agricultor familiar, já que grande parte dos produtores tem o tabaco como a principal atividade, tornando-os dentro do processo do desenvolvimento da cadeia produtiva do tabaco mais suscetíveis social e economicamente. Convencidos pela ideia de retorno financeiro significativo com qualidade de vida, os produtores de tabaco acabam engendrados em um sistema de dependência econômica (CAVALCANTE, 2017).

Dois pontos principais motivam o interesse das fumageiras pelos pequenos agricultores. O primeiro está relacionado com a garantia de mão de obra barata da propriedade familiar, gerando baixos custos na produção do tabaco brasileiro, oportunizando que as multinacionais fumageiras possam manter baixo o preço final dos cigarros e outros derivados. Já o segundo diz respeito ao poder que as multinacionais podem exercer sobre a produção agrícola, que oportuniza que a carga

de aumento de impostos ou prejuízos decorrentes da redução da demanda de tabaco recaia sobre o preço pago ao agricultor pelo quilo de tabaco (CAVALCANTE, 2017).

O fato de o tabaco ser a principal renda dos agricultores familiares faz com que fiquem dependentes das fumageiras e conseqüentemente do mercado externo, sendo a produção brasileira dedicada majoritariamente para a exportação. A manutenção da oferta e da demanda de cigarros está vinculada a discursos que trazem como argumentos fatores de ordem econômica e social. Devido a isso, na maioria dos países são implementadas medidas antitabagistas de redução do consumo do cigarro, ao invés de acabar definitivamente com a produção (NASCIMENTO, 2012).

Segundo Nascimento (2012), um dos argumentos está vinculado com a questão do vício. Defende-se que se o cigarro não for ofertado de forma legal os usuários não seriam impedidos de consumi-los, pois poderiam consegui-los de forma ilegal. Esse processo acabaria por estimular o tráfico, tornando-o muito mais atrativo para grupos criminosos, pois a fabricação e a comercialização seriam ainda mais lucrativas, gerando mais criminalidade e violência.

Um outro argumento está vinculado com a questão do trabalho. Segundo a Epagri (2013), a atividade fumicultura no Brasil foi responsável por cerca de 940 mil empregos diretos, afetando não apenas a agricultura, considerando também os empregos gerados na indústria, além de cerca de 1,44 milhão de empregos indiretos (EPAGRI, 2013).

Porém, Nascimento (2012) destaca que os estudos independentes produzidos acerca do trabalho na indústria dos cigarros são superestimados, pois a maioria dos trabalhos relacionados com os cigarros nas redes de atacado e varejo não são dedicados exclusivamente à comercialização. E nos postos de trabalho onde há uma dependência a esses produtos, esses trabalhadores poderiam facilmente ser remanejados para outros segmentos se houvesse uma proibição mais incisiva da produção.

No caso dos agricultores familiares produtores de tabaco, as medidas vêm sendo implementadas com o foco em redução a longo prazo, tendo a diversificação da produção como seu maior carro-chefe.

Segundo INCA (2014), com o objetivo de desenvolver estratégias de diversificação produtiva, apoiando projetos de extensão rural em propriedades de agricultores familiares produtores de tabaco, o Programa de Diversificação em Áreas

Cultivadas com Tabaco foi implementado em 2005, comandado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O programa busca: fortalecer o desenvolvimento sustentável; ampliar e melhorar a segurança alimentar das famílias agricultoras; adotar modelos de diversificação de produção; melhorar a qualidade de vida nas propriedades, aproximando todos os membros da família aos processos de planejamento e venda.

Para isso foram investidos mais de 25 milhões no projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), promovendo formação, gerando referências de diversificação em territórios onde a produção de tabaco ainda é muito comum. Foram feitos mais de 75 projetos, em vários estados, em parceria com a sociedade civil, universidades, produtores, organizações governamentais, beneficiando mais de 45 mil famílias. (INCA, 2014)

O processo de diversificação da produção oportuniza a diminuição da dependência econômica do tabaco, pois com a implementação de outras culturas nas propriedades os agricultores podem passar a diminuir a produção. Essas medidas passam a ser formas de resistências dos agricultores, tanto perante a exploração das fumageiras quanto na luta pela permanência no campo, discussão esta que desenvolvemos no segundo capítulo.

Com o levantamento histórico e econômico da fomicultura realizado neste capítulo, podemos identificar várias mudanças e permanências ocorridas durante o período estudado. Essas alterações obviamente atingiram diretamente ao mercado fumageiro, porém, os reflexos dessas alterações, não se reduziram apenas a indústria, todo o processo produtivo do tabaco realizado nas pequenas propriedades também foi atingido.

Como discutimos acima, a preocupação com o tabagismo no país e no mundo gerou várias consequências no âmbito econômico. Essa pressão pela criação e perpetuação de medidas e leis que combatessem o tabagismo também contribuiu para o processo produtivo dos agricultores produtores de tabaco. Conjuntamente com as campanhas e políticas de conscientização, foram criadas estratégias de diversificação produtiva. Por meio da diversificação, muitos agricultores puderam ampliar seus cultivos para além da produção de tabaco.

No desenvolver da análise feita a partir das sínteses, foi observar que a partir dos anos 1990, o Brasil desenvolveu uma ampliação da produção e um aumento da participação do país na exportação de tabaco. Essa alta só foi possível pelas

alterações inseridas no meio rural nesse período. Com uma qualidade de tabaco boa, e uma mão de obra barata em relação a outros países produtores de tabaco, a produção de tabaco brasileira se tornou alvo de desejo de mais fumageiras a partir de 1990. As várias empresas fumageiras que se instalaram no Brasil nesse período, procuraram incentivar a ampliação da produção tabaco nas propriedades por meio do incentivo a novas tecnologias no processo produtivo (como estufas elétricas e tecedeiras). Causando obviamente mudanças no processo produtivo e também nas relações de trabalho. Na região do Extremo Sul Catarinense com a ampliação da quantidade de empresas fumageiras presente nas regiões produtoras, ocorreu a perda da hegemonia da empresa fumageira Souza Cruz, o que possibilitou que os agricultores passaram a ter mais poder escolha entre as fumageiras, fortalecendo um processo de resistência sobre o processo de classificação, que discutiremos amplamente no capítulo seguinte.

3. AS MÚLTIPLAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA PRODUÇÃO DE TABACO.

Neste segundo capítulo discutiremos as múltiplas relações de trabalho e os agricultores familiares que estão inserido dentro do modelo integrado de produção de tabaco e, contextualizando a formação do sistema integrado e suas relações no processo produtivo. Analisaremos, ainda, a relação entre proprietários e empresas fumageiras, ou seja, entre proprietário e agregado (ou arrendatário), e entre agregado e trabalhador diarista, dentro do sistema integrado na produção de tabaco, por meio das entrevistas realizadas com os agricultores.

O trabalho no campo e os agricultores/as são vistos de várias formas na sociedade. É comum a vida no campo ser associada ao trabalho árduo e a uma visão preconceituosa de atraso intelectual e tecnológico. Em contrapartida, a vida na cidade foi ilustrada para muitos agricultores como uma garantia de tranquilidade, com oportunidades de emprego de menos trabalho árduo, com a segurança de horários e de assalariamento. Esse processo de desqualificação vem contribuindo para uma visão negativa sobre a vida no campo. Essas narrativas foram um dos mecanismos que fomentaram o êxodo rural no processo de urbanização brasileira, colocando o campo como sinônimo de atraso e a cidade como sinônimo de progresso. Segundo Gobbi (2020), devido à predominância de pequenas propriedades familiares na Região Sul, que viviam do desenvolvimento de diversos cultivos, com suas respectivas características econômicas, o processo de urbanização foi mais lento e com um número reduzido de migração de agricultores rurais para as cidades até os anos 70.

A agricultura familiar de subsistência teve grande influência na economia regional dos núcleos coloniais do Sul Catarinense. Antes mesmo da chegada dos imigrantes europeus, já se praticava nas áreas de ocupação luso-brasileira o cultivo de produtos fundamentais para alimentação, como mandioca, milho, feijão e cana-de-açúcar, que também eram comercializados. Após a chegada dos europeus, outros produtos agrícolas foram inseridos na economia regional com o propósito de gerar uma renda maior, com o intuito de quitar os lotes de terras que eles haviam comprado nessa região. Foram instaladas diversas estruturas para o beneficiamento desses produtos, como os engenhos de farinha, alambiques e engenhos de açúcar mascavo, entre outros (JUNG, 2018).

O conceito de agricultura familiar, para Wanderley (1996), se caracteriza principalmente em uma agricultura em que a família é dona do meio de produção, ou

seja, da propriedade onde realizam a atividade agrícola, além de serem responsáveis pelo trabalho e produção. O autor enfatiza que a participação da família não é um simples detalhe, o envolvimento familiar na estrutura produtiva e de trabalho influencia muito na forma como lidam com as questões sociais e econômicas.

Devemos ressaltar que, antes do processo de modernização conservadora do campo, a produção da agricultura familiar era principalmente para a subsistência e, normalmente, fazia-se apenas a venda do excedente das produções. A lógica do trabalho e da vida no campo se dava ao entorno do ambiente em que viviam.

A atenção ao tempo de trabalho depende em grande parte da necessidade de sincronização do trabalho. Mas na medida em que a manufatura continuava a ser gerida em escala doméstica ou na pequena oficina, sem subdivisão complexa dos processos, o grau de sincronização exigido era pequeno, e a orientação pelas tarefas ainda prevalecia. (THOMPSON; 1998, p.280)

A lógica de produção dentro do campo é associada à vontade do próprio agricultor, já que este é dono do próprio meio de produção e, nessa lógica, poderia determinar quando e como desenvolveria as tarefas. Com o processo de modernização, os agricultores que continuaram a produzir no campo tiveram que se associar à lógica instituída pelo capital e pelas agroindústrias. Passaram a produzir produtos não alimentícios, dentro de uma escala de produção direcionada para a exportação (no caso do tabaco), desenvolvendo uma escala de produção norteada pelos prazos instituídos pela demanda da própria produção e pelas fumageiras.

Segundo Pires (2008), o conceito de “modernização conservadora” foi desenvolvido por Barrington Moore Júnior, com o intuito de analisar as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão. Estas não seguiram a versão clássica, foram revoluções burguesas parciais, pois não destruíram efetivamente as estruturas sociais, políticas e econômicas do regime anterior. Promoveram apenas uma rearticulação dos proprietários de terras com a burguesia para instaurar um novo contrato político e econômico.

De acordo com Furtado (1980), o processo de modernização do campo vai servir como apoio para a construção do sistema econômico mundial. As modificações das formas de consumo e produção privaram a sociedade de suas ocupações anteriormente tradicionais, impondo um movimento de mecanização das

infraestruturas e transformações na agricultura com o objetivo de fortalecer a exportação.

O processo de desenvolvimento da modernização conservadora do campo, no Brasil, penetrou o espaço econômico do setor agropecuário, associando-o aos moldes capitalista e empresarial, acabando por promover a exclusão das classes sociais baixas no acesso ao dinheiro, ao trabalho e às terras. Desenvolveu leis, normas e instituições, beneficiando a burguesia rural, os intermediários e beneficiadores. Ainda, estimulou os agricultores familiares a produzir segundo a necessidade das cadeias produtivas dos vários complexos agroindustriais do país (PIRES, 2008).

Segundo Graziano da Silva (1982), o Estado, por meio de diversas políticas, incentivou mecanismos que tinham como intuito a capitalização das grandes propriedades. Um desses mecanismos mais importantes é o crédito rural, por ser de fácil acesso aos grandes proprietários, pois oferece recursos financeiros que, em muitos casos, foram transformados em reservas de valor para a compra de mais terras. Desenvolveu também o tabelamento dos preços agrícolas, que favorece os produtos que são importantes para a economia do país, e tabelou os preços de alimentos em um nível inferior, pois ele é garantido pelas pequenas propriedades, que dependem da venda desses alimentos. O autor ainda cita que os incentivos fiscais dados pelo governo foram outro fator importante nesse processo.

Segundo Miellitz Neto (2010), inicialmente, os subsídios e o acesso ao crédito facilitam a compra de equipamentos e de máquinas na agricultura brasileira, oportunizando a criação de um modelo de agricultura mecanizada e química. Essas políticas de incentivo ao desenvolvimento do capitalismo no campo foram fatores importantes na manutenção do sistema latifundiário, no qual a terra assume o papel principal, criando uma “modernização conservadora”, fazendo a manutenção do sistema latifundiário e favorecendo as grandes e médias propriedades, bem como as culturas desenvolvidas nelas (GRAZIANO SILVA, 1982).

Segundo Dieese (2012), o processo de modernização ocorrido a partir dos anos 50, com a Revolução Verde, foi estruturado em um modelo voltado para o agronegócio. Com o incentivo à utilização de maquinário, de agrotóxicos, de melhoramento genético e de rações e suplementos alimentares industrializados, estimulado pelo capital financeiro, a indústria, por grandes fazendeiros e pelo estado, por meio de incentivos financeiros, fomentou um aumento na produção agrícola que

não foi acompanhado concomitantemente por uma distribuição produtiva de terra e de renda. Com este processo, o país passou a focar nas demandas tanto internas quanto externas, tornando a produção agrícola um dos principais setores na exportação.

Graziano Silva (1982) aponta que, principalmente após os anos 60, houve um aumento de alimento e de matéria-prima para o mercado interno, sem comprometer as exportações; além de uma “verdadeira industrialização da agricultura”, provocando o surgimento de demandas cada vez maiores de máquinas e de insumos, integrando a agricultura ainda mais no circuito de economia global. O próprio processo de industrialização gerou o mercado que a indústria precisava para sua expansão, primeiramente, por meio da expansão da fronteira agrícola que, no período de 1960 a 1970, teve um aumento de mais um milhão de estabelecimentos agropecuários; em segundo lugar, por meio da carência de insumos instituída por meio mudanças causadas na agricultura, tornando-a uma consumidora da própria indústria, já que as propriedades passaram a necessitar cada vez mais de insumos, como máquinas e adubos, entre outros, para poder produzir a matéria prima para o mercado (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

O processo de alteração do complexo rural para os complexos agroindustriais (Cais), ocorreu perante a passagem da economia natural – em que geralmente só havia um produto com valor comercial, que era destinado ao mercado externo, sendo as fazendas responsáveis por produzir a grande maioria do que era necessário para a produção, como insumos, serviços e equipamentos –, para um modelo integrado à indústria que intensificou a divisão do trabalho. Ainda, a especialização do processo produtivo agrícola passou a depender totalmente da indústria na importação de insumos e de maquinários, com o objetivo de ampliar a produção (GRAZIANO DA SILVA, 1998). Com a constituição dos complexos agroindustriais, são ampliadas formas de dominação das indústrias que fazem a benfeitoria dos produtos perante as produções rurais, por meio de contratos, passando a controlar o processo produtivo (SILVA, L. X. 2002).

Atualmente, podemos observar a coexistência de diferentes relações trabalhistas dentro da produção agrícola, assim, podemos citar o agronegócio em suas grandes propriedades de terra, utilizando o assalariamento como a principal relação de trabalho. Também há as pequenas propriedades, que têm como base o trabalho familiar e as relações que a cercam, como o sistema de parceria, a meia,

além da contratação de diaristas quando a mão de obra familiar não é o suficiente (DIEESE, 2012).

A pequena produção é constituída por pequenas áreas que têm baixa renda, onde o trabalho da família é o principal responsável pela produção e, na grande maioria das vezes, é feito sob condições precárias. No entanto, o trabalho familiar é responsável por grande parcela da matéria-prima para a transformação industrial e boa parte da produção alimentícia do país. No caso das grandes propriedades não há uma grande participação na produção de alimentos e de matéria-prima, com exceção da cana de açúcar. São mais comuns as atividades extrativas, vegetal ou florestal, e a pecuária bovina. Já a produção de trigo, café, milho, laranja e algodão, são produzidas em propriedades com extensão menor, mas com um valor de produção bem elevado (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

Assim, de um lado, a pequena produção revela-se como importante no sentido de gerar uma parcela considerável da produção agrícola. De outro, contudo, a sua existência também significa um alto grau de exploração da força de trabalho, devido à necessidade que os trabalhadores têm de intensificar e aumentar a jornada no sentido de obter a subsistência. Além disso, o rebaixamento de salários que ela permite, estimula a manutenção dos baixos níveis de capitalização que se observa na agricultura brasileira. GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 39)

As políticas de estímulo à modernização não alcançaram as pequenas propriedades, principalmente aquelas que se dedicavam a produzir alimentos. A maioria dessas propriedades não tinha um grande poder aquisitivo e não pôde se enquadrar nos moldes empresariais para continuar produzindo (GRAZIANO DA SILVA, 1982). A modernização conservadora do campo transformou a produção agrícola, estruturando-a em um modelo voltado para a exportação, direcionado principalmente para o agronegócio. As pequenas propriedades da agricultura familiar foram atingidas por esse processo, mas como não se encaixam nessa estrutura, por diversos fatores, como a capacidade de produção e de mão de obra, acabaram se encontrando em diversas dificuldades. De acordo com Hartwig (2016), este processo ocorrido na agricultura provocou muitas alterações na produção da agricultura familiar, encurralando os produtores entre poucas alternativas, entre elas a de se inserirem em uma nova dinâmica de produção, adotando um novo modelo produtivo, integrando-se ao complexo agroindustrial multinacional.

No caso das propriedades vinculadas e subordinadas às agroindústrias, Graziano da Silva (1982) ressalta que a apropriação do excedente ocorre por meio da assistência técnica e do financiamento de insumos, o que gera a dependência do produtor rural, que é introduzido em um padrão técnico com a produção destinada para um mercado muito mais direcionado e restrito. Nesse processo o mesmo mercado que compra a matéria prima produzida, também, é aquele que fornece os produtos necessários para a produção.

A modernização é instituída a esses pequenos agricultores por meio de uma estrutura, construída como sinônimo de avanço tecnológico, que garantiria mais produção e, conseqüentemente, mais lucro. Todavia, ao mesmo tempo, gera a perda da autonomia dos agricultores sobre o processo produtivo, a dependência da indústria produtora de máquinas e insumos e a necessidade da exploração cada vez maior da força de trabalho familiar.

A agricultura familiar foi afetada por esse processo não apenas em sua dinâmica de produção, de venda e de renda, ou seja, também foram afetadas as relações dentro das famílias, o consumo de alimentos, a configuração das propriedades e, principalmente, as relações de trabalho. A visão sobre o que é ter qualidade de vida também vai se alterar. A intensa idealização do moderno e do tecnológico como sinônimo de desenvolvimento e bem-estar vai transformar radicalmente a vida social e o trabalho dentro das pequenas propriedades, onde a aquisição de bens e a inserção em uma estrutura de mercado, dentro da lógica do capital, são vistas positivamente, mas sem levar em conta os gastos e a sobrecarga do trabalho familiar.

3.1 AS EMPRESAS FUMAGEIRAS E O SISTEMA INTEGRADO.

O modelo integrado vai ganhar espaço conjuntamente ao processo de modernização do campo, alterando de forma significativa a vida e o trabalho dos agricultores. Entre essas mudanças está a estrutura de produção. Os agricultores que antes tinham pouco ou nenhum maquinário vão passar a ter acesso a eles por meio de financiamentos realizados com o intermédio das fumageiras.

O cultivo de tabaco integrado é, e foi adotado, por diversas propriedades na Região Sul. São diversos os fatores que levam os agricultores, mesmo trabalhando em condições muito difíceis, a produzir o tabaco. Um deles é a idealização de maior

lucro financeiro, pois o modelo de tabaco integrado cria uma ideia de maior segurança financeira. Eles sentem-se assegurados pelo seguro da safra, além de terem expectativas sobre o montante que é pago às famílias no final da safra. Esse valor, por vezes muito alto, acaba criando a ilusão de uma safra lucrativa, porém, os gastos que os agricultores têm durante o ano com a produção acabam ficando fora dessa conta.

A integração é apenas mais uma das características do processo de modernização do campo brasileiro. Para ser moderno era fundamental estar em consonância com o ideal de industrialização do país. Desta forma, a partir da década de 60, ao setor agrário é dada a responsabilidade de contribuir para a expansão do setor industrial, especialmente da indústria de bens de produção. Para tanto, a agropecuária deveria gerar dividendos para o país, possibilitando a importação de bens de capital, bem como se tornar “consumidora”, adquirindo máquinas e insumos ou bens de consumo (SANTOS, 2004, p. 9).

O modelo integrado vai promover um estímulo à criação de novas unidades, provocando o aumento do preço da terra. Assim, conseqüentemente, as multinacionais vão ter, à disposição, vários fornecedores de matéria-prima em condições favoráveis e com um excedente maior de produção. Dessa maneira, a modernização passa a ser vista como a saída dos produtores de baixa remuneração (JUNG, 2018).

O sistema integrado na produção de fumo constitui uma forma de organização do processo produtivo que, por um lado, reduz os custos da produção e garante o aumento da produtividade das indústrias integradoras e, por outro, precariza as condições de vida, saúde e trabalho dos agricultores integrados, a partir de relações de exploração exaustivas na realização do trabalho em todo o processo produtivo (HARTWIG, 2016, p. 16).

O trabalho familiar no tabaco faz parte de uma cadeia de produção, visto que é das propriedades desses agricultores que a matéria principal da produção de cigarros deriva. Os fumicultores são apenas uma peça do ciclo criado pelas empresas fumageiras (CONDE, 2012), e isso pode ser observado no esquema da cadeia de produção do tabaco abaixo (Figura 03).

Figura 3 - Cadeia produtiva do tabaco



Fonte: AFUBRA, (s.d).

De acordo com Silva M. M. (1999), a maioria dos contratos assinados por agricultores, que queriam se integrar, previa que o fumicultor tinha o dever de: construir as benfeitorias que fossem necessárias para o cultivo e beneficiamento do produto; produzir certa quantidade previamente já estipulada no contrato; fazer a venda de toda produção somente à empresa integradora, sendo o excesso de responsabilidade do agricultor, já que a fumageira não tinha a obrigação de comprá-lo. Os contratos ainda exigiam que o fumicultor entregasse o tabaco em folha já manocado, enfardado; realizasse o plantio seguindo as recomendações tecnológicas indicadas e previamente estabelecidas, utilizando somente a quantidade de sementes e de produtos químicos estipulados pelos instrutores; fizesse o armazenamento dos produtos químicos em local apropriado; e, por fim, fizesse o uso dos equipamentos de proteção individual durante o manuseio e a aplicação dos agrotóxicos.

Os compromissos das empresas fumageiras geralmente estabelecidos nesses contratos eram de realizar a compra total da produção prevista anteriormente; fazer a classificação do tabaco recebido; oportunizar a compra de insumos e, no fim da colheita e do preparo do tabaco, fazer o transporte para as suas instalações. Além disso, em alguns casos, os agricultores faziam uma declaração dando autorização à

fumageira para encaminhar a aquisição de crédito rural para poder adquirir e construir novas instalações, como o galpão ou a estufa (SILVA, 1999).

Ao serem questionados sobre a questão dos contratos de integração com as empresas fumageiras, os/as agricultores/as entrevistados/as trazem várias singularidades, que são relevantes para compreendermos o processo de desenvolvimento do tabaco na região de Içara no período analisado.

Grande parte dos contratos funcionam é para elas, só querem ter certeza que vou produzir fumo, é pra eles, aí assim, se não tiver boa a produção, também não compram. A empresa compra a quantidade do contrato, mas também depende como está faltando produto, aí eles compram até a mais ou não, é conforme está a produção.⁴

Neste depoimento do agricultor entrevistado podemos perceber o descontentamento com a unilateralidade do contrato de integração, que garante a estabilidade apenas para a empresa fumageira, deixando o agricultor com a obrigação de promover uma safra dentro dos padrões exigidos pela empresa, e que esteja de acordo com a necessidade do mercado.

Nós fizemos contrato de compra e venda, e pelo que sei aqui na região nunca deu problema da empresa ir em cima e tipo assim, não cumprir o contrato, porque eles também não estão muito afim de se meter com a justiça né. O contrato com a fumageira é sempre a mesma coisa, qualidade, limpeza, estimativa, tudo, menores de idade não trabalhar, essas coisas assim, não usar lenha de mato, todos os contratos das fumageiras são praticamente iguais.⁵

Nos contratos mais recentes feitos pelas fumageiras, as empresas têm incluído cláusulas, criando diversas restrições contra algumas formas de trabalho, proibindo o trabalho infantil e o trabalho de idosos, exigindo o uso de equipamento individual no manuseio do tabaco e no uso do agrotóxico, entre outras especificidades que a legislação passou a exigir. Porém, como já estão cientes dessas e das outras exigências descritas nos contratos, e como trabalham com essas empresas há algum tempo, muitos agricultores acabam não fazendo uma leitura mais aprofundada do contrato de integração, confiando que em todos os anos as empresas vão fazer as mesmas exigências.

⁴ Entrevistado 1. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 04 de novembro de 2020.

⁵ Entrevistado 2. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 06 de novembro de 2020.

Em suas falas os agricultores demonstram uma acomodação com os contratos feitos pelas fumageiras, não os analisando profundamente, não sugerindo mudanças e não entrando em debate com as fumageiras. Isso ocorre por vários motivos ligados aos mecanismos de controle que as empresas fumageiras exercem sobre os agricultores. Um desses mecanismos é a entrega do contrato ser feita pelo instrutor, que busca criar uma relação de amizade com os agricultores, convencendo-os a lhe ter como um amigo e parceiro no desenvolver da colheita. Diante disso, muitos agricultores preferem não criar desentendimentos e deixam de fazer contestações sobre o contrato.

Olha, vou ser bem sincera contigo, nunca parei para ler. Até hoje nunca tivemos problema, sempre trabalhamos bem regradinho com a empresa, bem certinho mesmo, é como assim, já puxamos a mais de 15 anos o fumo pra eles. Bastante tempo mesmo fumo pra eles, no caso, só plantam fumo para aquela empresa, tanto que é difícil trabalhar com uma só, a maioria tem mais e uma.⁶

A pluralidade de contratos de integração de uma família com mais de uma empresa integradora por safra tem sido cada vez mais comum no município. A monopolização da empresa fumageira Souza Cruz na compra da produção do tabaco do município de Içara não abria espaço para negociações entre os fumicultores e a empresa. No caso da agricultora citada acima, temos a permanência em apenas uma empresa fumageira. Isso ocorre porque, além de serem produtores de tabaco, o marido da agricultora trabalha como caminhoneiro no transporte do tabaco para a mesma empresa que compra o tabaco da família. Nesse caso, a empresa integradora exerce ainda mais controle sobre a família que, além de depender da empresa para a venda do tabaco, ainda tem o vínculo empregatício com a fumageira, o que os deixa com medo da perda do trabalho do marido, caso façam contratos com outras fumageiras.

A empresa fumageira que fazia mais exigência de venda total da produção era a Souza Cruz, mas aí o pessoal acabou não sendo tão fiel a ela porque ela também não estava sendo com os agricultores, aí a compra dela também não estava sendo boa, o pessoal começa a desanimar, aí eles começam a trabalhar com outras.⁷

⁶ Entrevistado 4. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 8 de dezembro de 2020.

⁷ Entrevistado 3. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 1 de dezembro de 2020.

Os agricultores ressaltam que vivenciam uma sensação de insegurança com os contratos de integração, pois os mesmos garantem principalmente os interesses das fumageiras e não priorizam as necessidades dos produtores de tabaco. A falta de leitura e a confiança de que os contratos serão iguais todos os anos colocam os agricultores ainda mais à mercê das empresas fumageiras.

Outra singularidade importante que devemos considerar é a questão da flexibilização da exclusividade da venda total da produção. Podemos observar que os contratos de integração, anteriormente, previam a venda total da produção para a empresa que fizesse o contrato de integração com os agricultores. Agora, podemos observar um aumento na quantidade de empresas e de contratos assinados pelos produtores. Em apenas uma safra, eles passaram a destinar uma quantidade estipulada e não mais o total de sua produção para apenas uma empresa.

Agora nos praticamente trabalhamos com todas as fumageiras da região, tem a China, a Lise one, a Premium também. Por exemplo se a gente produzir 100 mil pés de fumo posso vender só 50 mil para cada fumageira, na verdade hoje a gente faz contrato com a quantidade de fumo que a gente quiser, se eu contratar tanto com aquela fumageira ali, eu tenho que entregar aquele tanto, se eu não entregar tem multa e coisa assim, mas nunca aconteceu.⁸

A flexibilização da exigência da venda total do tabaco para a empresa contratada só passou a ser possível pela pluralização das empresas na região. A maioria dos agricultores teve mais oportunidades de negociar e escolher para qual empresa venderiam sua produção. Porém, mesmo com um avanço considerável, os agricultores continuaram a ter que estipular a quantidade de tabaco que venderiam no fim da safra nos contratos assinados com as fumageiras, podendo só alterar essa quantidade dependendo do desenvolvimento de sua safra e da negociação com as empresas as quais são integrados.

Eu assinei contrato certinho com todas elas. É que é assim, antes a gente tinha contrato só com uma, mas elas tentaram passar uma rasteira em nós, e aí começamos plantar para outras também, daí vamos dizer assim, eu não conseguia vender bem em uma partia pra outra, e hoje a que pagar melhor leva o produto.⁹

⁸ Entrevistado 2. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 06 de novembro de 2020.

⁹ Entrevistado 1. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 04 de novembro de 2020.

A garantia do lucro ou prejuízo dos agricultores vem do processo de classificação das folhas do tabaco feita pelas empresas fumageiras. O descontentamento com o processo de classificação, bem como a falta de ajuste de preço condizente com o preço dos insumos e gastos de produção, fez com que muitos procurassem formas de resistir à subordinação instituída pelas fumageiras. Conseguir negociar a venda do tabaco fez com que os agricultores passassem a ter um pouco mais de controle sobre sua produção, garantindo mais segurança de sua renda.

É que antes o meu pai trabalhava com a Souza Cruz, o meu vizinho com a Fumosul, outro com a J Renner, que era as empresas de antes, mas elas tinham um padrão de compra, por exemplo esse aqui era BO1, todas elas pagavam o BO1, só que agora todas as empresas começaram a mudar, tem empresa que nem o preço do fumo tá sendo igual, e tem empresa exigindo mercado de fumo fino, outras exigindo mercado de fumo grosso, e aí o colono chega em um certo ano que ele tem uma boa qualidade de fumo mas não é o que interessa pra aquela empresa, mas sim pra aquela outra. Ai o que está acontecendo é que nós estamos trabalhando na faixa de duas a três empresas, porque tipo, ano passado tinha uma que preferia o R, outra que preferia o fumo fino, mas a outra queria um fumo estourado, aí o que eu fazia era mandar o fumo fino pra uma, o fino estourado para outra, o R para outra e conseguia vender bem melhor a minha lavoura do que eu fosse vender de repente pra uma só, que ia valorizar só uma parte da minha lavoura.¹⁰

No período em que a venda era monopolizada por apenas uma a empresa, se a qualidade da folha do tabaco não fosse a desejada pela integradora, o valor da classificação era baixo, fazendo o lucro do produtor diminuir. Esse processo de pluralização de contratos de integração possibilitou aos agricultores direcionar o tipo de folhas de tabaco que cada empresa deseja.

Atualmente, na região de Içara, pelos dados coletados com os agricultores/as, as empresas fumageiras mais atuantes são a Alliance One, a Premium Tabacos do Brasil e a China Brasil Tabacos Exportadora S.A. A saída da empresa fumageira Souza Cruz da região de Içara é um ponto importante a ser discutido. A empresa, que foi pioneira na contratação do modelo integrado de produção de tabaco na região, tem diminuído muito a sua atuação.

Até ano passado nós éramos associados a Souza Cruz, ai a Souza Cruz decidiu sair fora, mas pelo que eu vi já estão voltando, a conversa é que foi questão de chefia que la mudou, é que na verdade eles reduziram né, 30 milhões de quilos aqui no Brasil, dai a nossa região foi uma cortada também.¹¹

¹⁰ Entrevistado 3. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 1 de dezembro de 2020.

¹¹ Entrevistado 2. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 06 de novembro de 2020.

Antes mesmo da Souza Cruz sair da região de Içara, já era muito comum a presença de outras fumageiras, porém, a saída da empresa provocou o desligamento de vários agricultores, que se mantinham fiel somente à empresa, sem fazer outros contratos. Os agricultores que tiveram os contratos rompidos com a Souza Cruz, e permaneceram no desenvolvimento do cultivo de tabaco, passaram a abrir espaço para trabalharem com mais de uma empresa integradora.

Em seu depoimento concedido a essa pesquisa, no dia 18 de novembro de 2020, o engenheiro agrônomo da Epagri, Luiz Henrique Coam¹², diz que: “[...] uma das empresas da região, a Souza Cruz, tem encerrado alguns contratos com alguns produtores na região, deixando o pessoal meio cabreiro, então, o pessoal tá tentando focar em uma outra atividade”. Aqueles que não abandonaram a produção de tabaco passaram a diversificar mais a produção, colocando outras culturas junto à produção de tabaco, além de passarem a fazer a contratação de mais de uma fumageira por safra.

O processo de aumento das fumageiras é uma forma de resistência dos agricultores perante o processo de classificação e compra exercido pelas fumageiras, ou seja, eles passam a ter mais controle sobre a venda da sua safra. Mas não podemos deixar de mencionar que a compra do tipo e da qualidade do tabaco vem do mercado internacional, e todas as empresas que estão na região dependem da demanda do mercado, que passa a influenciar diretamente na forma de classificação e compra do tabaco. Segundo Hartwig (2016), ao se integrar, o agricultor, quando não atinge a produção necessária para custear o pagamento da produção e os insumos – e até em alguns casos os financiamentos feitos pela empresa –, entra em um processo de endividamento.

A pluralidade de contratos com as empresas fumageiras em apenas uma safra só é possível se o agricultor não estiver em dívidas com a empresa fumicultora. Quando o chamado “subsídio” é feito pelos agricultores por meio das empresas fumageiras, o agricultor compra um financiamento, com o intuito de comprar o pacote para a produção de tabaco e, também, para a construção da estrutura necessária, causando um endividamento com a empresa.

¹² COAM, Luiz Henrique. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 18 de novembro de 2020.

Como se pode inferir a relação com a indústria integradora é de subordinação total. A partir do momento em que o agricultor integrado não atinge a produção estimada no contrato, inicia-se o processo de endividamento, que, de uma forma ou de outra, vai garantir a produção para a indústria, mesmo após o rompimento da integração, pois a dívida pendente deverá ser quitada com a produção de fumo. (HARTWIG, 2016, p. 92)

Se o agricultor não saldar a dívida com a empresa, ele se sente obrigado a dar sequência em seu contrato, já que o pagamento da dívida é cobrado por meio da mercadoria entregue, o que os leva a manter uma fidelidade à empresa, não fazendo outros contratos com outras fumageiras. Os contratos, além de diversas especificidades, criam um vínculo da propriedade e da família ao pacote oferecido pelas fumageiras, criando uma amarra, ocasionando o endividamento em alguns casos (SORIANO, 2016).

O contrato de integração entre fumicultores e agroindústrias prevê que são estas que avaliam e intermedeiam o financiamento junto aos bancos. São elas também que, em nome do receituário tecnológico, adquirem e repassam aos fumicultores, em forma de adiantamento, os insumos químicos e biológicos necessários ao plantio. Baseado neste procedimento, e mediante a comprovação das despesas das empresas com os fumicultores, o banco então transfere os recursos financiados em nome dos agricultores para as contas das empresas. Esse modelo de financiamento tem permitido às empresas fumageiras dispor de recursos com juros subsidiados, inclusive recursos públicos como quando utilizaram recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como de recursos financeiros advindos dos bancos privados, para financiar a produção de sua principal matéria-prima (SILVEIRA; DORNELLES, FERRARI, 2012, p. 17).

Ao serem questionados sobre financiamentos, os agricultores, em sua maioria, não os vêem como uma dívida, os identificam como investimento, adiantamento, subsídio e outras nomenclaturas. Essa renomeação que os agricultores dão aos financiamentos ocorre principalmente por uma questão moral. Muitos agricultores consideram a obtenção de uma dívida como algo inadmissível e uma mancha à moral da família. Logo, ao tratarem essa dívida como um investimento, os agricultores tentam amenizar o peso desse débito.

Tive que fazer bastante investimento, até hoje estamos pagando [...] tivemos que comprar trator, pra tudo, a gente também tem PRONAF, pro milho e soja. Pra começar tivemos que fazer tudo de novo, estufa, comprar trator, tudo, esse ano ainda fizemos a irrigação.¹³

¹³ Entrevistado 2. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 06 de novembro de 2020.

No depoimento citado acima temos o caso de uma família composta por um casal jovem, que retornaram para a fumicultura depois de ter trabalhado anos como empregados. Para voltar a produzir o cultivo de tabaco na propriedade, que pertencia à família do casal, tiveram que estruturar a propriedade desde o início. Fizeram financiamento para a estufa, galpão, maquinário e muito mais. No intuito de diminuir a dependência da produção de tabaco, também realizaram financiamentos (nesse caso o PRONAF) para diversificar a produção, implementando os cultivos de milho e soja.

Para o desenvolvimento da produção de tabaco, os agricultores precisam pagar por uma estrutura de produção; entre elas estão as estufas, a lenha para secagem das folhas, o galpão de armazenamento, as máquinas para plantio das mudas, os canteiros das mudas, a grampeadeira, o trator ou os bois para o transporte da produção de tabaco, as ferramentas para o cuidado da planta, os insumos em geral e os EPIS. Grande parte dessa estrutura é comprada por meio do financiamento oferecido pela empresa aos agricultores.

Aqui na propriedade é o seguinte quando eu ainda trabalhava com a Souza Cruz foram feitas as estufas né, na verdade o negócio mesmo a gente faz com a empresa, ela deposita o dinheiro para a gente, mas ela que paga. Eu agora eu tenho um trator parcelado, eu precisei comprar outro trator, então achei um plano do governo, os mais alimentos, porque eu planto também grãos eu financiei um trator maior. E PRONAF eu também tenho, porque eu precisei de um custeio pra milho. Mas na hora que começava a mandar fumo eles descontavam, começava a descontar os insumos que vinham né, inseticida, adubo, salitre, as sementes, cordão de enfardar, essas coisas que é usado e que a empresa fornece né. Aí pagava e já vinha discriminado na nota, a parcela do investimento das estufas.¹⁴

O desconto da parcela da dívida é feito no pagamento da produção. Se os agricultores não têm uma boa safra e não têm o seguro, acabam por ficar endividados. Contudo, mesmo com o seguro, o valor que recebem acaba ficando apenas para o pagamento dessa dívida com a fumageira. O seguro rural mais adotado na Região Sul e no município de Içara é o oferecido pela AFUBRA. Esse seguro oferece pagamento de danos em lavouras de tabaco ocasionados pelo tempo.

Na produção do cultivo de tabaco integrado, as indústrias integradoras passam a exercer controle sobre diversos aspectos da produção. Um desses métodos

¹⁴ Entrevistado 3. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 1 de dezembro de 2020.

é o assessoramento dos instrutores agrícolas, que passam a orientar tanto no manejo das tecnologias utilizadas na produção como no trabalho em si. (HARTWIG, 2016).

A assistência sim até que é boa, tem vezes que ajuda, tem casos que a gente precisou sim. Visita a cada dois meses mais ou menos, mas olha, agora não vem muito não, mais é na hora da venda que mais tão aqui, daí não saem aqui da porta.¹⁵

O trabalho desenvolvido pelos instrutores varia de acordo com a experiência do agricultor. Se o produtor de tabaco é iniciante no cultivo, há uma dedicação a mais do instrutor para fiscalizar o processo produtivo. No caso de Içara, a maioria dos produtores já têm vários anos de experiência com o tabaco, diminuindo muito a quantidade de vezes que os instrutores vão para as propriedades. No depoimento citado acima, podemos perceber um contentamento do agricultor com a assistência oferecida, porém, ele ressalta que as vindas do instrutor não são mais recorrentes. Como se trata de um agricultor com anos de experiência na produção de tabaco, a fiscalização dos orientadores durante o desenvolvimento da produção diminui muito, pois não há necessidade de um controle maior. Porém, quando acontece o fim da colheita e o início do processo de venda, os instrutores passam a realizar as visitas técnicas à propriedade com mais frequência, com o intuito de aumentar a fiscalização sobre a produção já colhida, garantindo a venda da produção de tabaco de qualidade para sua empresa.

Olha na faixa de 30 a 45 dias passa uma orientador ai pra dar uma olhadinha, traz algo para gente assinar, ele também vem para entregar coisas, por exemplo, alguns prospectos de material, vamos supor assim de cura de fumo, tabela com alguns prospectos de pragas que atinge o fumo, para gente se prevenir fungos, doença, viroses, essas coisas né, e também eles traz todo ano uma cartilha que é para orientar o agricultor no uso de agrotóxicos, defensivo, dizendo onde armazenar, onde descartar a embalagem, como fazer as triples lavagem, estão sempre orientando, tipo agora teve um trazendo que vai ter o dia da coleta das embalagens empresas, elas recolhem né, então eles tão sempre ai para ir orientando o que pode ser prejudicial para quem depois fuma o cigarro né.¹⁶

Ainda que o trabalho dos instrutores seja orientar os agricultores sobre o processo produtivo e recomendar melhorias na produção e no trabalho, os mesmos são empregados das empresas fumageiras. Suas orientações sempre irão procurar

¹⁵ Entrevistado 1. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 04 de novembro de 2020.

¹⁶ Entrevistado 3. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 1 de dezembro de 2020.

beneficiar os interesses da empresa que os contratou. Ao dependerem dos instrutores, os agricultores receberão somente as informações que a empresa deseja que eles recebam e irão desenvolver o cultivo de acordo com as necessidades do mercado.

A orientação oferecida é fraca, muito mais como obrigação do que qualquer outra coisa. E como se fossem tiradores de pedido. Eles vêm pra mandar fumo pra empresa, para fazer pedido, vender e entregar folders, muito raro auxiliarem em alguma coisa.¹⁷

Em alguns casos, como no citado acima pela agricultora entrevistada, há a falta da real “orientação” por parte desses orientadores. A vinda dos orientadores as propriedades, como citado, ocorre por “uma obrigação”, já que as empresas têm como dever contratual o oferecimento de assistência técnica. Porém, como vimos, essa assistência tem muito mais como objetivo e função a garantia de venda e controle do processo de produção para as fumageiras do que uma orientação para os agricultores no desenvolvimento da produção.

O início do processo produtivo do tabaco também ocorre por meio da vinda do instrutor da empresa fumageira à propriedade. É nesse momento que são definidas a quantidade e a qualidade que o agricultor deve plantar, correspondendo à necessidade da empresa e, claro, do mercado. São estabelecidos quantos e quais os equipamentos. Os adubos e os agrotóxicos serão adquiridos pelo agricultor. Nesse processo geralmente o agricultor compra aquilo que o instrutor define como necessário para a produção. Posteriormente, o instrutor fecha o contrato com o agricultor.

3.2 ETAPAS DA PRODUÇÃO DE TABACO.

O processo de semeadura e de preparação das mudas é a primeira etapa do processo produtivo. Nessa etapa, os agricultores, além de produzirem as mudas para a produção, iniciam os cuidados com o terreno onde as mudas irão ser depositadas.

¹⁷ Entrevistado 7. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 9 de março de 2021

Agora tudo os produtos são colocados lá nos canteiros antes não era assim. Agora semeia nas bandejas ai vai para as piscinas vai colocando os adubos conforme a época, conforme precisa e fica uns 40 dias ali, depois vai para a roça, ai tem que carpir, salitrar, fazer a poda e colher. Na poda a gente faz só uma aplicação, mas não é veneno não, é um antibrotante.¹⁸

São diversas as mudanças no processo produtivo que ocorreram desde a implantação do cultivo de tabaco na região de Içara. Uma das mudanças ocorreu no processo de preparação das mudas. A implementação dessa nova tecnologia aconteceu em meados dos anos 90 na região. Anteriormente, a semeadura era feita diretamente no chão, em canteiros de terra. Os agricultores semeavam com o auxílio de um regador de água, colocavam as sementes dentro da água e irrigavam os canteiros, ou misturavam as sementes em cinzas e as colocavam na terra. Durante o crescimento das mudas, eram colocados agrotóxicos para evitar doenças e pragas. Quando atingiam o tamanho ideal, eram arrancadas pela raiz e colocadas nas roças. Geralmente, esse processo de semeadura levava mais tempo para acontecer.

O processo de fabricação das mudas também mudou, antigamente era aquele da sementeira no chão, era um canteiro no chão né, hoje tem o sistema de floating, que são aquelas bandejas com células flutuantes nas piscinas, muito mais fácil pra se trabalhar, pra se transplantar, a muda vem mais forte, mais bonita, a gente planta e ela não morre, por que ela já sai com o substrato com a raiz pronta, então esse foi um processo que melhorou do estilo de antigamente. O plantio também melhorou, existe umas máquinas, ainda existe umas máquinas manual, mas já facilita do que era antigamente, onde nois plantava com a mão mesmo, fazia covinha com a mão e estourava os dedos tudo né.¹⁹

No depoimento do agricultor citado acima, podemos observar que a mudança gerou melhorias na questão da produção, já que a resistência das mudas aumentou com a implantação do sistema floating, gerando menos perdas de mudas e, conseqüentemente, menos prejuízo para os agricultores. Porém, o modelo passou a exigir a compra de mais insumos, como as bandejas e as lonas, para a cobertura e a forragem dos canteiros.

No sistema floating (figura 4), que é o mais comum atualmente, a preparação das mudas é feita por meio da semeadura das mudas de tabaco em bandejas de isopor, para serem colocadas para crescer em uma espécie de piscina, que contém um líquido feito para nutrir as mudas (THOMAS, BREDEMEIER, 2016).

¹⁸ Entrevistado 1. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 04 de novembro de 2020.

¹⁹ Entrevistado 3. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 1 de dezembro de 2020.

Figura 4 - Piscinas onde as bandejas com as mudas são colocadas.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

Ao mesmo tempo em que as mudas crescem nas piscinas, a preparação do solo ocorre para recebê-las. O solo é lavrado, gradeado e são feitos os chamados “mouchões” onde as mudas serão depositadas (CARVALHO, 2006). Com o crescimento das mudas nas bandejas, (Figura 5), os agricultores realizam a poda das plantas para garantir a uniformidade delas. Quando atingem por volta de 15 cm, (Figura 6) podem ser transportadas para os canteiros, porém, isso só deve ser realizado quando não houver mais risco de geadas (THOMAS, BREDEMEIER, 2016).

Figura 5 - Bandejas onde são semeadas as mudas de tabaco.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

Figura 6 - Mudas prontas para serem transportadas para a lavoura.



Fonte: (THOMAS, BREDEMEIER, 2016, p.6).

Depois do plantio das mudas, os agricultores realizam diversos cuidados que são necessários para o bom desenvolvimento da planta: a adubação, a aplicação de agrotóxicos indicados pelos instrutores, a capinação, a eliminação dos brotos ao redor dos pés de tabaco e a retida das flores das plantas (CARVALHO, 2006).

A colheita se inicia aproximadamente após três meses, que é a etapa da produção de tabaco que mais necessita de força de trabalho (Figura 7). Primeiramente, é realizada a colheita do chamado “fumo baixeiro”, que consiste na colheita das folhas que ficam na parte baixa da planta. Posteriormente, conforme o amadurecimento das folhas, leva-se por volta de 20 dias para se voltar a colher o restante das folhas HARTWIG (2007).

Figura 7 - Agricultores de Içara colhendo tabaco.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

Primeiro colhe o baixeiro, dai grampeia, seca colocado empilhado no paiol, assim por diante, primeira apanhada, segunda, terceira, quarta, tirando da estufa e colocando lá. Ainda tem que carregar e descarregar, as vezes acordar as 3:00, 4:00 horas da manhã para descarregar a estufa, para poder colher de novo. Se tu demorar esta semana para colher na semana que vem vai colher dois dias depois.²⁰

Em Içara, todos os agricultores, produtores, arrendatários e proprietários de terra, que foram entrevistados, contam com a força de trabalho externa para a colheita. A família fica responsável por todas as outras etapas da produção, mas para a colheita, as propriedades visitadas utilizam a força de trabalho de trabalhadores diaristas e das chamadas “empreitadas” (trabalho de um determinado grupo, que se compromete em colher a safra do produtor. Geralmente, há um chefe do grupo que fica responsável pela organização do trabalho e pagamento).

A inserção das contratações do trabalho externo das propriedades foi ficando cada vez mais necessária, devido à redução do número de integrantes das famílias nas propriedades rurais. Anteriormente, era comum a troca de dias trabalhados entre famílias. Durante os meses de colheita, as famílias se uniam e realizavam o processo. Se houvessem dias a mais trabalhados por uma família ou

²⁰ Entrevistada 4. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 8 de dezembro de 2020.

outra, ao receber o valor pela safra de tabaco, os agricultores faziam o acerto. Com o tempo essa prática foi diminuindo, tornando-se quase inexistente. Essa diminuição está vinculada a dois elementos importantes. O primeiro ponto tem relação com a diminuição constante da quantidade de membros das famílias, que, em muitos casos, não tinham mais a mão de obra necessária para realizar a troca de dias. Um segundo elemento importante nesse processo foi a inserção de novas tecnologias, como as estufas de grampo, que começaram a surgir no Extremo Sul do Estado de Santa Catarina, a partir de 2000, com uma proposta de melhorar o processo produtivo. Porém, para se adequarem às condições de produção imposta pelas fumageiras, aos poucos, os produtores foram sendo cooptados a adquirir essas tecnologias. Com os custos da produção cada vez mais altos, devido a essas aquisições, os agricultores tiveram que aumentar suas produções para garantirem sua lucratividade.

Para suprir essa demanda de trabalho, os fumicultores passaram a procurar a mão de obra por temporada. Desse modo, aos poucos, os diaristas foram se tornando cada vez mais comuns na etapa da colheita. Nessa nova configuração de trabalho, podemos observar uma aproximação a uma lógica de trabalho cada vez mais mecanizada e mercantil, em que as tecnologias e o trabalho externo passam a auxiliar no processo produtivo, mas tornam as relações de trabalho mais precárias.

Eu contrato o pessoal da colheita né, e daí nós na família que fizemos a parte de aqui nas estufas né, a parte da escolha, de carregamento, de classificação, a torragem da folha do fumo e tudo mais. Ai a gente contrata pra colheita do fumo porque aí não dá tempo de serviço né.²¹

O uso da mão de obra externa somente na etapa da colheita tem uma motivação. Essa etapa da produção de tabaco é a que exige mais força de trabalho e, em sua grande maioria, não é suprida apenas pelos integrantes da família. Essa etapa é uma das mais árduas a serem realizadas, ocasionando exaustivas jornadas de trabalho, fazendo com que os agricultores evitem o trabalho de sua família nesse processo, preferindo pagar a força de trabalho dos agricultores diaristas. Nesse processo podemos observar uma mudança no ciclo produtivo, a família não está mais inserida na etapa mais fisicamente desgastante do ciclo produtivo do tabaco. A contratação da mão de obra externa, reorganiza o trabalho familiar, mas não diminui

²¹ Entrevistado 3. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 1 de dezembro de 2020.

a pressão sobre o trabalho, com o gasto maior com a colheita, devido os gastos com a mão de obra, os agricultores são obrigados ao aumentarem sua produção.

Colhida as folhas de tabaco, os agricultores colocam as folhas para secar nas estufas. Nesse momento há a necessidade de um controle rigoroso da temperatura para garantir uma boa qualidade das folhas de tabaco, o que acaba gerando jornadas intermináveis de trabalho. Dessa maneira, mesmo depois de trabalharem o dia todo na lavoura, os agricultores ainda passam a noite controlando o tabaco nas estufas. São noites mal dormidas e um cansaço extremo HARTWIG (2007).

Outra coisa que mudou é a estufas, hoje em dia as estufas são todas eletrônicas, antigamente eu vi o meu pai e a minha mãe tecer fumo a mão, eles pegavam e colocavam uma vara, uma pessoa de cada lado, entregando duas folhinhas aqui e duas folhinhas aqui, passando no barbante, eu vi, até brincava, pegava folhinha de assapeixe e imitava, aquilo ali era muito horrível de fazer, tudo manual, ai depois veio a tecedeira, e aquilo era bom, mas incomodava, dava choque, incomodava as tecedeiras, dava choque na chuva, mas já era uma inovação, e hoje já não existe mais, o fumo como vem da lavoura já vai pra dentro da estufa, e a estufa agora já é baixa, não é mais preciso subir naquelas alturas. Na verdade, se você olhar aqui do lado vais ver uma estufa daquela alta, ela ta só a estrutura, na verdade eu adaptei a nova na parte de baixo, em cima não é usado, mais ainda tem as características de uma estufa antiga. Só que agora são eletrônicas, nós usamos um aparelho que da melhor qualidade no fumo, por que controla melhor a temperatura e a umidade, e o manuseio dela é mais prático. O fogo dela por exemplo antes a gente tinha que ficar acordado, controlando, colocando a cada 10 a 15 minutos um pouquinho de lenha, hoje a gente tem os aparelhos, que a gente vai lá e abastece o forno a cada até 3 horas. Eu peguei o tempo do meu pai que nem colchão eles não tinham dinheiro pra colocar um pelego de carneiro no chão, pra dormir do lado da fornalha, ainda guardava o mesmo pelego pra dormir na próxima safra.²²

No depoimento a cima, o agricultor por meio de suas memórias, relata as difíceis condições de trabalho que sua família vivia antes de algumas tecnologias chegarem à propriedade. Primeiramente, a maioria das propriedades não tinha as chamadas tecedeiras, que faziam a amarração das folhas de tabaco. Essa amarração era feita manualmente, com o uso de barbantes de linho. Os agricultores faziam a amarração das folhas, sendo necessário pelo menos duas pessoas para o processo, gerando a necessidade de mais mão de obra para essa etapa. Com a popularização das tecedeiras elétricas, o processo ficou menos árduo e a amarração das folhas passou a ser feita com mais eficácia e rapidez. Porém, esses equipamentos

²² Entrevistado 3. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 1 de dezembro de 2020.

frequentemente geravam choques elétricos nos produtores, além de que o custo da energia usada para tecer as folhas de fumo aumentou ainda mais os gastos dos agricultores.

No caso do cuidado das estufas, no princípio, a chamada estufa de taco tinha apenas uma fornalha externa que transferia calor para dentro da estufa por meio de tubos de lata, assim como contava apenas com um termômetro de mercúrio para controlar a temperatura, já que a cada etapa da secagem era necessário manter temperaturas específicas para garantir a qualidade da folha. Devido a isso, os agricultores ficavam em constante tensão, pois eram obrigados a fazer o controle regular do fogo, acrescentando constantemente mais lenha nas fornalhas, ficando acordados a noite inteira. Com a inserção dos aparelhos elétricos, o controle da temperatura era mais preciso. Normalmente, os aparelhos vinham com um sistema de alarme que indicava a diminuição do calor e o aumento da umidade, dando um pouco mais de tranquilidade aos agricultores, mas não diminuindo a necessidade de cuidado com o fogo constantemente.

Mesmo com as estufas elétricas mais modernas, (Figura 8 e 9), chamadas pelos agricultores de estufas de grampo, que contam com um sistema de temperatura mais avançado, ainda permanece a necessidade do monitoramento da temperatura e reposição de madeira para a queima dos fornos.

A cuida das estufas durante a noite é uma das dificuldades, a gente tem que cuidar né, então assim tem os aparelhos, mas a cada 3 horas tem que levantar, e ir lá abastecer os fornos né, então vai indo a gente vai sentindo muito sono, porque tu não dorme uma noite inteira, quando o sono ta sustentando tem que ir la abastecer os fornos, ai tu volta pega no sono e daqui a 3 horas ja tem que ir de novo. Eu faço esse trabalho então, então quando chega nessa época, que eu já to quase na finaleira da colheita do fumo, então a gente já ta um pouco cansado por que além do serviço da roça ainda tem que cuidar das estufas a noite.²³

Diante disso, podemos perceber que, mesmo com as diversas mudanças no processo de secagem das folhas, ainda há a permanência da necessidade de jornadas de trabalho longas e cansativas. Isso leva muitos agricultores a fazerem uma jornada dupla de trabalho, cuidando das estufas durante a noite e trabalhando no cultivo durante o dia, gerando um cansaço extremo, que pode até ocasionar acidentes de trabalho.

²³ Entrevistado 3. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 1 de dezembro de 2020.

Figura 8 - Parte exterior da estufa elétrica



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

Figura 9 - Fornalha da estufa elétrica



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

Presentemente, na maioria das propriedades, as estufas elétricas de grampo são as mais comuns. Nelas ocorre o processo de secagem das folhas, que leva em torno de 5 a 6 dias, variando de acordo com a temperatura. Nessa etapa é necessário que o fogo seja reparado por volta de três em três horas para garantir a manutenção da temperatura. Mesmo com o fogo sendo mantido, se faltar energia elétrica, os produtores podem perder a produção, pois são os ventiladores que distribuem o calor uniformemente entre as folhas. Na falta dele, as folhas não secam e perdem a sua qualidade HARTWIG, (2007).

O que leva para terminar depende da quantidade de kg, mas geralmente 4 meses, mas também depende de outro fator, se for fumo bom, é rápido, mas se for mais palhento, manchado demora bem mais. Depois de selecionada, enfarda ele e sempre vai alguém junto na empresa entregar, como a gente puxa o fumo para a empresa sempre tem alguém lá. Mas meu sogro geralmente vai junto.²⁴

Concluída a secagem, “o fumo ainda permanece por mais 24 horas dentro da estufa, para que esfrie lentamente. É nesta fase que se garante a maciez das folhas.” (CARVALHO, p. 75, 2006). Em seguida, os agricultores realizam a primeira classificação das folhas do fumo, isto é, separam as folhas de acordo com a cor e tipo de fumo, em diferentes cantos do chão do galpão. Existem mais de 48 classes de fumo e cada uma tem seu respectivo preço. Depois de serem classificadas, essas folhas são agrupadas em molhos, chamadas de “bonecas”, “manocas” ou “manilhas” (Figura 10). (CARVALHO, 2006).

²⁴ Entrevistada 4. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 8 de dezembro de 2020.

Figura 10 - Manilhas de tabaco



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

O processo de manilhamento das folhas do tabaco é outra etapa que exige bastante mão de obra e não necessita de muita força muscular, então, a força de trabalho infantil e idosa é muito comum nessa etapa. Depois de feitas, as manilhas são agrupadas e prensadas para formarem os chamados fardos de tabaco, que pesam por volta de 60 kg. Para cada fardo é feito um cartão, em que é especificado o nome do agricultor e a classificação do tabaco (CARVALHO, 2006).

Com os fardos prontos, os agricultores carregam os caminhões dos chamados “puxadores de fumo”, que são pagos para transportar o produto até o posto de recebimento. Lá ocorre a análise das folhas pela empresa, que faz a segunda classificação das folhas. Dificilmente a classificação feita pelos agricultores é totalmente aceita.

Acompanho a entrega na empresa sim. E um ano que dá mais fumo claro a gente só emboneca, este ano está assim, graças a Deus, mas o ano passado precisou classificar aí nossa dá um trabalhão. Todo mundo tenta passar tudo BO1, CO1, TO1, quanto é ano que tem falta é bom passa bem, mas quando é ano que é ruim, se não dá acerto chega lá na esteira e pede pra descer e traz de volta, se é ano bom eles não deixam trazer de volta, sempre tentam negociar. Graças a Deus até agora, só umas duas vezes que não deu certo e trouxe fumo de volta da fumageira.²⁵

²⁵ Entrevistado 1. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 04 de novembro de 2020.

A entrega do tabaco no ponto de coleta da fumageira se torna tenso para o agricultor. É nesse momento que se define a classificação feita pela empresa (Figura 11). Se a classificação do tabaco for boa, os agricultores recebem um valor, se a classificação for inferior, os agricultores recebem menos. A definição do que o agricultor fala sobre ano bom ou ano ruim depende muito da quantidade de tabaco produzida no Brasil. Nos anos em que há uma abundância na produção de tabaco, as fumageiras fazem uma classificação mais baixa, classificando a produção dos agricultores em vários tipos de tabaco, com o intuito de pagar menos pela safra. Já nos anos em que há falta da matéria prima, a classificação das folhas de tabaco passa a ser feita de forma mais elevada, pois as fumageiras procuram classificar bem o tabaco para não perderem o produto.

Figura 11 - Classificação das folhas de tabaco



Fonte: LIMA (2007)

A Instrução Normativa N° 10, de 13 de abril de 2007, do Ministério da Agricultura, que revogou a Portaria n° 526, de 20 de outubro de 1993, e a Portaria n° 079, de 17 de março de 1994, também do Ministério da Agricultura, traz uma regulamentação técnica de identidade, qualidade, embalagem, marcação e apresentação do tabaco em folha curado.

Segundo a normativa, o tabaco de folha curada TE pode ser classificado em classes, subclasses, tipos e subtipos, levando em conta a sua forma, organização, local específico em que a folha se encontra no pé, cor e qualidade. Dentro dessa classificação existem quatro classes definidas conforme a localização da folha no pé de tabaco: Classe X – folhas da parte de baixo da planta, chamadas de baixeiras, folha fina arredondada, com talo e nervuras finas; Classe C – folhas do meio inferior do pé, chamadas de semimeiras, são mais arredondas, mais finas, assim como seus talos e as nervuras; Classe B – folhas da metade superior do pé chamado de meeiras, são folhas médias e mais encorpadas com formato oval e com nervuras e talos também mais encorpados; e Classe T- folhas da ponta do pé, chamadas de ponteiras, folhas com textura e tamanho médio, mais grossas, assim como suas nervuras e talos.

No que diz respeito à subclasse, são definidas de acordo com a cor das folhas e são três: O, R e L. A folha de tabaco da subclasse O tem pelo menos cinquenta por cento da folha na cor alaranjada. A folha de tabaco da subclasse R tem pelo menos cinquenta por cento da folha na cor castanho claro ou escuro. Já a folha do tabaco da subclasse L corresponde a uma folha fina e com uma cor clara.

No que corresponde aos tipos, o tabaco é classificado em três tipos diferentes: tipo 1, tipo 2 e tipo 3. O tipo 1 ou de “Primeira” equivale a folhas médias, maduras, com muita qualidade. Já o tipo 2 ou de “Segunda” corresponde a folhas maduras com cor de intensidade mais forte a moderada. Por fim, o tipo 3 ou de “Terceira” consiste em folhas já passadas, não maduras, uma folha mais leve.

O tabaco do tipo 2 e do tipo 3 ainda estão divididos em 4 subtipos: K, G2, G3 e N. O subtipo K equivale a folhas que tenham até cinquenta por cento da folha sendo acinzentada, pálida, tendo manchas de queimadura do sol. No caso do subtipo G2, as folhas se parecem ainda maduras, com manchas verdes. O subtipo G3 consiste em folhas que, em sua maioria, foram colhidas verdes, tendo também manchas esverdeadas. Já o subtipo N consiste em folhas com pelo menos cinquenta por cento da folha de cor acinzentada clara, com manchas de queimaduras do sol, ou por exposição ao excesso de calor na torra.

Ainda segundo a normativa, existe também o chamado tabaco “fora do tipo”, que equivale a folhas que não se enquadram em nenhuma das categorias anteriores, porém, precisam conter as mesmas características que garantem a qualidade: umidade baixa, sem sujeiras e sem contaminantes, entre outros. É importante ressaltarmos as quantidades de divisões que essa classificação

estabelece, pois, dependendo da produção e de como estão seus estoques, as fumageiras se utilizam dessa enormidade de divisões classificatórias para explorar ainda mais os agricultores.

De acordo com Paulilo (1990), o processo de classificação do tabaco é que acaba por problematizar o processo de comercialização, pois as fumageiras nem sempre seguem fielmente a portaria de regulamentação de classificação do tabaco, elas alteram a classificação para seu beneficiamento. Isso só acontece porque, se as empresas integradoras pagassem o que está estabelecido pela regulamentação, o preço repassado para o produtor seria muito baixo. Assim, sempre que a produção é inferior ao esperado, a classificação é boa, mas quando os agricultores fazem boas safras gerando mais produção, as fumageiras utilizam a classificação mais fielmente para garantir o seu lucro. Por conta dessa oscilação entre usar e não usar a classificação oficial, as empresas passaram a ter respaldo para se utilizar desse mecanismo para decidir o valor que lhes convêm melhor.

Se a pergunta for em relação a compra, eu acho injusta, errada, péssima na verdade. Pois a mesma se dá não pela classe do produto e sim pela lei da oferta e da procura. Se a classificação é BO1 e a empresa está precisando de TO2, a classificação feita pela empresa será de TO2. Muitas vezes ao argumentar com o classificador que está comprando o fumo, de que ele sabe que aquele produto não é o que ele está dizendo, eles mesmos respondem: Eu não posso fazer nada, é ordem da empresa.²⁶

No depoimento da agricultora citado acima, podemos observar que o processo de classificação é feito de maneira que beneficia a fumageira. Desse modo, podemos perceber que, além do contrato de integração que garante várias vantagens para as empresas integradoras, o processo de classificação também se torna uma ferramenta usada para explorar o trabalho dos fumicultores.

O depoimento a seguir é de um agricultor que trabalhou mais de 15 anos como fumicultor em Içara, primeiramente arrendando terrenos, e posteriormente em sua própria terra. Atualmente, ele trabalha como diarista na região de Içara:

Eu, fumo de empresa eu cansei de trazer embora, na época a Canemberg ali, a gente mandou 2 mil quilos, daí a gente sempre colocava fumo feio na frente né, a daí chegou no primeiro, daí ele pegou CO2, eu disse: “pode tirar”, aí veio o outro, ele disse BO1, aí deixei, aí veio outro e ele disse BO2, aí eu disse: faz favor, pega aquela boneca (manilha de fumo) e coloca do lado dessa, aí ele disse: “a mas tu tem que ver que esse aqui tem a qualidade de

²⁶ Entrevistada 7. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 9 de março de 2021.

um fumo mais estouradinho, mas é mais curto o”, ai eu disse: “o eu vou levar tudo embora”, ai ele disse: “a você não pode, o que passou não pode”, eu disse: “eu posso sim”, ai tava eu e o Joel, que é o puxador (caminhoneiro que leva o fumo para a fumageira), ai falei: “pode sim, o fumo é meu”, ai naquela época eu tinha força, agora não tenho mais, peguei o fardo do fumo e joguei pro meu lado, eu disse que era meu e eu levava tudo, ai veio um né, falando pra gente acertar, pra deixar o que já passou, ai eu disse: ou vocês pagam ou eu levo. Ai fomo na rua, olharo o fumo tudo, era um fumo assim, era desse tamanho, ainda tenho umas fotos ali, tudo igualzinho, ai só porque tinha umas folhinhas, as vezes umas mais curtinhas. O que eles pensaram, porque o que eles fazem pra cair a tua média é picar, colocar um C, um B, um outro R, dai começa a baratear, por que eles tão pensando pro lado deles.²⁷

No depoimento citado acima, o agricultor relata a tensão vivida com a fumageira no processo de classificação. Os agricultores que conseguem se libertar da pressão feita pelo contrato assinado com a fumageira se recusam a aceitar a classificação inferior oferecida por seu produto. A presença dos atravessadores, ou picaretas²⁸ (compradores de tabaco que visitam as propriedades em busca de produções não vendidas para fumageiras), era muito comum. Quanto a classificação feita pela fumageira pelo preço do tabaco produzido, alguns agricultores arriscavam não vender a produção para a fumageira e escolhiam fazer a venda por meio destes compradores clandestinos. A venda por meio dos atravessadores se tornou uma forma de resistência ao controle produtivo e financeiro exercido pelas fumageiras sobre os agricultores que produzem tabaco.

O processo de classificação depende muito do mercado e de como está a qualidade, dificilmente tu tens uma qualidade de fumo boa e chega la e vende mal. Eu acho que o processo de classificação da fumageira é complicado, por que o povo fala muito em roubar na classificação, eu acho que isso não existe, eu acho que isso é mais o produtor querer valorizar demais o produto que não tem tanto valor. Eu costumo dizer que empresa fumageira não é mãe de ninguém pra ficar passando a mão na cabeça. Ela é uma empresa, ela tem que ter o lucro, ela vai pagar em cima da qualidade. É claro que dependendo do mercado e tudo, até do preço do dólar, isso influencia no pagamento.²⁹

A maioria dos agricultores compreende que há uma dependência do preço do tabaco em relação ao mercado internacional, visto que a produção brasileira de tabaco é majoritariamente destinada à exportação. No entanto, muitas empresas fumageiras se utilizam do discurso de dependência do mercado externo para manter os preços e a classificação a seu favor. Alguns dos agricultores integrados às

²⁷ Entrevistado 5. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 19 de dezembro de 2020

²⁸ Compradores de tabaco, são uma opção procurada pelos agricultores quando a negociação com a fumageira não ocorre como desejado.

²⁹ Entrevistado 2. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 06 de novembro de 2020.

fumageiras acabam internalizando esse discurso e não percebendo o processo de exploração que as empresas exercem sobre eles e suas famílias, chegando até a defendê-las, como pudemos perceber no depoimento acima.

Isso aí a gente classifica, mas lá na empresa eles classificam do jeito que eles querem, isso eu acho totalmente errado. Nunca tem o BO1, não tem um padrão de BO1, porque eles pagam o BO1, quando eles querem, um ano eles querem um BO1 bem alaranjado, bem, estourado, outro ano pra eles é um BO1 um laranja liso, igual este ano estão dizendo que querem o fumo liso, sem aqueles pintados manchados, carregados. É como eles querem, E aí se falta fumo eles pagam o que não é, tem ano que é assim, vamos dizer se falta fumo, daí chega lá no final eles pagam o que não é mais aí já estragou os que já venderam antes. Tem ano que do começo ao fim a compra como eles querem, é ruim direto. É que o agricultor tá muito teimoso, hoje se tu for colocar tudo na ponta do lápis, nossa, veio de energia para nós uns 3 mil e poucos reais, daí é deste mês daí tem de 2 meses anterior e do próximo então hoje o custo tá muito alto, daí no caso os insumos aumentam e na hora de repassar para o agricultor eles não repassam. Daí tipo se o dólar tá baixo é porque o dólar tá baixo, daí não pode passar o aumento, mas se o dólar tá alto, mas mesmo assim, este ano é pandemia daí tem a desculpa do vírus.³⁰

Em sua maioria, os agricultores se mostram insatisfeitos sobre a venda e o custo da produção. Como podemos perceber no depoimento acima, há um descontentamento com a maneira como as empresas usam a classificação ao seu favor, sem levar em consideração os gastos com a estrutura necessária e os insumos comprados, que têm aumentado de valor a cada ano.

O preço eu acho que tá muito defasado, em vista de antigamente, meu deus do céu, o meu pai dizia que tocava uma estufa de fumo e sobrava dinheiro pra comprar um carro, hoje tu plantas 4 estufas e se a companhia não te ajudar só atravessa o ano e paga as contas. Colono caprichoso tem ano que tem que se esforça pra pagar as contas e atravessar o ano, porque tem ano que a empresa castiga mesmo. O preço é o seguinte eles dão aí na faixa de 2,5, 3% de aumento ao ano, só que isso não é real em vista do nosso custo de produção. Aí tudo que vem de insumo, não só pro fumo, a matéria prima é tudo importada, e se o dólar sobe a matéria prima sobe, o preço do insumo também, aí eles dão aquela merreca, tá sempre defasando. Aí daqui a pouco o dólar baixo, aí venda do fumo começa a ser castigada por que o dólar tá baixo, só que quando ele tá baixo, não traz de volta o preço do insumo, aí acaba prejudicando mais ainda.³¹

A defasagem no preço é uma questão que deixa a maioria dos produtores descontentes. Os produtos químicos usados na produção de tabaco chegam aos agricultores por meio do pacote fornecido pelas empresas fumageiras. Esse pacote

³⁰ Entrevistada 4. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 8 de dezembro de 2020.

³¹ Entrevistado 3. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 1 de dezembro de 2020.

tem aumentado de valor consecutivamente nos últimos anos, o que conseqüentemente eleva o custo de produção. Apesar disso, o preço final obtido pelo quilo do tabaco não acompanha o custo de produção, diminuindo cada vez mais a lucratividade dos produtores.

Diante disso, podemos perceber que o controle sobre o processo de comercialização está muito mais na mão das fumageiras do que na dos agricultores. Mesmo os produtores de tabaco sendo donos da produção, a dependência do mercado internacional coloca o agricultor em uma posição de submissão às multinacionais fumageiras.

Não há como negar a existência de um cartel do setor produtivo do fumo, que é monopolizado por estas empresas desde o cultivo do fumo, sua entrega pelo produtor até a industrialização. Não há espaço para que pequenas indústrias se desenvolvam, porque as grandes irão se sobrepôr, deixando claro seu papel e importância na economia nacional, bem como a pouca vontade de que essa situação consolidada sofra qualquer alteração. (SOUSA, 2010, p. 72)

Ainda que, atualmente, a quantidade de empresas fumageiras no Brasil seja maior, o poder de negociação dos agricultores ainda é muito pequeno perante empresas multinacionais. Portanto, sendo o tabaco um produto não alimentício, a possibilidade de vender esse produto no mercado local é inexistente, diferentemente da grande maioria dos outros produtos comuns na região.

3.3 AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO PROCESSO PRODUTIVO

Nem sempre a caracterização dos agricultores familiares vai ser universal como proprietários de suas terras, ou seja, a questão da propriedade e do trabalho podem ser encontradas em outras configurações. Mesmo que a agricultura familiar seja uma grande dependente do trabalho na família, podemos encontrar diversos casos de trabalho contratado, tanto para fora da propriedade quanto a própria contratação de trabalho externo, que pode ocorrer de forma sazonal, gerado nos períodos específicos onde há maior necessidade de mão de obra (WANDERLEY, 1996).

O fato de utilizar, mesmo com uma elevada intensidade, o trabalho externo, não transforma, necessariamente estes agricultores em empresários capitalistas, no sentido clássico e exato do termo. É que - e isto me parece o

mais importante a considerar – esta agricultura familiar não é capaz, pelas suas próprias forças produtivas, de gerar o trabalho assalariado, limitando-se a utiliza-lo lá onde o capital e a grande propriedade têm esta capacidade. (WANDERLEY. 1996, p. 15)

Na produção de tabaco podemos nos deparar com diversas configurações. Temos as famílias que desenvolvem essa cultura na sua propriedade, contando, na maioria das vezes, com o trabalho externo; encontramos o caso dos arrendatários, que arrendam terras para produzir tabaco; já os trabalhadores diaristas podem ser contratados por dia, ou pelas chamadas “empreitadas”, trabalhando nas propriedades durante os períodos de colheita principalmente.

Quadro 3 - Relação dos produtores de tabaco proprietários, arrendatários, parceiros em nível Nacional e Estadual

Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, condição do produtor em relação às terras.			
Variável - Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)			
Escolaridade do produtor - Total			
Ano - 2017			
Brasil e Unidade da Federação	Condição do produtor em relação	Tipologia	
			Agricultura familiar - sim
Brasil	Total		113172
	Proprietário(a)		96518
	Arrendatário(a)		5981
	Parceiro(a)		3045
	Produtor sem área		107
Santa Catarina	Total		28714
	Proprietário(a)		25921
	Arrendatário(a)		927
	Parceiro(a)		387
	Produtor sem área		8

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Fonte: IBGE - Censo agropecuário 2017 - Sidra.

Segundo os dados levantados pelo Censo Agropecuário 2017 do IBGE, como podemos observar acima (Quadro 3), a quantidade de produtores de tabaco proprietários das terras eram e são a grande maioria em Santa Catarina. No caso dos arrendatários esse número cai significativamente, mas continua a ser uma forma de trabalho muito utilizada dentro das lavouras de tabaco. Nesse processo, os agricultores que não possuem terras próprias ou possuem poucos hectares arrendam de outros proprietários parte de seu terreno e, no final da colheita, pagam-nos com parte da produção. No caso do produtor parceiro ou diarista esse número diminui ainda mais segundo os dados do IBGE.

Em nível nacional esse padrão se repete, visto que a maioria dos produtores é proprietária de suas terras e o número de parceiros e diaristas é muito pequeno em relação ao total de trabalhadores de outras lavouras que não possuem terra própria. Porém, devemos levar em conta que esse levantamento pode não refletir

a realidade, já que a maioria dos trabalhadores diaristas e arrendatários não fazem contratos de trabalho, o que deixa muitos deles fora dessa estatística.

No município de Içara, 66% das propriedades têm área inferior a dez hectares e cerca de 20 famílias trabalham no sistema de arrendamento. Como a produção de tabaco é predominante no município e o cultivo exige muita mão de obra, a contratação temporária de mão de obra é bem comum, por meio de empreitadas ou diárias, gerando cerca de 300 vagas de trabalho rural (EPAGRI, 2019).

De acordo com Paulilo (1990), ainda que a força de trabalho na produção de tabaco venha majoritariamente do trabalho da família, o trabalho dos diaristas (também chamados de camaradas) é de significativa importância para a produção. A necessidade de contratação de diaristas acontece devido à variação da intensidade de trabalho durante o ano, gerando necessidade de mais mão de obra. No caso da fumicultura, isso acontece principalmente na época da colheita, assim, esses trabalhadores são, na maioria das vezes, invisibilizados pelos trabalhos, mesmo sendo eles que garantem as atividades, quando a mão de obra da família não é suficiente.

3.3.1 Trabalhadores e trabalhadoras na produção de tabaco: agricultores proprietários, agregados e arrendatários.

Os chamados trabalhadores agregados são aqueles que contam apenas com a sua força de trabalho para obtenção da renda. Eles se utilizam da casa e de toda a estrutura produtiva de outro agricultor para produzir. Em contrapartida, o chamado agregado fica com toda a responsabilidade pelo trabalho no cultivo do tabaco. Nesta relação cabe ao proprietário da terra fazer a divisão dos gastos em relação à produção de tabaco com o agregado. Isso, de modo geral, constitui-se na forma de pagamento para a utilização da terra e da estrutura oferecida ao agregado, em que o proprietário geralmente recebe metade dos lucros obtidos com a safra (ROSA, 2014). Segundo o engenheiro agrônomo da Epagri, Luiz Henrique Coam:

Interessante é que a um tempo atrás existia a figura do camarada, quase todo mundo tinha um camarada (Também chamado de agregado), era uma família de menor renda, onde por exemplo eu sou produtor, e eu tenho na minha propriedade uma outra casa, onde esse trabalhador rural assume aquela casa e passa a me ajudar na produção e recebe parte da renda, aqui também é chamado de meeiro, era assim um tipo de parceiro, e sumiu, não tem mais na região, questão de 10 anos assim. O que é comum agora, é o trabalhador

diarista e a contratação por empreitadas. Então eu acredito que a condição social, acho que da pra chamar assim de condição social, ela impôs uma mudança na atividade produtiva.³²

Esses agricultores ficavam totalmente dependentes dos proprietários de terra, e os contratos com as fumageiras dificilmente eram feitos em seu nome, então, dependiam da boa vontade dos produtores em cumprir o combinado. A diminuição da modalidade de contratação de trabalhadores agregados (meeiro, camarada) aconteceu concomitantemente com a intensificação do controle ao trabalho escravo no campo e a fiscalização das leis trabalhistas na região. Contudo, como discutimos anteriormente, podemos observar um processo de intensificação da produção e mecanização nas propriedades produtoras de tabaco a partir dos anos 2000, causando uma intensificação da mercantilização das relações de trabalho por meio da contratação do diarista, que praticamente extinguiu a necessidade de contratação de agregados.

Historicamente, os trabalhadores rurais brasileiros foram e são negligenciados pelas leis trabalhistas, em que muitos dos direitos conquistados pelos trabalhadores urbanos, durante a Segunda República (1930 – 1945), não foram estendidos aos trabalhadores rurais. Esses direitos só passaram a ser alcançados por eles a partir de 1964, com a promulgação do Estatuto da Terra, de 30 de novembro de 1964. Em 5 de janeiro de 2007, a Lei nº 11.443 foi promulgada e acrescentou aos Artigos 95 e 96, do Estatuto da Terra, alterações que passaram a implementar as definições sobre os contratos de arrendamento e contratos de parcerias, aumentando a fiscalização sobre as modalidades de trabalho no campo.

Outra medida que intensificou a fiscalização foi a criação da NR31. A Norma Regulamentadora número 31 foi publicada em 3 de março de 2005 e passou a estabelecer as condições na organização e no ambiente de trabalho, garantindo segurança e saúde nas atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura, verificando as formas de relações de trabalho e emprego e o local das atividades. Essa normativa passou a exigir diversas medidas e condições de trabalho adequadas, além de conforto e higiene aos trabalhadores rurais que são contratados por outros agricultores.

³² Coam, Luiz Henrique. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 18 de novembro de 2020.

As famílias que vinham para trabalhar tinham que ter seus copos, pratos, banheiros, tudo separado, mas a gente não sabia nada disso agora este pessoal até prefere ficar mais separado, ficar lá numa sombra de uma árvore mais entre eles, até acho bastante educado, e pago até mais para eles.³³

No caso dos arrendamentos, no município de Içara, foi possível observar que essa modalidade atualmente é mais utilizada pelos agricultores que já são proprietários de terra para aumentarem sua área de produção. Esses agricultores utilizam a terra de outras pessoas para desenvolver sua lavoura, em troca, pagam um valor estipulado ao proprietário. Geralmente, não são feitos contratos formais de arrendamento, pelo receio dos agricultores de perderem seus direitos como segurados especiais do INSS.

O contrato de arrendamento se o pessoal tem um imóvel e ela arrendar ela perde o direito de segurado especial, ele ta obtendo uma renda, tem que pagar em dinheiro sobre aquela quantia colocada no contrato, quando é contrato de parceria pode colocar até 50 por cento do imóvel, se o arrendatário não for agricultor não tem problema, pode arrendar, mas se ele é agricultor ele perde o direito de ser segurado especial ele passa a ser produtor por isso a maioria faz arrendamento. Mas quando é de pai para filho ele faz de comodato pois ele cede a terra, não cobra renda. A maioria faz comodato e parceria. Quando o casal ta aposentado já não trabalha mais na terra ele pode arrendar, temos que ter o cuidado de não perder o direito de segurado especial. Muita gente as vezes chega e diz trabalhei a vida inteira na roça e não consigo me aposentar, é detalhe as vezes alugou uma casa, arrendou um terreno, ele não pode ter outra fonte de renda, precisa viver em regime de economia familiar.³⁴

Essa relação foi explicitada por um dos entrevistados que expõe: “Eu faço arrendamento com o vizinho, é conhecido, é mais informal assim. Aí é assim, eu falo: eu vou plantar tanto e vou te pagar tanto por cento da lavoura. E aí na hora que colhe, vai lá, faz o balanço e acerta.”³⁵ Proprietários de terra ampliavam sua produção utilizando, também, o sistema de arrendamento: “Hoje, além da plantação do fumo, temos plantação de eucalipto, temos 14 hectares da nossa propriedade, onde a gente produz fumo e mais 20 hectares arrendados.”³⁶

³³ Entrevistado 1. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 04 de novembro de 2020.

³⁴ ANTÔNIO, Hercílio Jair. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 15 de dezembro de 2020.

³⁵ Entrevistado 3. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 1 de dezembro de 2020.

³⁶ Entrevistado 2. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 06 de novembro de 2020.

3.3.2 Os proprietários de terra e os diaristas trabalhadores na produção de tabaco.

O trabalho familiar sempre foi a sustentação da agricultura no município de Içara. O êxodo rural, que tem sido uma realidade muito presente no campo, principalmente após os anos 70, provoca a diminuição da permanência das famílias no campo e deixa cada vez menos força de trabalho para os agricultores que ainda permanecem na agricultura.

Mesmo que, dentro da agricultura familiar brasileira, o modelo de assalariamento e de contratação de trabalho nunca tenha entrado dentro da estrutura formal, podemos observar um aumento muito grande do trabalho informal nos últimos anos. Segundo Antunes e Druck (2015), nas últimas quatro décadas, o capitalismo no plano mundial vem se transformando, promovendo um afastamento do modelo fordista/taylorista e configurando-se em novo movimento pautado na flexibilização e precarização do trabalho. Esse novo modelo se fundamenta principalmente em um padrão inspirado no Toyotismo, ou experiência japonesa no pós-guerra, associado ao avanço tecnológico. Esse modelo implementa uma estrutura mais flexível, horizontalizada, buscando uma redução do tempo de trabalho, promovendo assim um discurso de participação e construção coletiva, mas que, ao mesmo tempo, promove a instabilidade no que diz respeito aos direitos do trabalho em escala global: a terceirização da mão de obra em diversos setores e ramos e o enfraquecimento do sindicalismo autônomo.

Segundo Antunes (2013), nos últimos 20 anos, houve um desenvolvimento de um processo de reestruturação produtiva do capital, mediante integração dos mercados financeiros, que têm como base o livre comércio e o ideal liberal, produzindo uma nova organização das formas de controle do trabalho nas cadeias produtivas, criando novas práticas de gestão e a implementação de tecnologias e formas de contratação flexíveis. Segundo o autor, esse processo também pode ser observado no setor fumageiro. Por meio da reestruturação produtiva, o setor vem intensificando a mecanização e a produção, conseqüentemente, criando a necessidade de mais mão de obra, que passou a ser suprida por meio da contratação temporária, provocando mudanças não apenas tecnológicas, mas também nas relações de trabalho.

No período estudado podemos perceber uma aproximação cada vez maior dos agricultores integrados com a lógica de produção das agroindústrias e as relações

de trabalho mais mercantilizadas. Para se adequarem a essa estrutura de produção exigida pelas fumageiras, os integrados tiveram que aderir a diversas tecnologias e maquinários para passar a produzir o necessário, conseguir lucratividade e permanecer no campo. Por mais que essas tecnologias venham auxiliando no processo produtivo do tabaco, em sua maioria, não garantem jornadas de trabalho menos penosas e qualidade de vida para esses agricultores. Pelo contrário, esses maquinários e tecnologias trazem mais vantagens para as empresas, que garantem mais produção, já que para as propriedades elas vêm acompanhadas de um custo muito alto, que só é possível quitar com mais exploração do trabalho da família e, posteriormente, dos trabalhadores diaristas.

Atualmente, a fumicultura no município de Içara tem uma dependência muito grande do trabalho dos diaristas. Em todas as propriedades visitadas a colheita do tabaco é realizada por meio do trabalho vindo de fora da propriedade. É possível encontrar duas modalidades de contratação de trabalho externo nas propriedades familiares produtoras de tabaco. Temos os diaristas que trabalham de forma mais sazonal, variando e dependendo da demanda, e os diaristas que trabalham por meio das empreitadas.

A primeira modalidade é a contratação individual de diaristas pelos fumicultores, dependendo da necessidade de mais força de trabalho. Nessa modalidade geralmente são contratadas pessoas do município, que podem ou não residir na área rural, que trabalham na colheita do tabaco como uma renda extra.

O mais comum hoje é os diaristas. A maioria é gente conhecida da gente, pessoal que só trabalha na agricultura, gente de família daqui mesmo, a gente tem um amor por eles, temos um carinho por eles, são pais de família. A gente chama quando precisa. Eu já tive outros, tem alguns que trabalham e daqui a pouco vão lá e acham um emprego fichado, aí trabalha alguns anos, aí sai do serviço, as vezes é demitido e não consegui achar outro serviço, aí pega a safra do fumo que é aí durante dois meses e meio. Tem um pessoal do Paraná que tá vindo aí colher fumo, mas eu nunca contratei esses assim por empreitada, é mais esse pessoal mais conhecido aqui, em redor.³⁷

A segunda modalidade é a contratação chamada de “empreitada”. Os chamados “turmeiros” são um grupo que é contratado pelo fumicultor para realizar a colheita da sua safra. Esse grupo varia muito de tamanho e, dependendo do tamanho da safra, são chamadas mais ou menos pessoas para o trabalho. A princípio, há um

³⁷ Entrevistado 3. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 1 de dezembro de 2020

líder do grupo, que vai ficar responsável por chamar os trabalhadores, organizar o trabalho e realizar os pagamentos. Há grupos formados por trabalhadores naturais do município e há grupos que vêm de outras cidades e estados, que fazem a colheita do tabaco e depois migram para outras regiões para trabalharem em outras safras.

A contratação dos diaristas, é feita por meio do cabeça, ele que é responsável por achar, ele veio aqui comigo ai achou mais 3 caras, deu um tanto pra eles, uma quantia, e ele fica responsável, eu falo só com ele, eu mando mensagem e digo que tem que vir colher e ele organiza o pessoal. O pagamento também é com ele, eu pago direto pra ele e ele divide entre eles.³⁸

A formação desses grupos torna o trabalho desses agricultores diaristas ainda mais inseguro. Sem nenhum vínculo empregatício, eles trabalham não só para o dono da terra em que colhem o tabaco, mas também dependem do chefe de grupo chamado “cabeça de grupo”. O chefe é responsável pelo grupo, controla o trabalho e o pagamento desses agricultores. Esses agricultores que não têm direitos assegurados dependem não só do produtor, mas também do chefe, formando uma rede de exploração, em um processo de terceirização da terceirização.

Este mesmo pessoal que trabalharam comigo estão ali hoje ainda. Eles gostavam tanto daqui. Tinha uma pessoa da Vila Nova que buscava eles e quando chegava ali não tinha ninguém, largavam numa casa ali, não tomavam banho, não se alimentavam direito, quando vinham trabalhar comigo nos dava almoço, café da manhã e tudo, o que acontecia, quando eu ia colher eles queriam vir tudo para cá, tanto que largaram aquela pessoa e vem eles direto aqui. Se organizaram em grupo, não dependem mais de ninguém. Vão para Minas Gerais e outras regiões, colher laranja, maçã, melancia abacaxi, café. Eles só migram para trabalhar.³⁹

Quando esses grupos são formados por migrantes, essa exploração pode se intensificar ainda mais, pois, além do trabalho e dos salários, os agricultores ainda precisam receber moradia e alimentação. Como não têm nenhum direito garantido, já que, em sua grande maioria, esses trabalhadores não fazem contratos, ficam sem nenhuma garantia em saber se esses chefes de grupo cumpriram com suas obrigações.

Conseguimos entrevistar apenas um trabalhador diarista que trabalha atualmente nas lavouras de tabaco em Içara. Segundo ele, entre os trabalhadores diaristas, há um receio muito grande em expor sua modalidade de trabalho, pelo medo

³⁸ Entrevistado 2. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 06 de novembro de 2020

³⁹ Entrevistado 1. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 04 de novembro de 2020.

da justiça, já que a grande maioria trabalha de forma ilegal, sem contratos. Além disso, temem que, se falarem sobre seu dia a dia no trabalho das lavouras, os patrões não os contratem mais.

Não, contrato de trabalho não, é aquilo que eu te falei. Assim o, a empresa manda, manda toda a papelada pra ele, tem que ser de maior, se for de menor não pode. Só que ai tem que assinar aquilo tudo, e ai tem que ir lá registrar, e quando registrou ele ta entrando em um, eu acho né, eu não entendo muito de lei né, mas diz que se a gente vai no cartório e assina um contrato desse a gente ta começando a caminhar pro lado jurídico, deve ser né, porque tu começa a se comprometer né. Mas eles conversam com a gente, só teve um que não falou sobre isso, ai eles chegam e dizem “o rapazes a empresa mandou aquela papelada, mas a gente é conhecido, vamo começa e terminar né”. [...] A gente é em 3, a gente colheu de 4 agricultor, teve um que começou em setembro, no começo foi só ele, ai a gente descansou, foi cortar lenha, pra vender pra eles, a gente vende pra eles queimar né. Ai a gente começo e os outros foram chamando, até que veio o sufoco, aí veio aquela semana ali que você mandou mensagem, foi a semana inteira. Ai a gente empreita 11 arrobas de fumo, por mil, (reais). Aí ele tem 55 mil pés de fumo plantado ai a gente colhe.⁴⁰

No depoimento anterior o diarista relata um pouco da relação dos agricultores com o processo de contratação dos diaristas. As fumageiras notificam os agricultores sobre as ilegalidades que não devem ocorrer no processo do cultivo, mas não fornecem informações necessárias para que os agricultores legalizem a contratação. A falta de informação sobre o processo burocrático de contratação e o medo de não se enquadrarem no que a legislação exige são os principais motivos da não contratação dos diaristas.

Aqui por exemplo os que trabalham comigo, também trabalham na casa do primo dela, não tem como a gente fazer contrato, eu não vejo problema nenhum em me adequar, se for pra fichar, se for pra contratar, desde que não me prejudique, já que com a questão da aposentadoria poderia me desenquadrar, mas eu não vejo problema nenhum em me adequar, só que a lei também tem que se adequar. Eu gosto e prefiro fazer as coisas certas, se eu tenho um contrato com uma pessoa, também é bom pra mim, é muito bom pra mim, eu não fico mais refém disso, já aconteceu de se machucar, e nossa o prejuízo pra mim é gigante, e se eu tenho contrato, e ta tudo certinho, ta segurado, ai eu durmo tranquilo, eu até preferia, mais dessa forma infelizmente não da.⁴¹

Um dos empecilhos dos agricultores em fazer os contratos se deve ao medo de se desenquadrarem como Segurado Especial do INSS e perderem seu direito à aposentadoria. Porém, segundo o Manual de Orientação do Segurado

⁴⁰ Entrevistado 5. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 19 de dezembro de 2020

⁴¹ Entrevistado 2. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 06 de novembro de 2020.

Especial, a lei permite a contratação de empregados por prazo temporário, desde que a soma dos dias de trabalho de todos os empregados seja de, no máximo, 120 dias no ano. Mas a falta dessa orientação e desconhecimento sobre a lei e as burocracias necessárias para a contratação desestimula os agricultores. Todavia, devemos analisar que, em alguns casos, os agricultores proprietários podem preferir não fazer a contratação legal desses diaristas para não precisar alterar a forma como o trabalho dos diaristas é feito, podendo continuar o processo de exploração dessa mão de obra, sem correrem o risco de ter que responder legalmente.

A rotina dos diaristas não é fácil, pois eles são contratados principalmente para a etapa da colheita, sendo essa uma das mais exaustivas, que ocorre durante os meses mais quentes do ano, expondo-os a altas temperaturas e a um clima instável.

E vai assim, a gente começa, no começo é meio demorado, o baixeiro é um dia e meio pra colher uma estufa, na segunda apanhada a gente já consegue colocar uma estufa por dia, então daí já começa a desafogar, ai não teve aperto. Ai é um por vez, a gente vai la, deixa a estufa do fulano tudo prontinha e daí parte pro outro. A gente chegou à colher no domingo também, porque ai são 4 né, tem uns que planto 100 mil, então é muito fumo, o povo começa a ficar cansado, a máquina fica fraca. Ai no dia a dia, eles dão água e tudo, mas almoçar é com a gente, só dá tempo de almoçar e já voltar, porque a gente chega ali pelo meio dia e quinze e voltamos a uma da tarde. A gente já chegou a terminar umas sete e meia, colhendo a última zorra já escuro, pra terminar e partir pro outro já no outro dia, mas as vezes a gente terminava cedo, ai os outros eram tudo estufas mais médias, a gente conseguia ali pelas cinco ou seis horas encerrar.⁴²

Os diaristas ficam o dia todo nas propriedades, desde o amanhecer até o fim do dia, tendo uma pausa para o almoço que deve ser trazido por eles. O trabalho dos agricultores é constantemente vigiado. Assim, ficam sobre pressão muito grande para terminar a colheita dentro dos prazos, para garantir a torra das folhas no tempo certo. A colheita só para quando toda a produção foi colhida e está dentro das estufas. Ela ocorre por dias seguidos, chegando à exaustão dos trabalhadores para garantir os prazos.

O pagamento é feito em 2.000 por mês e o resto agora no final. É assim, a gente começa a colher, colhemos a primeira estufada ele da 2.000, ai todo dia do dia 5 ao dia 10, até terminar a safra, a gente colhia em 3, então era 2.000 pra cada um por mês ele dava, dai agora dia 10 de março é o prazo do pagamento do restante, ai no final quando ele receber da fumageira ele acerta.⁴³

⁴² Entrevistado 5. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 19 de dezembro de 2020

⁴³ Entrevistado 5. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 19 de dezembro de 2020

O diarista entrevistado relatou gostar muito de trabalhar com a colheita do tabaco e que tem uma boa relação com os proprietários das lavouras. Relatou entender que o valor pago por seu trabalho é um custo grande para os produtores, pois também já foi produtor de tabaco, mas deixa claro o quanto a sua jornada de trabalho é exaustiva.

Se hoje eu ainda plantasse eu pagava a empreitada e se sobrasse eu ainda dava mais um pouquinho, porque é muito sofrido, a gente consegue colocar a lavoura pra dentro, mas você pega o sereno de manhã, ai enxuga aquela roupa no corpo, porque depois vem aquele calorão, ai meio dia a gente só almoça e já volta, e chega uma horinha dessa, deu um temporal desse você tá lá suado na roça, então tem que ser remunerado. A gente tem que valorizar muito as pessoas que colhem fumo, porque esses meses que a gente trabalhou, que a gente colheu, o que a gente recebeu por isso, devia ser dinheiro pra passar o ano, e hoje não dá, não tem como. Teve um produtor que falou pra gente que se a gente não fosse colher pra ele no próximo ano, ele ia parar. ⁴⁴

O trabalho dos diaristas pode ser visto como uma forma de resistência por ambas as partes envolvidas, tanto pelos diaristas quanto pelos proprietários das lavouras. Muitos dos diaristas ainda têm suas propriedades no meio rural, mas não têm a estrutura, nem a quantidade de terra necessária para terem suas próprias lavouras. O salário proveniente da colheita da safra traz renda e mantém esses agricultores trabalhando e vivendo no campo.

Eu plantei fumo quase minha vida toda, mas chegou em um ponto que não dava mais, a gente pagava pra plantar, tu podes ver eu ainda tenho as estufas aqui do lado. Aí eu saí me empreguei, ai tive que me empregar fora, a Cida (esposa), tocou mais 2 anos sozinha, dai as meninas ajudavam, a colher, a Cassiane ainda tava em casa e ajudava, ai tem nós tem um rapaz também, duas meninas e um menino. Mas não deu pra suportar por que o preço que eles pagam é muito pouco. Dai hoje a gente vive da empreitada, continua aqui, com as vacas, e plantando. Mas dá dó de quem paga, porque é alto o valor, mas se ele não tiver a mão de obra ele não consegue trabalhar. ⁴⁵

Para se manter na fumicultura, os agricultores de Içara necessitam da mão de obra desses diaristas, já que a maioria das famílias produtoras não tem a força de trabalho familiar necessária para cultivar e colher a quantidade de produção que lhes garanta uma renda satisfatória. Desse modo, podemos notar que nos últimos 30 anos

⁴⁴ Entrevistado 5. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 19 de dezembro de 2020

⁴⁵ Entrevistado 5. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 19 de dezembro de 2020

o processo produtivo do tabaco dentro do modelo integrado vem passando por diversas mudanças que interferem diretamente nas relações de trabalho. Algumas dessas mudanças têm ligação direta com a força de trabalho para o cultivo do tabaco, bem como a constante necessidade de aumento de tecnologias e mecanização.

No que se trata da força de trabalho produtiva, observamos a diminuição da mão de obra familiar no cultivo, isso devido à diluição nos tamanhos das famílias e ao êxodo rural. Criando a necessidade de buscar por outras forças de trabalho, desse modo, o processo de trocas de dias entre famílias produtoras passou a ser cada vez mais constante. Era possível encontrar famílias agricultoras desprovidas de terras próprias que vendiam sua força de trabalho em troca de moradia e parte dos lucros obtidos nas colheitas, os chamados “meeiros”. Essas configurações de trabalho foram diminuindo aos poucos, tornando-se praticamente inexistentes atualmente. A substituição dessas modalidades de trabalho ocorreu por meio da inserção de diaristas e de grupos de empreitadas, que realizam a etapa da colheita considerada mais exaustiva. Essa modalidade de trabalho vem garantindo a continuidade da produção de tabaco no município de Içara, todavia, esse processo vem tornando as relações de trabalho cada vez mais mercantil. Esses agricultores recebem pagamentos, o que já os diferencia do antigo modelo de trocas de dias entre os agricultores, tornando os gastos com a produção ainda mais caros. Como vimos, a maioria desses diaristas não é contratado de maneira formal pelos agricultores, o que abre espaço para a exploração da força de trabalho.

No processo de mecanização, podemos observar que, ao longo do período estudado, várias tecnologias foram inseridas no processo produtivo do tabaco, muitas delas, como as estufas de grampo, tornaram o processo produtivo mais prático e rápido. Essas tecnologias foram apresentadas aos agricultores como essenciais para que as propriedades pudessem ser compatíveis com a produção exigida pela fumageira. Para sustentar os gastos que essas novas tecnologias trouxeram, foi necessário a ampliação da quantidade de tabaco produzida nas propriedades que permaneceram na produção de tabaco, ampliando simultaneamente a exigência de trabalho. Desse modo, podemos perceber que o aumento das tecnologias e maquinários não promoveu mais qualidade de vida e jornadas de trabalho menos desgastantes, pelo contrário, fomentaram apenas a produção e a exploração do trabalho.

Portanto, a produção de tabaco dentro do modelo integrado engloba diversos níveis de relação. No que diz respeito às relações de trabalho, podemos perceber uma interdependência das empresas fumageiras, com os proprietários das lavouras, com o trabalho de sua família e com o trabalho dos diaristas. Para ter lucro as fumageiras exploram o trabalho dos agricultores, por meio de um modelo de produção que lhes garante a matéria de que necessitam, mas que não os obriga a ter responsabilidade sobre o processo produtivo, já que este fica na responsabilidade do agricultor. O agricultor, por sua vez, precisa explorar a mão de obra familiar e dos trabalhadores diaristas para conseguir garantir rendimentos.

4. A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO, SAÚDE E O MOVIMENTO SINDICAL DA FUMICULTURA EM IÇARA - SC.

Neste capítulo, abordaremos os produtores e trabalhadores de tabaco do município de Içara no desenvolvimento das atividades fumageiras. Trataremos das condições de trabalho dos agricultores em meio à produção de tabaco, discutindo os males causados à saúde desses trabalhadores pelo contato intenso com agrotóxicos, entre outros problemas causados pelo excesso de peso e o trabalho em posições prejudiciais à coluna.

Iremos analisar a divisão do trabalho dentro das famílias produtoras de tabaco, abordando questões acerca da ideia do trabalho das mulheres e das crianças serem vistos como “ajuda”, problematizando as questões acerca do trabalho infantil, que afetam a frequência escolar e a saúde dos filhos dos produtores. Analisaremos as estratégias e as táticas de resistência perante a exploração das empresas fumageiras, a organização dos agricultores e a atuação dos movimentos sociais ligados aos produtores de tabaco. Como discutimos no capítulo anterior, a estrutura instituída pela modernização conservadora do campo no nosso país ocasionou uma aproximação do meio agrícola com o setor empresarial.

Ao tratar da intensificação das leis de cercamentos, na Inglaterra, a partir do século XVIII, Thompson (1987b) discute o processo de rompimento da estrutura tradicional de direitos e costumes dos trabalhadores rurais ingleses, que dependiam das terras comunais, mostrando que esse processo impôs às vilas uma estrutura mercantilizada. Thompson cita várias modalidades de trabalho no campo que passam a surgir a partir desse processo:

(1) os empregados da fazenda, contrata dos por um ano ou uma estação; (2) uma força de trabalho regular - nas grandes fazendas empregada durante a totalidade do ano; (3) os trabalhadores casuais, pagos por dia ou por tarefa; (4) especialistas de diferentes graus de qualificação, que podiam ser contratados por empreitadas. (THOMPSON 1987b, p. 42)

Para os camponeses que não seguiram a migração em massa para as cidades, sobraram essas alternativas de trabalho que vinham acompanhadas de várias horas trabalhadas, condições de trabalho e de vida precárias, além de baixos salários (THOMPSON, 1987b). Os defensores dos cercamentos afirmavam a necessidade de aumento da produtividade desses territórios, desse modo, aos

poucos, o processo de cercamento foi introduzido nas várias definições de propriedade capitalista, acabando com a economia de subsistência praticada anteriormente. Ainda que em espaços e épocas completamente diferentes, podemos perceber permanências no contexto social discutido por Thompson durante o processo de execução das Leis de cercamento com o processo de modernização conservadora da agricultura brasileira.

O processo de modernização do campo alterou diversos aspectos no meio rural. No que compreende às grandes propriedades, houve uma estruturação para a produção em grande escala direcionada para a exportação, tendo como base um novo padrão tecnológico. No que diz respeito à agricultura familiar, a modernização conservadora do campo, por meio de um processo estruturante, impôs mudanças que colocaram muitos agricultores à margem desse processo, visto que os agricultores familiares tinham pequenas propriedades e viviam em um sistema de subsistência, que não se encaixava nos padrões de produção instituído pela modernização.

O modelo integrado de produção de tabaco vai surgir na agricultura familiar trazendo a modernização dentro de uma estrutura que pudesse englobar as pequenas propriedades, oportunizando a exploração da força de trabalho familiar, a mecanização das propriedades, além do consumo do pacote de insumos oferecidos pela indústria. Com isso, a exploração da força de trabalho familiar se torna uma necessidade para o aumento da produção, que conseqüentemente gerou mais lucratividade. Assim, o processo de modernização e maquinação do campo não deve ser visto como sinônimo de diminuição de trabalho devido às novas tecnologias, mas sim, como sinônimo de mais produção e de mais exploração.

Esse modelo gerou transformações econômicas, sociais e trabalhistas, propiciando o surgimento de novas relações. Essas relações, mesmo inseridas em uma estrutura subordinada às grandes empresas integradoras, resultaram na construção processual da experiência desses agricultores.

Uma vez que o processo histórico não se constrói apenas por meio das estruturas instituídas pelo capital e pela modernização, ele se constrói por meio das relações. Desse modo, os agricultores que estão inseridos nessas estruturas vivenciam sua cultura e sua tradição.

Estar integrado não significa deixar de ser camponês e se tornar um empresário agrícola, pois aceitar a integração está na lógica da resistência para a reprodução da família, ou seja, é uma complementaridade, o

camponês não deixa de existir por ter relação com a indústria [...] (VICINI, 2019, p. 70).

O campesinato se caracteriza como uma forma social de produção, que se fundamenta em um caráter familiar, englobando a produção e a organização do trabalho, correspondendo não apenas à maneira como os agricultores produzem determinada cultura, mas também ao seu modo de vida. O conceito de campesinato no Brasil assume uma conotação dupla: por um lado, correspondendo às formas mais tradicionais de trabalho no campo, por meio de pequenas propriedades, com poucos recursos para a produção, que é feita em baixa escala e frequentemente é vista como uma forma de atraso social e econômico; por outro lado, o campesinato também carrega consigo um forte estigma político que o associa a um movimento visto como crítico e atuante que foi perseguido durante a ditadura militar. Na tentativa de reprimir e neutralizar todo o contexto político e histórico que envolve o conceito de camponês, a repressão militar passou a utilizar outras expressões, como “agricultores de subsistência”, “produtores de baixa renda” e “pequenos produtores” (WANDERLEY, 2014).

A partir de 1990, a construção da categoria política de “agricultor familiar” vai ocorrer, sendo adotada pelo Estado, criando programas direcionados para essa categoria. Desse modo, a chamada “agricultura familiar” foi se difundindo cada vez mais em meio às instituições e aos movimentos sociais, assim, sendo assumida pelos agricultores (WANDERLEY, 2014). Segundo Wanderley (2014), mesmo com variedades de referências identitárias para os produtores agrícolas ligados à família, que direcionam seu trabalho e sua forma de vida por meio dos pilares da família e da comunidade, é possível, sim, considerá-los camponeses, bem como se pode tornar equivalente os conceitos de agricultura familiar e campesinato.

A agricultura familiar se caracteriza por mais de uma profissão, pois ela carrega em si um processo de ensinamentos, passado de pais para seus filhos e filhas; conhecimentos sobre a vida no campo, a moralidade, o trabalho, a sociedade e a família. A forma de trabalho desenvolvida por essas famílias é uma das características que mais interessa às empresas integradoras. A auto exploração da família torna o custo de produção baixo para as fumageiras, visto que o pagamento pela produção de tabaco não é pago individualmente para cada membro da família. O contrato geralmente é feito em nome dos pais da família, mas como são muitas as atividades exigidas pela produção de tabaco, há a necessidade do trabalho de todos

os membros, incluindo muitas vezes o trabalho de crianças, adolescentes e idosos (CONDE, 2012). Devido a isso, para a obtenção do lucro com a sua lavoura, os agricultores sabem que devem se esforçar ao máximo e exigir muito do trabalho familiar, vendo-se obrigados a explorar o trabalho familiar para que seja viável a produção de tabaco. Quando há o esgotamento dessa mão de obra, fazem o contrato de trabalhadores diaristas, que são remunerados pelo trabalho que exercem diariamente, então, a sua produtividade é cobrada exaustivamente.

4.1 O TERMO “AJUDA” E O TRABALHO DE CRIANÇAS E MULHERES.

Na agricultura familiar ainda é muito comum encontrarmos o uso do termo “ajuda” para conceituar algumas modalidades de trabalho. Esse termo muitas vezes é usado para rotular o trabalho das mulheres, das crianças e dos idosos no dia a dia da agricultura.

No que diz respeito ao trabalho infantil, na produção de tabaco, o termo “ajuda” é usado para tirar o peso da palavra trabalho, colocando as atividades exercidas pelas crianças como pequenas participações e não como realmente trabalho. Segundo Conde (2012), o processo de proibição e fiscalização não terminou efetivamente com o trabalho infantil nas lavouras. O trabalho realizado pelas crianças nas safras de tabaco é considerado, por muitas famílias, essencial para a obtenção da renda familiar, e continua sendo feito de forma clandestina. Desse modo, com o receio da punição legal e com o processo de naturalização do trabalho desde muito cedo, todas as atividades realizadas pelas crianças nas propriedades são denominadas “ajuda”.

É possível observar uma intensificação no processo de combate ao trabalho infantil nas últimas décadas, pois o Estado tem cobrado e fiscalizado cada vez mais o uso do trabalho de crianças. Santos (2018) cita a Constituição Federal de 1988; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei 8.069, de 13 de julho de 1990; a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943; e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), de 1996, como grandes atores no processo de combate ao trabalho infantil no Brasil. O Decreto nº 6.481, de 2008, regulamentou a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, passando a proibir o trabalho infantil em todas as áreas listadas. O trabalho na produção de tabaco estava incluído nessa lista.

São diversos os estudos que demonstram os prejuízos à saúde causados pelo contato dos trabalhadores do tabaco com a planta do tabaco. Os prejuízos causados à saúde das crianças, ao entrarem em contato com a planta na lavoura, também não é diferente. Em seu estudo, Conde (2012) discute o trabalho infantil na fumicultura em três municípios catarinenses: Canoinhas, Imbuia e São Bonifácio.

A pesquisa constatou que, entre os filhos de fumicultores, a participação das crianças ocorre em atividades como a coleta do baixeiro, o plantio de mudas, a separação de folhas e a confecção da manilha (trouxa de folha de fumo seca enrolada em outra folha). As crianças são preferidas porque o baixeiro, por exemplo, localiza-se na parte mais baixa do pé de fumo, exigindo que o trabalhador adulto permaneça agachado e com a coluna curvada durante a colheita. Além disso, a confecção da manilha é considerada uma atividade leve para as crianças, e é favorecida pela habilidade manual infantil. (CONDE, 2012 p.105)

Muitos agricultores veem o trabalho como uma forma de transferir sua cultura, de oportunizar que seus filhos conheçam desde cedo suas raízes. Segundo Conde (2012), como o trabalho infantil ocorre no meio familiar, muitas vezes, ele é visto como um processo educativo, que proporciona às crianças uma aproximação com o saber tradicional, sobre a terra e a agricultura.

Na questão do trabalho infantil a empresa cobra muito, tenho um contrato, é claro que não é certo usar o trabalho infantil, nunca usei não, a não ser ela aqui, (filha menor de idade) é de menor ainda, mas é só ela né. Mas assim, eu comecei a trabalhar com sete ano. Faz parte. Não uso mesmo, embora é uma pena vamos dizer, um tempo vinha uma gurizada aqui que vinha da cidade queria trabalhar aqui, que dizia lá na assistência social, não deixa, não queriam fazer igual aos meus amigos que ficam aí nas portas dos outros roubando. Nós éramos em 3 irmãos em casa e todos os 3 não saíram pra lado errado, nenhum, já tinha um tio que cuidava de um posto que deixou os filhos meio numa boa nenhum, deu em nada que presta.⁴⁶

A compreensão de que o trabalho é um preparador do caráter é outro fator que contribui para o trabalho infantil. A associação de que se as crianças forem inseridas desde cedo no trabalho aprendem a ter bons princípios e caráter é influenciada pela ideia de dignificação do homem por meio do trabalho, ideal que foi por muito tempo usado pela igreja católica e defendido pelo capital.

Agora a gente ta trabalhando um pouco mais sossegado, claro com a gente sempre respeitando o que é certo, o que é digno, nós não temos crianças

⁴⁶ Entrevistado 1. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 04 de novembro de 2020.

trabalhando, não temos idosos trabalhando com defensivos, mas as vezes eu quero levar minha filha no trator na roça, e ela pergunta, “o pai esse pé de fumo ai como ta?”, ela ta aprendendo. Agora como eu vou criar um filho dentro de casa igual a um broto de bananeira, sem ele saber nem onde é a nossa extrema da roça. Agora a gente ta com mais liberdade, podendo ir com a família olhar a lavoura, tava muito ruim.⁴⁷

Em sua postura e posicionamentos, o atual presidente, Jair Bolsonaro, já se declarou contra diversos direitos e políticas conquistadas pela sociedade nos últimos anos. Em julho do ano de 2019, o presidente fez uma declaração se posicionando a favor do trabalho infantil. Entre várias falas o presidente disse: “Hoje em dia é tanto direito, tanta proteção, que temos uma juventude aí que parte considerável não está na linha certa. Então, o trabalho dignifica o homem, a mulher, não interessa a idade” (REUTERS, 2019). Por mais que o presidente não tenha apresentado nenhum projeto referente a flexibilização do trabalho infantil, esse tipo de posicionamento incentiva o descumprimento da lei e a exploração do trabalho das crianças. Ao ser questionado sobre o trabalho infantil o agricultor entrevistado comenta: “Agora, graças a Deus mudou. Não tô falando em política, mas mudou agora esse governo, e ele diz pra criançada trabalhar. Parece que a coisa deu uma aliviada, então, não bateram mais em cima de nós”.⁴⁸

Segundo Araújo (2010), o Brasil vem se destacando no processo produtivo e exportador de tabaco, obtendo uma alta qualidade do tabaco e uma boa produtividade realizada pelos fumicultores, mesmo às custas do baixo valor da força pago por seu trabalho. Essa mão de obra barata só é possível graças ao ambiente familiar, onde está disponível a força de trabalho infantil.

Quando pressionadas por fiscais e por organizações políticas defensoras da infância e dos direitos humanos, as empresas fumageiras afirmam que o problema do trabalho infantil é cultural e da responsabilidade de cada família. Esquecem as relações de exploração que o trabalho familiar é parte. (CONDE, 2012, p 75)

O trabalho das crianças na produção de tabaco não é contabilizado, não entra nos custos de produção, tornando-se gerador de excedente que, segundo a autora, passa a ser apropriado pelo capital. Mesmo assim, ironicamente, as grandes

⁴⁷ Entrevistado 3. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 1 de dezembro de 2020.

⁴⁸ Entrevistado 3. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 1 de dezembro de 2020.

empresas fumageiras usam a fiscalização do trabalho infantil para criar campanhas publicitárias, exaltando sua responsabilidade social com o trabalho infantil.

O problema do trabalho infantil torna-se uma generalidade quando as atividades das crianças passam a ser voltadas não mais à produção de valores de uso à família, mas à produção de mais-valia. Esse momento coincide com a introdução das máquinas na grande indústria capitalista que as utiliza não como meio de aliviar a labuta, mas de ampliar a parte não paga da jornada de trabalho. Como o foco das relações sociais capitalistas é a produção de capital e não a humanização do ser social, as vantagens do trabalho coletivo e dos avanços tecnológicos não são utilizados para liberarem as crianças para as virtudes das atividades de estudo, das brincadeiras, da arte, da música e da preguiça. (CONDE, 2012, p 64)

Para Conde (2012), a associação que a sociedade acaba fazendo entre o trabalho infantil com o âmbito familiar e a cultura do campo, justificando a atividade dessas crianças nas lavouras como desculpa para garantir cultura e educação, encobre um problema de classe, onde o trabalho infantil está inserido na estrutura produtiva e econômica, sendo uma necessidade do capital. Nos depoimentos dos agricultores de Içara, foi possível perceber um descontentamento com a legislação contra o trabalho infantil. Os agricultores percebem a lei como um empecilho ao desenvolvimento do cultivo e uma barreira na formação de seus filhos.

Da família aqui nós temos em 5 pessoas, até está aqui que está com 14 anos, ajuda também e nosso filho e a namorada que mora aqui com nos. Ai tem mais cinco durante a colheita. Aqui tudo mundo faz tudo todo mundo trabalha junto e é dono de tudo. Hoje como é mais rápido eu puxo fumo da roça aí minha mulher, a filha e o filho e a namorada dele grampeiam e na roça. Ai a gente não colhe tem o pessoal que é contratado só pra colher, o restante do trabalho depois do fumo seco é só com a família, A noite para cuidar quem cuida é eu. Na casa na verdade quem cuida é ela e durante o dia também cuidam da estufa para mim descansar pois cuida a noite.⁴⁹

Nas entrevistas realizadas os agricultores declararam que não utilizam o trabalho infantil no trabalho na produção de tabaco, nem contratando crianças, nem colocando seus filhos para trabalhar. Porém, durante as visitas e no decorrer das entrevistas, foi possível constatar que alguns trabalhadores ainda usam o trabalho infantil, mas definindo as atividades desenvolvidas pelas crianças como apenas uma ajuda para família e não como realmente um trabalho.

⁴⁹ Entrevistado 1. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 04 de novembro de 2020.

Porque aqui as meninas sempre ajudaram a gente e estudavam a noite, não deixaram de se formar, hoje elas tem o trabalho delas, são formadas, e o fumo não atrapalhou elas em nada, elas queriam fazer e fizeram, conseguiram, estudaram, hoje tem um profissão, a lavoura não atrapalhou em nada, e trabalharam. Essas duas que grampo de fumo não é leve, elas puxavam com o fumo, e chegavam aqui e grampavam, e carregavam a estufa sozinhas, o Matheus puxava, era só na família, nós 5, dois na roça colhendo, um puxando e duas em casa, e estudaram igual. A gente se mantinha, se alimentava da própria lavoura. Ai quando a fiscalização veio e chegava aqui e falava, o tu não pode mais colocar teu filho trabalhar, ai tu vai ter que colocar uma pessoa de fora, o sustento que eu ia ter eu vou ter que repassar pra aquela pessoa, ela não vai trabalhar de graça.⁵⁰

A escolarização das crianças que trabalham com os pais na produção de tabaco, muitas vezes, fica prejudicada. Por mais que, na maioria dos casos, essas crianças não deixem de frequentar a escola, seu desempenho escolar decai devido ao cansaço e à falta de tempo para o estudo em casa. O trabalho infantil no campo é considerado por Conde (2012) um dos motivos das faltas e notas baixas na escola. Desse modo, para evitar a repetência e o abandono escolar, as escolas acabam exigindo menos dos alunos que conciliam o trabalho rural com os estudos. Em sua pesquisa sobre o trabalho infantil na produção de tabaco, Conde (2012) analisou desenhos e depoimentos coletados por meio de redações de 1080 crianças e adolescentes residentes em localidades fumicultoras dos municípios catarinenses de São Bonifácio, de Canoinhas e de Imbuia (Figura 12 e 13).

⁵⁰ Entrevistado 5. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 19 de dezembro de 2020

Como podemos perceber, analisando os desenhos, o trabalho nas lavouras é algo da rotina dessas crianças, acontecendo com frequência como qualquer outra atividade feita por elas. Em uma das redações concedidas a Conde (2012), uma adolescente de 14 anos relata seu dia a dia e sua jornada de trabalho na produção de tabaco:

Eu sempre levanto lá pelas 6h da manhã, tiro meu pijama, vou ao banheiro. Ajudo minha mãe a tratar dos bichos, galinhas, porcos, perus, coelhos. Tomo café e vou tratar das vacas. Depois, vou ao fumo para capinar e fazer outras coisas que precisam. Quando chega 11h30, vou para casa almoçar, recolher as coisas da mesa e dormir um pouco. Às 14h voltamos para a roça. Depois das 16h volto para casa, cuido das flores, tomo banho e café e vou para a escola. [...] Nas férias... nem posso chamar isso de férias... pois trabalho o dia inteiro quebrando folha de fumo. Minhas férias são um saco! Às vezes, eu fico vomitando porque me dá porre de fumo. Para mim, as férias são durante as aulas escolares, pois trabalho menos do que na chamada "férias." (CONDE, 2012, p.102)

O trabalho infantil envolve diversas questões, como a relação da família com seus costumes ligados ao trabalho, o processo de exploração exercido pelas fumageiras sobre esses costumes, a ligação com a dignificação do trabalho vinculada a uma moral religiosa, a escolaridade dessas crianças e as diversas periculosidades ao trabalharem com a produção do tabaco. Para exercer o combate e a erradicação do trabalho infantil, o Estado deve levar em considerações esses e outros tantos fatores para que essas medidas realmente passem a surgir efeito.

O descontentamento dos agricultores com a legislação contra o trabalho infantil carrega diversas questões. Uma delas é a questão do trabalho como tradição cultural e familiar, que envolve a tradição do ensino do trabalho no campo como sinônimo de formação de caráter, bem como uma garantia de sucessão familiar no campo. Outro ponto é a necessidade do trabalho dos filhos para garantir a renda da família, já que é a exploração do trabalho que garante a lucratividade dos agricultores. Diante disso, alguns dos agricultores percebem a lei como não compatível com a realidade do trabalho no meio rural.

No que diz respeito ao trabalho das mulheres no campo, entramos em um espaço ainda rodeado de relações patriarcais, em que prevalece a divisão sexual do trabalho. Essas agricultoras, são constantemente postas como coadjuvantes de uma história masculinizada, sendo negado a elas seu lugar de fala. Analisando conjuntamente as relações de trabalho e de gênero dentro da produção de tabaco, poderemos compreender a construção dessas mulheres como sujeitos sociais.

As definições de trabalho naturalizado ao homem e à mulher podem ser observadas quando analisamos que no trabalho doméstico as tarefas desenvolvidas pelos homens são consideradas uma “ajuda” a mulher. Assim como na lavoura, ainda é muito comum o trabalho realizado pelas mulheres ser considerado também apenas uma “ajuda” para os homens.

O trabalho que é naturalizado às mulheres está vinculado a atividades relacionadas ao carinho e cuidado de sua família, sendo considerado menos relevante (BORIS, 2014). Nessa visão fica naturalizado ao homem gerir, manter e prover. Dessa maneira, qualquer função exercida por um ou outro em áreas que, nessa concepção, não são naturais a eles é considerada “ajuda” e não trabalho.

Ainda hoje a divisão sexual do trabalho parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (a agricultura, a pecuária, enfim tudo o que se associa ao mercado) e as mulheres, pelo trabalho reprodutivo (o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais, tudo o que é feito para uso e consumo próprio, sem contar a reprodução da própria família pelo nascimento e cuidado dos herdeiros). (NOBRE, 1998, p. 2)

Durante o desenvolvimento das entrevistas nas propriedades familiares de Içara, a maioria das esposas e filhas não mostraram interesse em participar das entrevistas. Diziam que não tinham muito o que falar, ou que preferiam que o marido ou pai falasse. O silenciamento dessas mulheres está ligado ao seu entendimento de que aquele não é seu lugar de fala, esse processo se desenvolve principalmente devido a constituição desses indivíduos dentro da agricultura familiar, que continua um ambiente patriarcal e masculinizado. Além disso, como a administração do trabalho na agricultura fica na mão de seus pais e maridos, essas mulheres sentem que seu conhecimento sobre o processo produtivo não é válido.

Hoje é nos 3 mesmo, eu, meu marido e meu sogro. Minha sogra cuida das minhas filhas, pequenas, tenho duas uma está dormindo e outra está ali. [...] Aqui só o fumo que é mais responsável o meu marido. Mas todos fazem tudo.⁵¹

No depoimento citado acima, a agricultora decidiu conceder a entrevista mesmo após relatar que era seu marido o responsável pela produção e que acreditava não conseguir responder todas as perguntas. Apesar disso, no desenvolver da entrevista, a agricultora não só conseguiu responder todos os questionamentos que

⁵¹ Entrevistada 4. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 8 de dezembro de 2020

lhes foram feitos, como também fez falas muito importantes sobre o dia a dia no cultivo do tabaco. A desqualificação do trabalho da mulher está tão enraizada no meio rural que as próprias mulheres não conseguem ver seu próprio trabalho como importante e rentável.

Segundo Schenato (2019), a participação de cada um dos membros familiares dentro da agricultura é dividida em certos espaços, direcionados pela divisão sexual do trabalho e pelas relações de gênero. Nessa hierarquia os serviços domésticos e de quintal são responsabilidade das mulheres adultas, assim como suas filhas devem ser introduzidas nas atividades desse mesmo espaço; a responsabilidade sobre os trabalhos na lavoura fica com o homem, e da mesma maneira os filhos homens são direcionados às atividades na lavoura. Diante disso, esses filhos homens passam a ter mais noção sobre o funcionamento da propriedade e mais conhecimento sobre desenvolvimento dos cultivos, tornando comum que sejam eles os escolhidos para a sucessão na propriedade.

Duas das agricultoras entrevistadas relataram que acreditam não existir mais divisão sexual do trabalho no campo, pois atualmente as mulheres realizam todas as tarefas nas propriedades. A negação sobre a existência de uma divisão sexual de trabalho no campo ocorre por vários motivos. Um deles é a visão incorreta sobre ao que ela se refere, compreendendo-a como uma delimitação da capacidade de trabalho das mulheres na agricultura e não como uma divisão do trabalho da agricultura por meio de uma definição de trabalhos naturalizados aos homens e às mulheres.

A vida no campo da mulher hoje é quase igual a do homem, porque a mulher hoje, na agricultura, faz quase que o mesmo trabalho que o do homem, entendeu, e esse negócio de machismo na agricultura, no que eu conheço assim, é bem tranquilo ta, a mulher hoje ela quase que faz o papel de um homem.⁵²

No depoimento acima podemos perceber que a agricultora afirma que as mulheres hoje realizam as mesmas tarefas que os homens, procurando valorizar o trabalho desenvolvido pelas agricultoras, afirmando que elas têm capacidade para realizar qualquer trabalho. Mas mesmo afirmando que hoje não há trabalho que as

⁵² Entrevistada 6. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 13 de março de 2021.

mulheres não façam, ela deixa claro que no meio rural ainda existe o papel de homem e conseqüentemente o papel de mulher.

O meu dia a dia é bastante corrido, eu tento que dar conta da casa, e do serviço com eles, a gente trabalha junto certo, se ajudando. Ai quando ele sai pra fazer outro serviço na agricultura assim, que agente planta outros tipos de lavoura também, aí eu fico em casa continuando o serviço. E eu gosto de trabalhar no fumo, fazer o que eu faço, pretendo continuar sim, mais uns anos.⁵³

As duplas, e até triplas, jornadas de trabalho fazem parte do dia a dia dessas agricultoras. No depoimento da agricultora citado acima, podemos perceber que, além do trabalho desenvolvido por ela no cultivo do tabaco, a mesma ainda realiza as atividades domésticas, que são naturalizadas a ela e às filhas. De acordo com Saffioti (2013), o estereótipo de que a missão de vida da mulher é o casamento, a reprodução e o cuidado dos filhos, criou um processo de desqualificação da força de trabalho feminina, produzindo a ideia de que as mulheres devem se contentar com um número reduzido de ocupações, muitas vezes, em condições precárias.

De acordo com Hirata (2007), ao pensarmos a divisão sexual do trabalho, devemos nos ater ao fato de que as relações entre homens e mulheres são sistemáticas, produzindo uma reflexão perante os processos que a sociedade utiliza para definir e hierarquizar as atividades, criando um sistema de gênero. Dessa forma, há a possibilidade de não apenas denunciar as desigualdades, mas também entrar em um processo que repense o próprio trabalho.

A divisão sexual do trabalho se cunha também na questão afetiva. O trabalho invisível e gratuito feito diariamente pelas mulheres é justificado por meio da idealização do amor materno (HIRATA, 2007).

Na área rural, mais do que na área urbana, a divisão sexual do trabalho é baseada em alguns princípios que supostamente explicariam o que é trabalho de homem e o que é trabalho de mulher. Força, capacidade intelectual, delicadeza, paciência, rapidez e outras são considerados características necessárias para diferentes tarefas, sendo que os homens teriam algumas dessas características e as mulheres outras. (GRANDI, 1999, p 10)

Para Cipriani (1998), o trabalho desenvolvido pelas agricultoras não se delimita apenas ao interior da casa, pois são diversas as tarefas envolvidas, como a

⁵³Entrevistada 6. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 13 de março de 2021.

limpeza, o cuidado pátio onde vivem os animais domésticos, a plantação de verduras no quintal e as tarefas consideradas femininas e que não são consideradas trabalho. Essa visão se alastra até a outras atividades agrícolas consideradas femininas, como o desenvolvimento da semeadura e a limpeza dos cultivos. Assim que essas atividades passam a ser realizadas pelas agricultoras, passam a ser consideradas como “ajuda”, invisibilizando seu trabalho e propiciando uma divisão de tarefas por sexo.

De acordo com Cipriani (1998), para o desenvolvimento da produção do tabaco, é necessário o uso de muita mão de obra. No caso da agricultura familiar, é necessário a participação de todos os membros da família, já que este cultivo é desenvolvido por meio de diversas etapas. Dessa maneira, a fumicultura exige diversos cuidados e muita atenção, pois estes processos é que vão garantir ou não a qualidade e a quantidade da safra e a rentabilidade que ela vai gerar à família. Segundo Paulilo (1987), por diversas vezes, na agricultura familiar, o trabalho que cabe ao homem é aquele considerado pesado, deixando ao encargo das mulheres e crianças diversas das etapas consideradas mais “leves”.

Como se vê, “trabalho leve” não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é “leve” se pode ser realizado por mulheres e crianças. (PAULILO, 1987, p. 7)

A produção de tabaco é dividida em diversas etapas, com diferentes atividades. Algumas dessas etapas da produção são consideradas mais “leves”, como o processo de escolha das folhas, e até mesmo a colheita, mas isso não significa que essas atividades não sejam importantes ou que não sejam prejudiciais à saúde.

É assim ó certos tipos de serviço como eu sou mais forte, mais resistente eu faço, como aplicação de herbicida, defensivo, e tudo mais, sou eu que faço. Ai sabe a mulher também tem a casa né, então tem uma divisão, eu levanto mais cedo, eu faço o serviço mais pesado, eu cuido dos fornos, coloco lenha, eu faço a parte de mecanização, aração da terra, que é a preparação, aquilo que é com as maquinas que a gente tem mais facilidade. E ai o serviço que é um pouco mais leve a gente deixa dedicado pras mulher, pra elas também não se judiar, porque as vezes elas também chega em casa ainda tem o serviço da casa que também continua né.⁵⁴

⁵⁴ Entrevistado 3. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 1 de dezembro de 2020.

Por mais que na maioria das entrevistas os agricultores falem que não há uma divisão do trabalho pelo sexo, ao relatarem as funções que cada um desempenha na propriedade, é possível perceber uma distribuição bem definida de cada função que os integrantes da família devem fazer.

Para Paulilo (1987), a perpetuação da ideia do homem como chefe de família acaba por inferiorizar aqueles que são considerados seus dependentes (mulheres, crianças e idosos), colocando-os em um segundo plano, onde são postos como ajudantes e não como trabalhadores, sendo o trabalho “leve” e “pesado” caracterizados dentro de uma hierarquia familiar. Em uma das famílias visitadas, a propriedade é gerida por um casal jovem, que trabalha junto na propriedade, mas por mais que possamos perceber uma tentativa de igualdade dentro da propriedade, a divisão do trabalho “leve” e “pesado” ainda prevalece.

Olha divisão sempre tem né, mas como diz outro, a gente tá tocando o barco direto, a sempre tem um serviço mais pesado aí eu pego e faço né, mas de resto qualquer um de nós dois (o fumicultor e a esposa) faz. Antes eu fazia mais o serviço do trator, agora a gente tem um trator melhor e ela também já faz, ela até prefere por aí tem o ar-condicionado, mas acho que não tem muita não, só questão de lógica mesmo, força física a mais aí fica mais comigo um pouco.⁵⁵

A agricultura familiar é ainda um setor muito apegado às tradições e principalmente a uma hierarquia familiar. A manutenção desse estereótipo patriarcal de um chefe (pai e homem) reproduz dentro das propriedades uma desigualdade baseada no sexo, impossibilitando as mulheres de se verem como protagonistas em seu trabalho, já que no processo de sucessão muitas delas são simplesmente excluídas. Diante dessa realidade, as mulheres que tomam consciência desse processo, e que têm diante de si a possibilidade de se desvencilhar, acabam optando pelo êxodo rural, que vem tornando o meio rural cada vez mais um ambiente masculinizado e envelhecido.

4.2 A SAÚDE DOS AGRICULTORES NA PRODUÇÃO DE TABACO.

Nos diversos cultivos desenvolvidos dentro da agricultura familiar são necessários vários processos. Nesses processos os agricultores fazem o uso de

⁵⁵ Entrevistado 2. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 06 de novembro de 2020.

ferramentas, de máquinas, de trabalho manual e de agrotóxicos, que, se utilizados da maneira inadequada, podem causar diversos prejuízos à saúde dos agricultores. Essa é uma realidade dos agricultores que trabalham com a produção de tabaco. Eles realizam movimentos repetitivos, que necessitam de posturas forçadas durante longos períodos, além de estarem suscetíveis a doenças provocadas pela exposição solar prolongada e às intoxicações ocasionadas pela contaminação com agrotóxicos (REIS, 2017).

Os agrotóxicos sempre foram um dos pontos mais apontados como negativos no processo produtivo do tabaco. Porém, mesmo com a preocupação com a saúde e com as questões ambientais aumentando nos últimos anos, é possível observar uma tentativa de negação dos agricultores sobre os efeitos nocivos dos agrotóxicos. Muitos deles costumam usar nomenclaturas como defensivo agrícola para definir o uso dos agrotóxicos. Vale ressaltar que esse termo vem sendo introduzido pelas indústrias produtoras de agrotóxicos na tentativa de tirar a carga negativa que esses produtos representam, criando uma imagem mais inofensiva de “defesa” e não de algo “tóxico”.

O uso do EPI, que é o Equipamento de Proteção individual (Figura 15), tem sido cada vez mais comum nas propriedades fumicultoras nos últimos anos. A pressão da sociedade sobre as fumageiras, pelo trabalho dos agricultores na produção de tabaco, sem as devidas medidas de proteção, fez com que essas multinacionais passassem a instituir a seus integrados o uso do equipamento.

Figura 14- EPI – Equipamento de Proteção Individual



Fonte: <http://www.cangucuemfoco.com.br/2016/04/epis-sao-fundamentais-garantindo-saude.html>

Na fumicultura o EPI é utilizado não apenas em função das aplicações de agrotóxico nas lavouras, ele serve também para o momento da colheita. Segundo o INCA (2021), no processo de colheita, devido ao contato com a folha do tabaco, os trabalhadores rurais podem sofrer uma espécie de overdose de nicotina, conhecida como doença da folha verde. Isso ocorre porque a pele suada e molhada pelo orvalho absorve a nicotina da folha do tabaco, causando, nos agricultores, cólicas, náuseas e mal-estar durante vários dias.

Segundo a Associação Nacional de Medicina de Trabalho - ANAMT, (2018), a doença da folha verde passa despercebida pelo sistema de saúde do país, pois normalmente é considerada apenas como uma intoxicação por agrotóxicos. Tal fato deixa os dados do Ministério da Saúde muito desatualizados.

A intoxicação por contato com substâncias químicas pode ocorrer de duas maneiras: aguda e crônica. No caso da intoxicação aguda os efeitos vão aparecer algumas horas após a intoxicação. Já no caso da intoxicação crônica os sintomas vão aparecer no decorrer do tempo, podendo surgir em meses ou em anos, pois as pequenas exposições podem, a longo prazo, causar danos muito sérios à saúde, como neoplasias até paralisias (HEEMANN, 2009).

Olha uma vez eles contam que meu irmão teve uma intoxicação por veneno, mas como eu te disse antigamente eles não usam nada de EPI, nada dessas coisas, eu nunca, me deu não. É que na verdade o que eles falam é na doença da folha verde né, mas isso depende muito do organismo, quando entra em contato com a nicotina, mas também se eu trabalhar com o fumo molhado e com a luva de pano, porque eu sempre uso luva, luva de pano ou de borracha, mas se eu usar luva de pano no fumo molhado da problema na minha mão, ela descasca a pele, ai sempre que o fumo ta molhado eu coloco a luva de borracha, sempre, não me arrisco mais.⁵⁶

O uso do EPIs, principalmente na época da colheita, tem diminuído muito os casos de intoxicação. No entanto, nem sempre esses equipamentos são usados. Por mais que os sintomas não apareçam imediatamente, não significa que o contato com a folha de tabaco e com os agrotóxicos não possa estar trazendo prejuízos para a saúde dos agricultores a longo prazo.

⁵⁶ Entrevistado 2. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 06 de novembro de 2020.

Dos agricultores proprietários das lavouras entrevistados, todos contam com maquinário para a produção: tratores, tobatas, entre outras máquinas. Esses equipamentos diminuem muito a necessidade de trabalho manual e diminuem os prejuízos à saúde física dos agricultores. Entretanto, na etapa da colheita, os maquinários não conseguem fazer o trabalho necessário, desse modo, os agricultores que fazem a colheita ficam expostos à chuva e ao sol, colhendo as folhas de tabaco em posições que podem causar problemas e dores na coluna. Em seu depoimento, o diarista entrevistado diz gostar muito de trabalhar com a produção de tabaco, mas deixa claro que a jornada de trabalho é exaustiva: “É, na lavoura a gente sofre com dor nas costas, não tem jeito, é muito pesado. Hoje a gente vence colhendo fumo porque tem remédio, aí facilita bastante, porque chega a noite, toma, e no outro dia tá novo, mas antes não né, era vencido só na coragem né.”⁵⁷

O EPI o plantador que fica responsável, é ele que compra, eles compram da empresa, e dão pra gente. O complicado é o suador né, ele é quente, e ele ainda deixa a gente se molhar, ele deixa passar a água, ele é tipo aquele material de guarda-chuva. Porque quando a gente chega na hora a gente pensa em não usar, mas daí chega lá o fumo tá molhado e acaba colocando.⁵⁸

Em seus depoimentos, os agricultores que contratam os diaristas para a colheita do tabaco afirmaram que providenciam EPI's para que os diaristas usem durante a realização da etapa. Ainda assim, segundo eles, alguns dos diaristas usam apenas na parte da manhã ou quando está chovendo, principalmente devido ao calor, já que os trajes são fechados e feitos de um material que não propicia circulação de ar.

É utilizado o EPI, mas não é o que é recomendado pela empresa, mas eles utilizam uma capa de chuva, usada pra andar de moto. O que eu acredito ser mais eficiente, visto que a capa da empresa é aberta nas costas e o tecido é muito fino, molhando e absorvendo o sereno e resíduos do fumo. As luvas são usadas, e chapéu para proteger do sol também. Mascara não é utilizado. Eu não acredito que seja viável a sua utilização pela posição em que é colhido o fumo e pela pouca circulação de ar. Botas também são utilizadas.⁵⁹

No depoimento citado acima, a agricultora relata uma dificuldade com o uso do EPI. O material recomendado pelas empresas fumageiras não é suficientemente

⁵⁷ Entrevistado 5. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 19 de dezembro de 2020.

⁵⁸ Entrevistado 5. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 19 de dezembro de 2020.

⁵⁹ Entrevistada 7. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 9 de março de 2021.

eficaz, fazendo com que os agricultores busquem outras formas de se protegerem durante a colheita. Nesse caso, usam capuz de chuva de um material mais denso e impermeabilizante, mas que também é muito mais pesado, deixando o trabalho da colheita muito mais difícil e cansativo.

Segundo Heemann (2009), além dos danos à saúde física, os agricultores também podem sofrer danos a sua saúde mental. O autor mostra que devido ao estresse, à burocracia e a pressões econômicas, muitos agricultores podem desenvolver problemas como a depressão e outros problemas psicológicos e emocionais. Em casos mais graves esses problemas podem levar ao suicídio.

Segundo Borges (2016), a depressão vem sendo cada vez mais diagnosticada entre os agricultores produtores de tabaco. A prevalência desses transtornos psíquicos está sendo muito atribuída à ação dos organofosforados, que é um inseticida muito comum no cultivo do tabaco.

Outro aspecto a ser considerado é que o espaço que a fumicultura ocupa na vida dos agricultores e sua família, sugere pouco tempo para o lazer, na medida em que o período de trabalho não somente é longo, como é de intensidade importante. Esse é um dado ligado diretamente a organização do trabalho e que, além de trazer fadiga, trará sofrimento mental pelo trabalho desenvolvido e pelas expectativas que ele traz. (BORGES, 2016, p.131)

O endividamento causado pelo modelo integrado pode ser uma das causas de estresse entre os fumicultores. Além do aspecto financeiro, o aspecto social também influencia muito e os agricultores se sentem envergonhados no seu ambiente social. Dentro dos moldes patriarcais, muito presente ainda no meio rural, os homens se veem como chefes de família, responsáveis por prover e manter a família quando essas funções não são realizadas como a sociedade impõe. Os agricultores se sentem diminuídos, desonrados, o que pode ocasionar a depressão e o suicídio.

Heemann (2009) afirma que no caso de mulheres agricultoras os índices de estresse são mais altos até mesmo do que nos homens. Essas mulheres são afetadas pelas preocupações com a visão da sociedade, com a sua própria condição financeira, importando-se muito com os impactos sociais na família e no futuro financeiro dos filhos.

Em 2011, o MPT - Ministério Público Trabalhista entrou com 11 Ações Cíveis Públicas contra várias fumageiras, denunciando o trabalho degradante, o uso de mão de obra infantil, além da falta de registro da mão de obra. Entre essas ações está o

caso da agricultora Eva da Silva, de 61 anos, que tirou sua vida depois que viu sua produção de tabaco ser confiscada pela empresa fumageira, Alliance One, por conta de uma dívida. Mesmo com o suicídio da agricultora, a empresa fumageira solicitou que seus empregados terminassem de carregar a produção o mais rápido possível.

A exploração da fumageira sobre a propriedade da agricultora não se finda nem mesmo com o fim da vida da agricultora. Os agricultores e suas propriedades mesmo sendo partes muito importantes para o processo produtivo do tabaco, são muitas vezes tratados como peças descartáveis pela integradora, já que a lucratividade vem claramente em primeiro plano para essas empresas.

4.3 A INTENSIFICAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO TRABALHISTA SOBRE AS MODALIDADES DE TRABALHO NA FUMICULTURA.

No Brasil, nos últimos 30 anos, podemos observar uma preocupação direcionada para o combate do trabalho ilegal no campo. Várias foram as leis e normativas criadas para erradicar as modalidades de trabalho irregular. No caso do trabalho infantil, como já citado anteriormente, temos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), de 1996.

Em 2005, o antigo Ministério do Trabalho publicou A Norma Regulamentadora número 31 - A NR31, que passou a estabelecer as diretrizes relacionadas à saúde e à segurança no trabalho desenvolvidas na agricultura, pecuária, silvicultura, aquicultura e exploração florestal, passando a exigir diversas medidas e condições de trabalho adequadas, conforto e higiene aos agricultores que fazem contratação de trabalhadores em suas lavouras. Essa normativa se estabeleceu sobre a responsabilidade da Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT, por meio do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho – DSST.

Entre as várias disposições, a normativa passou a deixar sobre a responsabilidade dos produtores algumas ações, entre elas estão a de cumprir e de fazer cumprir as normas de segurança e de saúde no trabalho. Junto com a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho Rural (CIPATR), deve-se analisar as causas dos acidentes e das doenças decorrentes do trabalho; realizar os procedimentos necessários se vir a ocorrer acidentes e doenças no ambiente de

trabalho; garantir a divulgação de direitos, deveres e obrigações que os trabalhadores devam conhecer, no que diz respeito a sua segurança e saúde no trabalho; assegurar que os trabalhadores participem das discussões sobre o controle dos riscos presentes nos ambientes de trabalho e as medidas de proteção; e permitir que os trabalhadores acompanhem a fiscalização sobre segurança e saúde no trabalho.

A normativa também passou a estabelecer, com o direito dos trabalhadores, ambientes de trabalho saudáveis e seguros, fazendo com que eles tenham que ser consultados sobre as medidas de prevenção que o empregador irá adotar, poder informar a existência de risco para sua segurança e saúde em seu trabalho, a seu empregador e a CIPATR, e, se necessário, poder interromper a atividade. Além disso, deverão ser instruídos sobre as informações acerca de segurança e saúde, além de receberem instruções sobre a inserção de medidas de prevenção que o empregador possa vir a adotar.

Entre as obrigações dos empregadores fica o dever de fornecer equipamentos de proteção individual e local adequado para a guarda da roupa de uso pessoal. Também é obrigação fornecer água, sabão e toalhas para higiene pessoal, além de informações sobre o uso dos equipamentos para aplicação de agrotóxicos e sobre o uso destes nos estabelecimentos. Ainda, deve-se disponibilizar, de forma gratuita, ferramentas adequadas ao trabalho e às características físicas do trabalhador e realizar a troca quando necessário.

No que diz respeito às estruturas, os empregadores devem garantir que suas edificações sejam construídas e mantidas para suportar as necessidades da execução da atividade. Devem disponibilizar áreas de vivência onde hajam instalações sanitárias e locais para a refeição. Quando ocorrer a permanência dos trabalhadores entre os dias de trabalho, os empregadores devem fornecer alojamentos, locais para o preparo da comida e lavanderias.

Estas são apenas algumas ações impostas pela normativa, que exigiram muitas mudanças nas propriedades dos agricultores empregadores, garantido mais segurança e saúde para os trabalhadores contratados. Porém, muitas das exigências não faziam parte realidade das propriedades rurais.

No caso dos agricultores familiares, estamos falando de pequenas propriedades, com poucos hectares e recursos limitados. Algumas das medidas exigidas pela NR31 passaram a ser atendidas sem problemas pelos agricultores, porém, as exigências que dizem respeito à construção e à manutenção de estruturas

nas propriedades, em sua maioria, não foram adaptadas. Isso ocorre porque, além dos poucos recursos financeiros, o uso da força de trabalho externa na agricultura familiar ocorre em períodos isolados durante a safra, inviabilizando a construção e a manutenção dessas estruturas exigidas.

A partir da publicação da NR31, é possível observar uma intensificação da fiscalização das modalidades de trabalho nas propriedades rurais. No caso da fumiicultura no Extremo Sul de Santa Catarina, como já citado anteriormente, esse processo fomentou a diminuição da contratação dos chamados “agregados”, que viviam e trabalhavam nas propriedades dos fumicultores, sem ter nenhum direito trabalhista garantido. A diminuição do trabalho dos agregados nas propriedades familiares ocorreu porque a normativa só permitia a moradia de trabalhadores contratados nas propriedades se as mesmas tivessem uma estrutura que fornecesse locais para a moradia desses trabalhadores, para o preparo da comida, para a higiene e para o convívio, entre outras exigências. A grande maioria dos agricultores familiares de Içara e região não tinham como arcar com os custos que a normativa exigia. A partir desse processo se iniciou a contratação de mão de obra dos diaristas e safristas, que não dormem na propriedade, apenas trabalham nelas.

Em Içara, segundo os agricultores entrevistados, há pelo menos dez anos atrás, o MPT vem fazendo visitas as propriedades dos produtores de tabaco, fazendo a fiscalização sobre a condição de trabalho e de saúde dos talhadores contratados.

Não sei se na tua região era assim, mas aqui tinha uma mulher que era do Ministério do Trabalho, não sei mais o nome dela, sei que pegou pesado aqui na região. Chegava, nossa nas propriedades, e saia correndo atrás do pessoal. Ela não vinha nas casas, ela olhava lá no GPS a região e saia onde estava os terrenos, via por cima onde estavam as lavouras e ia lá. Ela ia de camionete e passava pelos terrenos, onde, onde não conseguia ir de camionete ela ia a pé atravessando os espinheiros e ia embora[...]. Ela não conversava com ninguém, não queria nem saber, era isso ou aquilo e acabou, multa e pronto. [...]. Na verdade, ninguém sabia como funcionava a lei, que tipo de contrato tinha que ter. Era que não existia nada até então.⁶⁰

Como podemos observar no depoimento do agricultor citado acima, a forma como o Ministério executou a fiscalização na região deixou muitos agricultores indignados. Para os agricultores, as batidas foram feitas de forma autoritária, não os respeitando. A infração da lei faz os agricultores se sentirem acusados e com medo

⁶⁰ Entrevistado 1. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 04 de novembro de 2020.

das consequências pelo descumprimento da lei e cria o receio de que sua imagem fique prejudicada perante a comunidade, visto que, para muitos, a moral e as aparências perante a sociedade ainda são um fator culturalmente importante.

A uns anos atrás se inventou uma lei trabalhista que eu costumo dizer que foram pessoas que estavam dentro de escritório, de baixo de um ar condicionado que inventaram certos tipos de lei, e que não vieram aqui no interior ver se esse tipo de lei se enquadrava na propriedade, então a gente trabalhou quase dois anos quase tipo bandido, a gente se escondendo, por que tinha uma promotora que andava perseguindo os agricultores, vendo se tinha criança na roça, se tinha empregado na roça, vendo se tinha pessoas que tavam no seguro desemprego, que queriam as vezes ganhar mais um dinheirinho, as vezes pra quitar até uma dívida, e eles tavam perseguindo nois agricultores, e dando multas altas, como teve agricultor ai na região que recebeu multa ai de 30 mil reais.⁶¹

Muitos agricultores consideram a legislação como não condizente com a realidade do trabalho campo, pois acreditam que a lei não leva em conta as condições financeiras e de trabalho dos agricultores. Sentem que a legislação os marginaliza. Contudo, devemos analisar que o sentimento de marginalização e de perseguição entre os agricultores ocorre porque, mesmo relutantes a lei, estes estão cientes das infrações realizadas na fumicultura.

Segundo o jornal Canal Içara, em 2013, o MPT, na época MT, fez mais uma das suas visitas aos agricultores de Içara. Nessa ocasião, a auditora do Ministério do Trabalho, Lilian Carlota Rezende, realizou notificações para que os trabalhadores rurais passassem a se adequar às exigências previstas pela legislação. Na época, o vereador André Mazzuchello Jucoski (PSDB), deu seu depoimento, dizendo que a ação da auditora era repudiante, e que esta não tinha a noção da realidade dos agricultores notificados. Posteriormente ao ocorrido, houve uma reunião entre vereadores do município. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Içara, Jair de Stefani, e representantes do MT pediram mais tempo para a adequação dos agricultores à legislação.

Mesmo depois de se passar anos do ocorrido, a grande maioria dos produtores de tabaco de Içara ainda não adequou a muitas das medidas exigidas pela legislação. Em todas as propriedades visitadas por esta pesquisadora, os agricultores temporários não são contratados formalmente e as estruturas oferecidas pelos agricultores empregadores não estão dentro das normas exigidas.

⁶¹ Entrevistado 3. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 1 de dezembro de 2020.

Em seus depoimentos os agricultores deixam claro que sabem das exigências previstas pela legislação, todavia, por medo do desenquadramento como segurado especial, eles não fazem a contratação dos diaristas. Ainda, devido à falta de condições financeiras, não conseguem fazer as adequações nas propriedades que são exigidas pela NR31.

4.4 ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES NA FUMICULTURA.

É possível observar diversas ramificações nos movimentos sociais vinculados ao meio rural ou ao campo. Temos o movimento sem-terra, o campesino, o quilombola, o das mulheres agricultoras, entre outros. Entretanto, a maioria desses movimentos estão ligados à questão da terra, à questão da posse ou do trabalho sobre ela. A má divisão de terras tem sido uma das principais reivindicações de muitos desses movimentos por anos.

Como vimos anteriormente, muitos dos direitos conquistados pelos trabalhadores urbanos, durante a Segunda República (1930 – 1945), não foram estendidos aos trabalhadores rurais. Segundo Picolotto (2011), em 1951, a Confederação Rural Brasileira (CRB) foi criada como o órgão de representação do setor agropecuário do país, formando uma organização que agregava os patrões, os empregados e os pequenos proprietários do meio rural. No entanto, era comandada pelos setores patronais, que tinham como propósito não permitir a organização de pequenos proprietários e de trabalhadores em outros espaços, mantendo-os em sua organização e preservando, assim, seus interesses.

Apenas no início da década de 1960, com a expansão dos direitos trabalhistas para o campo, durante o governo João Goulart (1961 – 1964), o sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil foi efetivado, abrindo espaço para uma pluralização de entidades. Isso gerou uma disputa entre as linhas políticas que queriam ter o reconhecimento de seus sindicatos, já que só era permitido uma federação por estado e um sindicato por município” (PICOLOTTO, 2011).

Segundo Favareto (2006), em 1963, houve a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Depois do golpe militar de 1964, a CONTAG foi oficializada em 1968. Com isso, foi criada a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC), ligada à

CONTAG. Os sindicatos da CONTAG foram legitimados pelo regime, podendo continuar a existir. Por outro lado, aqueles que eram considerados contra o regime foram fechados e colocados na ilegalidade (FAVARETO, 2006).

Nesse momento as categorias de agricultores sem-terra e de camponês foram consideradas subversivas pelo regime vigente. Já a categoria de trabalhador rural passou a ser considerada como categoria reconhecida legalmente, enquadrando novamente todas as formas de trabalho no meio rural (PICOLOTTO, 2011). Esses sindicatos que puderam continuar existido pós-golpe tinham uma política menos contestatória e crítica, sendo chamados pelos movimentos mais ligados à esquerda de “pelegos”⁶².

A formalização dos sindicatos também tinha como intuito montar estruturas que atendessem os trabalhadores na agricultura, fazendo o trabalho de assistência social e saúde, realizando convênios com repasse de recursos para a manutenção dos mesmos. Estas estruturas sindicais, que faziam o trabalho de disponibilizar médicos, dentistas, oftalmologistas e outros profissionais, duraram por muito tempo, até o surgimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

De acordo com o depoimento concedido a essa pesquisadora, no dia 15 de dezembro de 2020, em Içara, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Içara, Hercílio Jair Antônio, aponta:

O sindicato era um prestador de serviço assistencial, tinha médico dentista tinha tudo aqui, mas daí quando eu assumi as coisas foram mudando começou a sair posto de saúde em toda as comunidades, o Sus foi se implementando, ai o nosso objetivo a nossa demanda era bem menor na questão de assistencialismo, daí a gente mudou o rumo do sindicato a gente colocou no caminho do verdadeiro sindicato, que não é prestar assistência de saúde, os convênios também com o SUS foi diminuindo, não cobria mais os custos pra pagar médicos estas coisas assim, ai a gente foi demitindo os médicos, dentistas, tirando né, e fazendo convênios, mudando o sistema de atendimento.⁶³

As organizações sociais de trabalhadores, que eram mais combativas, foram contra o regime, considerando-o subversivo, e se colocavam como “oposição”. Segundo Jung (2018), mesmo tendo apoiado o golpe militar em 1964, com o decorrer dos anos, algumas vertentes da igreja católica passaram a tomar ações mais

⁶² Expressão que vem da ideia de amortecer o impacto entre o governo e os trabalhadores, assim como o pelego amacia a o impacto entre o cavaleiro e o cavalo ao trotar.

⁶³ ANTÔNIO, Hercílio Jair. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 15 de dezembro de 2020.

progressistas. Como exemplo temos a atuação da Teologia da Libertação, que formaram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) e a Pastoral da Terra, muito importantes na formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983.

O chamado “novo sindicalismo”, no Brasil, foi usado para nomear a retomada das mobilizações dos movimentos sociais ainda durante a ditadura, o que abriu espaço para novas lideranças e experiências que passaram a botar sobre questionamento a tradição sindical (FAVARETO, 2006). Entre os anos finais da década de 70 e início dos anos 80, juntamente com o início da crise da ditadura, surgiram novas organizações sindicais, novos movimentos sociais, como o MST, e também novos partidos políticos (BOSETTI, 2013).

Com o fim da ditadura e o início do processo de redemocratização, novas disputas passaram a se travar no âmbito do campo. De um lado estava a luta pela conservação da propriedade dos grandes proprietários e a continuidade do crédito subsidiado. Por outro lado, os agricultores familiares, que foram um dos mais afetados pelos processos de modernização, queriam mais políticas agrícolas e lutavam pelo aumento do acesso ao crédito, à terra e aos direitos trabalhistas (BOSETTI, 2013).

Segundo Schneider (2010), a partir de 1990, os movimentos sociais redirecionaram suas ações, trazendo pautas não apenas pela reivindicação e contestação, mas se tornando mais proativos com ações mais efetivas. Assim, geravam uma recomposição do movimento sindical dos trabalhadores rurais, que também passou a fomentar muito a agricultura familiar como categoria política.

Nesse processo é possível identificar uma atuação maior do Estado nas demandas que vinham da agricultura familiar a partir de 1990, principalmente depois do governo de Itamar Franco e FHC, com ações ligadas à reforma agrária e à segurança alimentar. Em 1993, foi sancionada a Lei Agrária e do Rito Sumário, que significou grandes passos no processo da reforma agrária. Foi criada, logo em seguida, a Secretaria Especial Extraordinária de Assuntos Fundiários, que se transformou no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1998. Por fim, em 1996, tivemos a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), um programa importantíssimo para o desenvolvimento da agricultura familiar em todo o Brasil (SCHNEIDER, 2010).

Nos anos 90, o projeto sindical Cutista, no meio rural, passou a colocar a agricultura familiar como um foco. Enxergavam a generalização da categoria de trabalhador rural como invisibilidade da diversidade de segmentos que se constituem

no campo. Diante disso, as organizações ligadas à CUT, no meio rural, passaram a lutar por um projeto para o desenvolvimento rural, por meio do fortalecimento da agricultura familiar e constante luta pela reforma agrária (FAVARETO, 2006).

As lutas por crédito, por melhoria de preços, por formas de comercialização diferenciadas, pela implementação da regulamentação constitucional da previdência social rural, por proteção contra a desregulamentação e a abertura comercial indiscriminada (promovida no âmbito dos acordos do Merco- sul), fizeram a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) aliar-se a outros movimentos emergentes, como o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR), ligado à CUT, que havia sido criado em 1988. Daí emergiram formas de mobilização e lutas que produziram grande impacto político, tais como as Jornadas Nacionais de Luta, logo a seguir transformadas no Grito da Terra Brasil, movimento anual que persiste até hoje. (SCHNEIDER, 2010, p. 515)

Mesmo com a concorrência entre si pelas bases, a CUT e a CONTAG entraram em um processo de unificação ao entorno do sindicalismo rural, voltando-se para a agricultura familiar, propondo um projeto de desenvolvimento rural, dando maior importância à pauta (PICOLOTTO, 2011). A atuação da FETAESC no estado se iniciou a partir de março de 1968, com a instalação de uma delegacia da CONTAG. A fundação da federação em si ocorreu em 2 de julho de 1968 (FETAESC, s.d.). Durante a ditadura, os sindicatos e as federações ligadas à CONTAG foram tutelados pelo regime militar, portanto, os sindicatos de Santa Catarina ligados à FETRAF tomavam uma postura direcionada pelas mãos dos militares. O assistencialismo foi, por muito tempo, a principal ação desenvolvida por esses sindicatos, que ofereciam ambulatórios médicos e odontológicos. Segundo Barros (1990), por meio da criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), em 25 de maio de 1971, os sindicatos assumiram a tarefa de executar esses diversos procedimentos ligados à saúde do trabalhador, trazendo mais filiados para os sindicatos e, ao mesmo tempo, provocando o redirecionamento da função dos sindicatos, tornando-os sinônimo de assistencialismo e não de ações políticas combativas.

Em meio ao processo de fortalecimento da categoria da agricultura familiar, no ano de 2001, nasceu a Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), uma organização específica de agricultores familiares que se iniciou primeiramente no Sul, depois chegou a vários estados e se nacionalizou. A FETRAF foi construída por meio de um processo de organização e de mobilização dos agricultores familiares, antes mesmo de sua oficialização. A partir de 1997, foram realizados os Encontros da Agricultura Familiar da Região Sul. Em 1999, tivemos a

construção da Frente Sul da Agricultura Familiar, um movimento de promoção e de organização da agricultura familiar, além do Projeto Terra Solidária que, desde 1999, vinha promovendo um conjunto de atividades de formação com agricultores familiares (PICOLOTTO, 2011).

Por mais que a aproximação e a filiação da CONTAG à CUT já tivessem ocorrido anos atrás, a fundação da FETRAF, uma federação representando os agricultores familiares, acirrou as disputas entre os sindicatos. Com isso, formou-se uma disputa interna dentro da CUT por legitimação entre as duas vertentes sindicais (PICOLOTTO, 2011). Depois de várias declarações e posicionamentos, a CUT lançou o texto chamado “consolidar”, procurando amenizar as disputas, propondo mudanças nas duas estruturas sindicais, dando mais uma chance de adequação da CONTAG ao modelo da CUT e buscando fortalecer o projeto de organização nacional da agricultura familiar (PICOLOTTO, 2011).

Em nosso estado, a atuação da FETRAF trazia uma postura mais combativa, criando atos, realizando formações e palestras, e organizando os trabalhadores para mobilizações. Os sindicatos ligados à FETAESC da CONTAG continuam existindo no estado com uma postura mais conservadora.

No município de Içara temos a atuação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Içara, fundado em 26 de setembro de 1970, que é ligado à FETAESC e à CONTAG. Assim como os demais sindicatos ligados à FETAESC, em suas primeiras décadas de atuação, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Içara esteve ligado a atribuições de cunho assistencialista. Esse espaço só pôde ser assumido pelo sindicato, pois nessa época os agricultores não tinham acesso a hospitais com facilidade e o país ainda não contava com a atuação do SUS. Contudo, é importante ressaltar que o direcionamento dessas funções ao sindicato, pela ditadura militar, tinha um cunho de desmobilização social dos agricultores e de perpetuação de um sindicato apolítico.

No que diz respeito à fumiicultura, conseguimos identificar várias movimentações e paralizações realizadas pelos agricultores desde a implantação do modelo integrado na região. No fim da década de 70, o preço pago pelas indústrias não estava satisfazendo os produtores. Começou a haver um descontentamento geral entre os fumicultores. Diante disso, alguns políticos assumiram a defesa desses agricultores. Em 1980, os sindicatos da região se organizaram e conseguiram um aumento de preço. Desde então, em todo final de ano, há um encontro entre os

sindicatos das indústrias e os sindicatos dos trabalhadores para estabelecer os valores dos diferentes tipos de tabaco. As duas partes calculam o custo de produção dessa lavoura e, com base nisso e no Estatuto da Terra, procuram um resultado de consenso (PAULILO, 1990, p.156).

Ao analisarmos os recortes de jornais dos anos 90, disponíveis no arquivo do CEDIP (Centro de Estudos, Documentação e Informação Popular de Criciúma) localizado no CEDOC, identificamos várias mobilizações na microrregião sul no ano de 1993, realizadas por fumicultores, que contestavam o processo de classificação do tabaco feito pelas fumageiras e os valores pagos pelo quilo da produção. Em 24 de março de 1993, o jornal O Estado (Anexo A), uma matéria tratando da indignação dos agricultores fumicultores de Içara perante a mudança de critério das empresas no processo de classificação. A matéria ainda relatou a mobilização dos agricultores em não realizar a entrega da produção para as fumageiras, com o intuito de fazê-las voltarem atrás e manterem o mesmo processo de classificação.

Já no dia 27 de março de 1993, o jornal A Notícia (Anexo B), publicou uma nota falando da mobilização dos fumicultores perante as mudanças feitas pelas fumageiras e anuncia uma assembleia que seria realizada, naquele mesmo dia, em Içara, por mais de 1.500 agricultores produtores de tabaco. Na reportagem produzida pelo jornal A N Regional, (Anexo C) em 2 de abril de 1993, são relatadas as dificuldades enfrentadas pelos agricultores produtores de arroz e de tabaco na Região Sul de Santa Catarina no primeiro trimestre de 1993. Ao tratar da fumiicultura, o jornal ressalta que, no ano de 2013, as fumageiras não estavam comprando o excedente produzido pelos agricultores, fazendo com que 40% da safra produzida em 2012 não tivesse sido vendida. O jornal ainda ressalta a realização de uma assembleia, em Içara, com mais 3.500 agricultores naquela semana. Também anuncia uma reunião entre representantes dos principais municípios produtores de tabaco da Região Sul de Santa Catarina, em Araranguá, no dia 6 de abril de 1993, que tinha o intuito discutir maneiras de pressionar o governo estadual e federal para auxiliarem na resolução do problema.

Em 30 de abril de 1993, o jornal O Estado (Anexo D), anuncia que duas paralizações serão feitas por fumicultores na BR-101, uma no município de Içara, que iria ser realizada pelos fumicultores no dia 31 de abril de 1993, e outra a ser realizada em Araranguá, na semana seguinte. Os agricultores anunciaram que iriam queimar várias toneladas de tabaco perdidas na última safra como manifesto pelo prejuízo

causado pelas fumageiras, por conta das alterações feitas no processo de classificação do tabaco.

Já no dia 4 de maio de 1993, o jornal O Estado (Anexo E), faz uma reportagem falando sobre as paralizações realizadas na BR-101 em Araranguá e em Içara. Os agricultores realizaram o bloqueio por meio do uso de 600 tratores e fogueiras feitas com a produção de tabaco não comercializada. Pediam uma política direcionada para o setor e a revisão dos casos de endividamento com o Finame Rural⁶⁴. Em entrevistas para o jornal, os representantes do movimento ameaçaram que, se a manifestação não surtisse o efeito desejado, iriam realizar outras paralizações, bem como tomar outras medidas, como o fechamento da Superintendência do Banco do Brasil na capital, além de diversas agências na Região Sul.

Segundo a Síntese Agropecuária de 1994, durante a safra de 1992 e 1993, o processo de classificação e de comercialização sofreu alguns problemas devido à supersafra. Com os estoques mundiais atingindo recordes, as fumageiras apertaram a classificação do tabaco e pagaram o preço inferior ao que foi pago na safra anterior, gerando indignação dos produtores de tabaco que foram prejudicados com esse processo.

Segundo os relatos do presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Içara, a partir dos anos 2000, os representantes dos agricultores produtores de tabaco da Região Sul e as empresas fumageiras foram desenvolvendo uma relação maior de negociação do preço e da classificação do tabaco. A partir da última década, as tensões entre fumicultores e fumageiras voltam a crescer. De acordo com a reportagem do jornal NSC, em 15 fevereiro 2011, os fumicultores da região do Extremo Sul voltaram a interditar a BR-101, em Araranguá, no Sul de Santa Catarina, como forma de protesto pelo baixo preço do tabaco.

Na semana seguinte, em 21 de fevereiro de 2011, vários fumicultores do Extremo Sul montaram acampamento em frente a uma empresa fumicultora, localizada em Morro da Fumaça, como forma de protesto pela situação da fumiicultura na Região Sul. Entre as principais reivindicações estavam: que as empresas Alliance One, Philip Morris e Universal Life Tabacos concedessem um aumento de 10% no preço pago pelo quilo do tabaco; exigiam que a classificação do tabaco fosse feita

⁶⁴ Financiamento à aquisição de máquinas, equipamentos e bens de informática e automação nacionais novos.

dentro da portaria do Ministério da Agricultura; que não constasse na estimativa do produtor quando houvesse a devolução do tabaco; e pediam a renegociação de dívidas com as empresas fumageiras (PREFEITURA MUNICIPAL DE IÇARA, 2011).

Como vimos anteriormente, o processo da fiscalização sobre o trabalho nas propriedades rurais produtoras de tabaco se intensificou a partir da última década. Foram várias as batidas feitas pelo Ministério do Trabalho no município de Içara. Diante disso, em 2013, os agricultores da região se organizaram e criaram uma comissão, que tinha como finalidade a negociação a extensão de prazos para a adequação às condições de trabalho exigidas pela NR31 (CANALIÇARA, 2013).

Em 2017, a promulgação de uma medida por parte do Governo Federal, que restringia o acesso ao PRONAF, diante daqueles fumicultores que não mostrassem uma diminuição da dependência do cultivo de tabaco, fez com que agricultores e representantes iniciassem uma mobilização contra a medida. Na reportagem da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), de 27 de março de 2017, o deputado Doía Guglielm saiu em defesa dos agricultores, levantando a importância do financiamento para o desenvolver da atividade.

Mesmo com a diminuição das grandes manifestações organizadas pelos fumicultores, a tensão entre fumicultores e fumageiras ainda é constante. Praticamente todos os anos os fumicultores e as instituições ligadas à fumicultura realizam várias negociações de preço e de classificação com as fumageiras. Esses movimentos foram organizados pelos próprios agricultores, sem grande participação do sindicato, que procuravam devolver uma política mais conciliativa com as fumageiras.

Aqui no município a gente fazia grandes reuniões la antes de eu entrar no sindicato, depois que eu entrei fizemos umas assim, mas as coisas foram mudando e o próprio sindicato nunca foi de fazer assim estas mobilizações mais agressivas, a gente sempre foi mais na base do entendimento do diálogo, conversar com a empresa, conversar com produtor, conversar, a empresa é importante mas muitas vezes eles não valoriza.⁶⁵

Historicamente, os sindicatos ligados à FETAESC na Região Sul de Santa Catarina tiveram uma postura pouco combativa. Não tinham a prática de abraçar a maioria das demandas trabalhistas vindas dos agricultores, firmando, por muito

⁶⁵ ANTÔNIO, Hercílio Jair. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 15 de dezembro de 2020.

tempo, uma postura mais conservadora. No depoimento do presidente do sindicato citado acima, podemos perceber que as negociações de preço com as empresas tinham essa mesma postura. As negociações eram muito mais para acalmar as exigências dos agricultores do que realmente lutar por elas frente às fumageiras. Atualmente, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais de Içara dão seguimento à política assistencialista, porém, por meio de outro tipo de prestação de serviço, ligada principalmente a questões mais burocráticas, realizando contratos, declarações, encaminhamentos para o INSS, entre outros serviços.

Olha, aqui no sindicato a gente faz tudo quanto atendimento, declaração de ITR, CCIR, DAP contrato, encaminhamento de aposentadoria, contrato de comodato e arrendamento. O sindicato ta aqui, prestando serviço para uma grande população, não só de agricultores, mas de outras pessoas que não são agricultores, mas são proprietários de imóveis que precisam de atendimento especializado. Também as questões de aposentadorias, tudo é encaminhado pelo sindicato, então tem um papel muito importante, então estamos aí, nesta luta.⁶⁶

Embora a prestação de serviço realizada pelo sindicato seja de grande valia para os agricultores, o foco do sindicato em organizar os agricultores fica em segundo plano, tornando-o pouco combativo e menos atuante. Um dos fatores que podemos inferir como motivo da estagnação dos sindicatos é a falta de renovação da direção. O atual presidente, Hercílio Jair Antônio, ocupa a cadeira desde 1997. A falta de renovação na direção acaba provocando a estagnação dos próprios dirigentes, que passam a não desenvolver novas atividades e projetos que beneficiem os agricultores. Esse processo gera o desinteresse por parte dos agricultores na participação no sindicato, que não veem mais perspectiva na organização sindical, causando o afastamento da categoria e enfraquecendo a luta.

Eu acho que se o sindicato tivesse trabalhado a favor do produtor, por que uma vez eu lembro que o sindicato foi negociar, mas no fim quando foi que ele voltou de Floripa, deram uma balinha doce, ele voltou e disse que era aquilo que deveria ser feito. Aí foi falado que a única coisa que se devia fazer era classificar bem, pra exigir o valor do teu produto.⁶⁷

Há um descontentamento mútuo entre os agricultores e o sindicato de Içara. Foi possível observar entre os fumicultores uma indignação com a atuação do

⁶⁶ ANTÔNIO, Hercílio Jair. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 15 de dezembro de 2020.

⁶⁷ Entrevistado 5. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 19 de dezembro de 2020

sindicato perante a fumageira, um claro descontentamento com a posição comedida que o sindicato toma durante as negociações.

É, não é bem reconhecido o trabalho do sindicato pelos fumicultores, normalmente vem no sindicato para reclamar quando tem problema esse ano não vendi bem, este ano a empresa isso ou aquilo ai eles vem no sindicato, quando vai tudo bem eles nem vem dizer ó foi tudo bem a safra deu boa vim pagar o sindicato, não eles vem assim, quando normalmente precisa arrumar alguma coisa, então o sindicato também sofre com isso.⁶⁸

Segundo o presidente, poucos são os agricultores que mantêm sua anuidade em dia, recurso que é responsável pela manutenção do sindicato, tornando cada vez mais difícil continuar prestando os serviços aos agricultores.

Mas não é apenas por meio de manifestações e paralisações que os fumicultores resistem, são diversas as estratégias utilizadas por eles para conseguirem permanecer no campo e sobreviver de seu trabalho, como a tentativa de diversificar a propriedade, plantando outras culturas que podem servir tanto de alimento como outra fonte de renda (na Região Sul, a produção de leite tem sido uma das mais introduzidas junto a produção de tabaco). Outras estratégias são trazer diaristas para trabalhar no plantio e introduzir materiais em meio aos fardos de tabaco, deixando-os mais pesados para obter um valor maior com a venda.

Segundo Vicini (2019), o próprio processo de integração é uma forma de resistência e de continuar no modo de vida camponês. De acordo com a autora, na Mesorregião do Oeste do Paraná, muito dos agricultores integrados ao cultivo de tabaco encontram o processo de desvio e de venda da produção para compradores alternativos chamados de “picaretas”, mostrando que o agricultor não é um sujeito passivo. Mesmo que estejam dentro da estrutura constituída pelo modelo integrado, os agricultores buscam, diante dos mecanismos e normas estabelecidos pela integradora, manter sua autonomia.

Como vimos no capítulo anterior, na região de Içara, a prática da venda para os chamados picaretas também era muito comum. Outra prática que se tornou um símbolo de resistência na região, e que tem se tornado cada vez mais comum, é a realização de contratos com mais de uma empresa fumageira por safra, o que possibilitou maior direcionamento dos tipos de tabaco produzidos pelos agricultores,

⁶⁸ ANTÔNIO, Hercílio Jair. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 15 de dezembro de 2020.

oportunizando-os conseguirem resistir, em parte, ao controle produtivo imposto pelas fumageiras.

Nesse capítulo procuramos mostrar como o modelo integrado trouxe transformações para várias dimensões da vida dos fumicultores: na divisão do trabalho dentro das famílias produtoras, com a exploração da força de trabalho familiar e da mão de obra infantil, conjuntamente com a desvalorização do trabalho da mulher fumicultora, com a propagação do ideal patriarcal que define espaços e funções, por meio naturalização dos espaços e funções de homens e mulheres; na busca por evidenciar as problemáticas que surgiram na saúde física e mental dos agricultores inseridos no modelo integrado de tabaco, devido às várias etapas de trabalho, exposição ao sol e agrotóxicos, jornadas exaustivas entre tantos elementos que tornam a produção de tabaco prejudicial à saúde dos agricultores; na análise das legislações trabalhistas direcionadas às diversas modalidades de trabalho que passaram a surgir após a reestruturação produtiva que se desenvolveu a partir dos anos 90; e, por fim, na resistência desses agricultores perante todos esses processos instituídos pela lógica das agroindústrias, ressaltando a importância da vivência desses agricultores na construção da sua experiência em meio a todas essas mudanças.

5. CONCLUSÃO

Como vimos, o processo de modernização do campo fomentou o êxodo rural daqueles agricultores que não conseguiram se enquadrar na estrutura imposta ao meio rural, colocando os agricultores que migraram para os grandes centros em uma lógica de trabalho assalariada e muito mais vinculada ao capital. Os agricultores que continuaram no campo tiveram que encontrar maneiras de se enquadrarem na estrutura instituída pela modernização conservadora. Muitos deles encontraram nas relações com as agroindústrias uma maneira de permanecerem na agricultura. Em Içara, o modelo integrado de produção de tabaco foi o que mais se desenvolveu. Porém, conjuntamente com essas novas relações, surgiram outras alterações no modo de vida e de trabalho no campo.

Conforme os dados analisados no primeiro capítulo dessa dissertação, bem como nas entrevistas realizadas com os agricultores, foi possível perceber que nos últimos anos houve uma diminuição na quantidade de produtores de tabaco nas toneladas produzidas. No entanto, aqueles agricultores que permaneceram na produção de tabaco vêm aumentando sua produção nos últimos anos. Esse processo se desenvolve devido ao encarecimento cada vez maior da produção, forçando os agricultores a aumentem a quantidade produzida para conseguir mais lucro. Porém, isso só é possível para aqueles agricultores que têm condições financeiras para realizar a compra ou arrendamento de mais terras para a produção.

As motivações que levam esses agricultores a continuar cultivando essa cultura são várias, desde culturais até econômicas. O cultivo de tabaco está presente em três a quatro gerações dos agricultores fumicultores de Içara. Para esses produtores, o desenvolvimento da produção de tabaco tornou-se parte da vivência e das memórias dessas famílias.

No que diz respeito à questão econômica, é necessário ressaltar que a fumicultura exige dos agricultores uma estrutura de mecanização que tem um alto valor para a propriedade. Boa parte dessa estrutura não pode ser usada para outro cultivo. Um exemplo que podemos apontar facilmente dessa estrutura direcionada são as antigas estufas de tabaco já desativadas, que estão por todo meio rural do município de Içara e da região. Se virem a desistir do cultivo de tabaco, os agricultores acabam perdendo um investimento financeiro muito grande, o que dificulta a desistência do cultivo e fomenta a dependência ao modelo integrado.

Para os agricultores que desistem do tabaco, não há muitos cultivos que conseguem trazer um rendimento parecido com o oferecido pelas fumageiras, mesmo com o alto custo de produção. Para conseguirem manter uma lucratividade é necessária uma diversificação de cultivos na propriedade. Cabe aqui ressaltar o trabalho desenvolvido pela EPAGRI na região, por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), para agricultura familiar produtora de tabaco. No município vários agricultores já implantaram uma variedade de cultivos nas propriedades, como: horticultura, fruticultura, produção de leite, soja, milho, mel, pequenas agroindústrias de panificados, tudo isso por meio da assistência oferecida por esse projeto.

Observamos que, durante o período estudado, o tabaco dentro do modelo integrado vem passando por diversas mudanças que interferiram diretamente nas relações de trabalho. Algumas dessas mudanças têm ligação direta com a força de trabalho para o cultivo do tabaco, bem como a constante necessidade de aumento de tecnologias e mecanização. Identificamos que nessa região os efeitos da reestruturação produtiva se intensificaram principalmente em meados de 1990, fomentando o aumento das tecnologias e maquinários na produção de tabaco. O processo ocasionou jornadas de trabalho mais exaustivas devido ao alto custo de produção, aumentando, conjuntamente, a produção e a necessidade de exploração do trabalho. O trabalho dos diaristas e dos grupos de empreitadas passou a ser a garantia da continuidade da produção de tabaco no município de Içara, porém, esse processo vem tornando as relações de trabalho cada vez mais mercantis e precarizadas. Como vimos, a maioria desses diaristas não é contratado de maneira formal pelos agricultores, o que abre espaço para a exploração da força de trabalho.

No que diz respeito às relações de trabalho, podemos perceber uma interdependência. Para ter lucro, as fumageiras exploram o trabalho dos agricultores por meio da integração. O agricultor, por sua vez, precisa explorar a mão de obra familiar e dos trabalhadores diaristas para conseguir garantir rendimentos.

O uso da mão de obra externa na produção de tabaco ocorre quase que exclusivamente durante a colheita. Já no desenvolvimento das diversas outras etapas da produção de tabaco o uso da força do trabalho familiar é mais comum. Essa força de trabalho geralmente é composta por todos os integrantes da família, e em alguns casos, incluindo o trabalho de crianças e idosos. No caso do trabalho infantil devemos nos ater a dois elementos importantes para compreender essa prática. O primeiro está vinculado à tradição do ensino do trabalho no campo como sinônimo de formação de

caráter, bem como, uma garantia de sucessão familiar no campo. O segundo diz respeito à necessidade do trabalho dos filhos para garantir a renda da família, já que é a exploração do trabalho que garante a lucratividade dos agricultores.

Observamos que, assim como em vários cultivos, o trabalho familiar na fumicultura ainda se desenvolve por meio da hierarquização tradicional, fomentada pelo patriarcado. E mesmo com os avanços, com a maior participação das mulheres no trabalho no campo, a divisão sexual do trabalho entre mulheres e homens ainda é muito presente. Há uma manutenção da naturalização de espaços e funções restritas a cada gênero, dificultando o sentimento de realização das mulheres do campo com o seu trabalho, desestimulando-as a permanecer no campo.

Conseguimos identificar várias tensões no desenvolvimento da fumicultura que estão vinculadas à legislação, à saúde e às próprias empresas fumageiras. Tanto as leis de erradicação do trabalho infantil quanto as leis de proteção ao trabalho escravo e ilegal no país têm causado tensões no desenvolvimento da fumicultura, gerando nos agricultores o sentimento de perseguição e de desconsideração de sua realidade no campo, enquanto as empresas fumageiras, que são as grandes responsáveis pela exploração do trabalho dos agricultores e suas famílias, ficam isentas da responsabilidade. Esse processo de exploração também causa danos à saúde desses agricultores, além dos malefícios causados ao físico dos agricultores, pelo trabalho repetitivo, exposição ao sol e uso de agrotóxicos. O modelo integrado institui aos agricultores a perda de autonomia sobre o processo produtivo, dependência e insegurança financeira, que em alguns casos leva até mesmo a doenças psicológicas.

Mas devemos ressaltar a importância da resistência desses agricultores perante todos esses processos instituídos pela lógica das agroindústrias. Essa resistência se dá, é claro, por meio das mobilizações e atos realizados pelos agricultores, que tentam buscar formas mais justas de trabalho dentro do modelo integrado. Além disso, a resistência também ocorre no dia a dia, pois os agricultores, mesmo diante das dificuldades encontradas, permanecem trabalhando no campo, encontrando maneiras de agir dentro da estrutura criada pelo modelo integrado. Como exemplo podemos citar a questão da pluralização dos contratos com mais de uma empresa fumageira por safra, que possibilitou a maioria dos agricultores de Içara resistir ao processo de classificação injusto exercido pelas fumageiras.

Desse modo, mesmo sendo muito importante enfatizar os diversos problemas estruturais que existem dentro do modelo integrado de produção de tabaco, é necessário ressaltar a vivência desses agricultores familiares na construção da sua experiência em meio a todos esses problemas. O conceito de experiência deve ser visto dentro das relações de trabalho em que esses agricultores estão inseridos. Eles são sujeitos ativos dentro da estrutura do modelo integrado, não são meros mecanismos ou engrenagens dessa estrutura. Seu cotidiano, seus relacionamentos, a própria produção, não são apenas resultados do modelo de produção e do sistema no qual estão inseridos, pois diversas singularidades influenciam nessas relações. Desse modo, com esse estudo buscamos evidenciar que as relações sociais nas quais os agricultores familiares estão inseridos não são apenas resultado das mudanças inseridas pelo processo de modernização e pelo modelo integrado de produção, mas sim um resultado da experiência vivenciada por eles.

Como vimos a fumicultura pode ser discutida em várias áreas de conhecimento, são diversas as temáticas que podem ser abordadas ao analisarmos o desenvolvimento desse cultivo. Ao longo da dissertação identificamos algumas discussões que podem ser ampliadas dentro dos estudos voltados para fumicultura, podemos citar o envelhecimento da população rural, a masculinização do campo e a automedicação dos trabalhadores durante as jornadas de trabalho na fumicultura.

REFERÊNCIA

- AFUBRA - **Associação dos Fumicultores do Brasil**. [s/d]. Disponível em: <https://afubra.com.br/sistema-mutualista-beneficios.html> . Acesso em: 10 mar. 2021.
- AFUBRA, **Associação dos Fumicultores do Brasil**. [s/d]. Disponível em <<https://afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>>. Acesso em 20 de outubro de 2019;
- AFUBRA, **Cadeia produtiva do fumo**. [s/d]. Disponível em: <https://afubra.com.br/cadeia-produtiva.html> . Acesso em 01/12/2020;
- ALBERTI, Verena. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.
- ALESC. Assembleia Legislativa de Santa Catarina **Deputado Dóia apoia produtores de fumo contra restrição no Pronaf**. Disponível em: http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/deputado-doia-apoia-produtores-de-fumo-contr-restricao-aos-financiamentos. Acesso em: 6 abr. 2021.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- ANAMT – Associação Nacional de Medicina de Trabalho. **Ministério da Saúde adotará medidas contra a doença da folha verde**. 2018. Disponível em: <https://www.anamt.org.br/portal/2018/10/15/ministerio-da-saude-adotara-medidas-contr-a-doenca-da-folha-verde/#:~:text=O%20que%20%C3%A9%3A%20a%20doen%C3%A7a,%2C%20tura%2C%20n%C3%A1useas%20e%20c%C3%B3lica>. . Acesso em: 21 jan. 2021.
- ANTÔNIO, Hercílio Jair. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 15 de dezembro de 2020.
- ANTUNES, Ricardo. DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. Revista O social em questão, ano XVIII, n. 34, 2015. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/Sm4618UP754c17102374.pdf> . Acesso em: 05/11/2019.
- ANTUNES, Ricardo.(org.).Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II. São Paulo: Boitempo, 2013, 447 p.
- ARAÚJO, Claudio Marcelo Garcia. **A exploração da força de trabalho infantil na fumicultura no município de Angelina**. 2010. 135 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103270/280290.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 30/11/2020
- BARROS, Marcia Ester Zorzo et al. Sindicatos rurais: organização e participação da mulher em Santa Catarina. 1990. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106311>. Acesso em: 15 de março de 2021.

BONATO, A. Antônio. **Desafios e potencialidades para a diversificação na agricultura familiar produtora de tabaco**. MDA/ SAF – Brasília. 2013. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Tabaco_-_para_site_SAF_PDF.pdf. Acesso em 17/07/19.

BORGES, Vera Lúcia Gomes. **Análise do processo de trabalho de Produtores de tabaco no Brasil e sua possível relação com os casos de suicídios em áreas fumicultoras do país**. 257p. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-983427> . Acessado em: 22/01/2020.

BORIS, E. Produção e Reprodução, casa e trabalho. Revista Tempo Social, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 101-121, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/08.pdf>. Acesso em: 29/02/2020.

BOSETTI, Cleber José. **Perspectivas de desenvolvimento rural em disputa no Brasil**. 2013. 381 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/123044/325535.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26/01/2021

BRASIL. Lei n.26, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Presidência da República, Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em 11/07/2019.

BRASIL. LEI Nº 11.443, de 5 de janeiro De 2007. **Alteração do Estatuto da Terra sobre o arrendamento rural e parceria agrícola na pecuária, agroindústria e na atividade Extrativa**. Dá nova redação aos arts. 95 e 96 da Lei no 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11443.htm . Acesso em: 19/01/2020.

BRASIL. Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm . Acesso em 19/01/2021.

BRASIL. **Manual de orientação do Segurado Especial**, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/documentacao-tecnica/manuais/manual-do-esocial-segurado-especial.pdf> . Acessado em: 20/01/2020.

BRASIL. **Norma Regulamentadora No. 31 (NR-31)**. 03 de março de 2005. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho/pt-br/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/sst-portarias/2005/portaria_86_nr_31_rural.pdf . Acesso em: 10/02/2021 abr. 2021.

BRASIL. O Decreto nº 6.481, de 12 de julho de 2008. **Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2007-2010/2008/Decreto/D6481.htm.

Acesso em: 30/11/2020

CABRAL, Sílvio Tiago. **Novas alternativas para a fumicultura no município de Sombrio - SC.** Campina Grande, 1997. 107 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1997. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/4252>. Acesso em 14 de janeiro de 2020.

CARVALHO, Christianne Belinzoni de. **Relação socioeconômica dos fumicultores-fumageiras da região de Sombrio, SC e uma proposta de transição agroecológica.** Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006. 131p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/89312>. Acesso em: 17/12/2020

CAVALCANTE, Tânia Maria et al. **Brasil: balanço da Política Nacional de Controle do Tabaco na última década e dilemas.** *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 33, supl. 3, e00138315, 2017. Disponível em:

>http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017001503001&lng=pt&nrm=isso. Acesso em 01 maio 2020.

CEPA/EPAGRI, 2020. [s/d]. Disponível em:

<https://cepa.epagri.sc.gov.br/index.php/institucional/quem-somos/>. Acesso em 30/01/2020.

CEPA/EPAGRI, 2020. Sínteses agropecuárias. [s/d]. Disponível em:

<https://cepa.epagri.sc.gov.br/index.php/publicacoes/sintese-anual-da-agricultura/> . Acesso em 29/01/2020.

CIPRIANI, Maria de Lourdes Tamanini. **Representações sociais e perspectivas de vida de mulheres fumicultoras: articulando gênero e trabalho.** 1998. 166 f.

Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 1998. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/77966/148693.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 20 ago. 2019;

COAM, Luiz Henrique. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 18 de novembro de 2020.

CONDE, Soraya Franzoni. **A escola e a exploração do trabalho infantil na fumicultura catarinense.** Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação - Florianópolis, SC, 2012. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/96464> . Acesso em 30/11/2020.

CONTI, Valquiria. **As vivências dos agricultores familiares camponeses em transição agroecológica no município de agudo, RS.** 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso do Programa de Pós-graduação em Geografia e Geociências, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9474>. Acesso em: 15 jan. 2020.

DARÉLLA, Marcelo Soares. **Os cultivos de arroz, fumo e banana na sub-bacia do Córrego Garuva, Sombrio - SC, a utilização dos agrotóxicos e sua implicação na saúde dos trabalhadores.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/81542>. Acesso em 15 de janeiro de 2020.

DEBIASI, Zélia de Luca. **Tudo Sobre Içara - Estado de Santa Catarina.** [s/d]. Cidade do meu Brasil. (s.d) Disponível em: <https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/sc/icara> . Acesso em: 28 de janeiro de 2020.

DESER. Revista Departamento de Estudos Sócio-Econômico Rurais. **A cadeia produtiva do fumo.** Ano III. Nº 04, dezembro de 2003. Curitiba -PR. Disponível em: http://www.deser.org.br/search_results.asp?criterio=fumo. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

DIEESE. **A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000.** Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. -- São Paulo: DIEESE, 2012.

Entrevistada 4. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 8 de dezembro de 2020.

Entrevistada 6. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 13 de março de 2021.

Entrevistada 7. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 9 de março de 2021

Entrevistado 1. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 04 de novembro de 2020.

Entrevistado 2. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 06 de novembro de 2020.

Entrevistado 3. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 1 de dezembro de 2020.

Entrevistado 5. Entrevista concedida a Rayane Layra de Souza. Içara, 19 de dezembro de 2020

EPAGRI. **Diagnóstico Municipal (dados agrícolas de Içara).** EPAGRI de Içara. 2019.

FARIA, Andréia Farina de. **Reestruturação produtiva e qualificação profissional: um estudo de caso sobre a cadeia do fumo**. 2010. 126 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/98990>>. Acesso em 12 de maio de 2020.

FAVARETO, Arilson. **Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [on-line], v. 21, n. 62, p. 27-44, out. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n62/a02v2162.pdf> . Acesso em: 27/01/2021

FERNANDES, Elza de Mello. **Município de Içara**. Câmara Municipal de Içara, Içara [s.d.]. Disponível em: <https://www.camaraicara.sc.gov.br/historia/municipio-de-icara-1> . Acesso em 30 de janeiro de 2020.

FERNANDEZ, Sarita M. **Da diversificação especializada: a origem da evolução dos sistemas produtivos de tabaco em Sobradinho/RS**. 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/36389>. Acesso 15 de janeiro de 2020.

FUMICULTORES fecham a BR-101 no Sul de Santa Catarina em protesto pelo baixo preço do produto | NSC. REDAÇÃO NSC, 2011, 15 de fev. de 2011. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/fumicultores-fecham-a-br-101-no-sul-de-santa-catarina-em-protesto-pelo-baixo-preco-do> . Acesso em: 16 mar. 2021.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980. Disponível em: <https://www.skoob.com.br/livro/pdf/pequena-introducao-aodesenvolvimento/152699/edicao:195014>. Acesso em 23/09/19.
GOBBI, Leonardo Delfim. **Urbanização brasileira**. 2020. Disponível em: <http://educacao.globo.com/geografia/assunto/urbanizacao/urbanizacao-brasileira.html>.

GRANDI, Alessandra B. de. **Relações de Gênero nas Famílias Agricultoras Associadas a Mini-Usinas de Leite no Estado de Santa Catarina**. 1999. 77 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 1999. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/80793/177502.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 20 ago. 2019

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: Unicamp, 1998.

HARTWIG, Marisa. **As relações de trabalho no sistema integrado de produção da indústria do fumo.** 2016. 164 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/175310/345492.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 11 set. 2019.

HARTWIG, Marisa. **Mudanças no trabalho e na escolarização dos agricultores familiares: aparente segmentação entre rural e urbano.** 2007. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/89972> . Acesso em: 20/12/2020.

HEEMANN, Fabiane. **O cultivo do fumo e condições de saúde e segurança dos trabalhadores rurais.** 2009. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Escola de Engenharia., Ufrgs, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/22063>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cad.Pesqui., São Paulo, v. 37, n. 132, dez. 2007 .Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf> . Acessado em 21/08/2019;

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017.** Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html?tema=76474&localidade=42. Acesso em 23/07/19.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Formação Administrativa.** 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/icara/historico> . Acesso em 20/02/2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População de Içara. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/icara.html>. Acesso em 06 de março de 2021.

INCA. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Secretaria-Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção - **Quadro para Controle do Tabaco. A importância e a urgência da diversificação de produção em áreas que produzem tabaco no Brasil.** Rio de Janeiro: INCA; 2014. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//nota-tecnica-a-importancia-e-a-urgencia-da-diversificacao-de-producao-em-areas-que-produzem-tabaco-no-brasil.pdf>. Acesso em: 01 de maio de 2020.

INCA. Instituto Nacional de Câncer **O que é a doença da “folha verde do tabaco” ou “mão verde”?** 2021. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/en/node/1743#:~:text=A%20%22doen%C3%A7a%20da%20folha%20verde,da%20subst%C3%A2ncia%20com%20a%20pele.>. Acesso em: 21 jan. 2021.

INCA. Instituto Nacional de Câncer. **Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco. Dados e números da prevalência do tabagismo**. 2019. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/observatorio-da-politica-nacional-de-controle-do-tabaco/dados-e-numeros-prevalencia-tabagismo#main-content>. Acesso em: 01 de maio de 2020.

INSTITUCIONAL. **FETAESC**. [s/d]. Disponível em: <https://www.fetaesc.org.br/quem-somos> . Acesso em: 16 mar. 2021.

JUNG, Gilvani Mazzucco. **Trabalho e resistência: a experiência subordinada de avicultores no sul catarinense (1990-2016)** / Gilvani Mazzucco Jung. - 2018. 284 p. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/5782>. Acessado em 15 de janeiro de 2020;

LEMOS, Lucas. **Comissão discutir a normativa para o campo**. Canal Içara, 2013, 25 de nov. de 2013. Disponível em: <https://www.canalicara.com/economia/comissao-discutira-normativa-para-o-campo-20990.html> . Acesso em: 16 mar. 2021.

LIMA, Robson Luiz. **Avaliação da destala mecanizada no processamento de fumo**. 2007. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sistemas e Processos Industriais. Universidade de Santa Cruz do Sul. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/229> . Acesso em 10/02/2021.

MARTINS, Suely Aparecida. **As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson: experiência e cultura**. Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, v. 2, n. 4, p.113-126, ago. 2006; Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13539/12404> . Acesso em 20 de abril de 2020.

MEYER, Lucila Mareli. **A relação entre produtores e agroindústria fumageira em Santa Cruz do Sul/RS**. 1993. 205 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/75979>. Acesso em: 15 de janeiro de 2020.

MIELITZ NETO, Carlos Guilherme Adalberto. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. SEAD/ UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. 82 p. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/56444/000784243.pdf?sequence=1>. Acesso em 20 de abril de 2020.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Instrução Normativa nº 10, de 13 de abril de 2007**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/legislacao-1/normativos-cgqv/pocs> . Acesso em: 10/02/2021

MPT. **Ministério Público do Trabalho aciona indústrias fumageiras por irregularidades trabalhistas**. Procuradoria Regional Do Trabalho Da 12ª Região. 2011 Disponível em: <https://mpt-prt12.jusbrasil.com.br/noticias/2132468/ministerio->

[publico-do-trabalho-aciona-industrias-fumageiras-por-irregularidades-trabalhistas](#) .

Acesso em: 6 abr. 2021.

NARDI, Jean Batiste. **O fumo no Brasil Colônia**. Coleção Tudo é História 121. São Paulo: Brasiliense, 1987.

NASCIMENTO, Rodrigo Zingales Oller do. **As políticas públicas antitabagistas e os efeitos à competição no mercado brasileiro de cigarro: uma análise crítica para debate**. 2012. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9404> . Acesso em: 15 jan. 2020.

NOBRE, Miriam. **Relações de gênero e agricultura familiar**. In: NOBRE, Miriam; SILIPRANDI, Emma; QUINTELA, Sandra; MENASCHE, Renata (Org.). Gênero e agricultura familiar. São Paulo: SOF, 1998. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/11/f1207relaes-de-genero-eagricultura-familiar---miriam-nobre.pdf>

O tabaco na história. BAT BRASIL, [s/d]. Disponível em: http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_AG6LVH.nsf/vwPagesWebLive/DO9YDBCK. Acesso em: 31 mar. 2021.

PAULILO, Maria Ignez, SCHMIDT, Wilson (Org.). Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. UFSC, 2003.

PAULILO, Maria Ignez. **O peso do trabalho leve**. Ciência Hoje. V. 5, n. 28, jan./ fev. 1987.

PAULILO, Maria Ignez. **Produtor e Agroindústria: Consensos e Dissensos**. O caso de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2011. 289 f. Disponível em: https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2012/07/tese_everton_picolotto_2011.pdf . Acesso em: 20/01/2021

PIRES, Murilo José de Souza. **AS IMPLICAÇÕES DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NA ESTRUTURA E NAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS DA REGIÃO CENTRO-SUL DE GOIÁS**. 2008. 134 f. Tese (Doutorado) - Curso de Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente, Unicamp, Campinas, 2008. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285810/1/Pires_MuriloJosedeSouza_D.pdf . Acesso em: 05 set. 2019.

PREFEITO Gentil da Luz conversa com fomicultores. Prefeitura Municipal de Içara, 2011, 21 de fev. de 2011. Disponível em: <https://www.icara.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaltem/5702/codNoticia/305128> . Acesso em: 16 mar. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IÇARA, 2020. Disponível em: <https://turismo.icara.sc.gov.br/sobre-a-cidade>. Acesso em 28 de janeiro de 2020.

REIS, M. M. **Conhecimentos, atitudes e práticas de agricultoras sobre o processo de produção de tabaco em um município da Região Sul do Brasil.** *Cad. Saúde Pública* [online]. 2017, vol.33, suppl.3, e00080516. 2017. ISSN 1678-4464. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v33s3/1678-4464-csp-33-s3-e00080516.pdf>. Acesso em 11/07/2019.

REUTERS. **Bolsonaro defende trabalho infantil: “não prejudica as crianças.”** 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/em-live-bolsonaro-afirma-que-trabalho-nao-atrapalha-criancas/> . Acesso em: 21 jan. 2021.

ROSA, Andréia dos Santos da Silva da. **As relações de trabalho no cultivo do fumo em São João do Sul nas décadas de 1960 a 1990.** 2014. 51 f. TCC (Graduação) - Curso de História, UNESC, Criciúma, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/2992/1/ANDR%c3%89IA%20DOS%20SANTOS%20DA%20SILVA%20DA%20ROSA.pdf>. Acesso em: 01 de agosto de 2019.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Mulher e Capitalismo.** In:SAFFIOTI, Heleieth I.B. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. Parte 1, p.51-107.

SANTOS, Johanna Steiner dos. **Escolhas e vivências dos colonos no processo de modernização do campo. Forquilha - Décadas de 60 e 70.** 2004. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/87205/211805.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 05 set. 2019.

SANTOS, Sirio Ezaaquieli dos. **As ações estratégicas do programa de erradicação do trabalho infantil no município de Santa Cruz do Sul – RS, no período de 2014 – 2015.** 2018. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Direito, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/2085/1/Sirio%20Ezaaquieli%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020.

SCHENATO, Stela. **Relações de gênero e trabalho no espaço rural fumageiro (Rio do Sul: 2000 – 2018).** Dissertação de Mestrado da Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/2555/Stela_Schenato_final_1571339376368_2555.pdf . Acesso em 30/11/2020

SCHNEIDER, Sergio. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate.** *Revista de Economia Política.* São Paulo, v. 30, n. 3, set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rep/v30n3/a09v30n3.pdf>. Acesso em: 26/01/2021

SIDRA. Sistema IBGE de Recuperação Automática. (s.d). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas> . Acesso em: 6 abr. 2021.

SILVA, Delmira Santos da Conceição. **Aspectos da sustentabilidade de explorações fumageiras no centro-sul de Sergipe**. 2019. 119 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/11139> . Acesso em: 15/01/2020.

SILVA, Filipe G. R.; SCHÜTZ, Guilherme Augusto; SOUZA, Daniel Augusto de. **A cadeia produtiva do fumo em Santa Catarina**. 2011. Disponível em: http://www.apec.unesc.net/VI_EEC/sessoes_tematicas/Tema8-Economia%20Regional%20e%20Urbana/Artigo-7-Autoria.pdf . Acesso em: 11/07/2019.

SILVA, Leonardo Xavier da. **Análise do Complexo Agroindustrial Fumageiro Sul-brasileiro sob o enfoque da Economia dos Custos de Transação**. Porto Alegre, UFRGS. 2002. 280p. (Tese de doutorado em Economia). Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/leonardo-xavier%20da%20silva/silva-leonardo-xavier-da-analise-do-complexo-agroindustrial-fumageiro-sul-brasileiro-sob-o-enfoque-da-economia-dos-custos-de-transacao-porto-alegre-ufrgs-2002-287p-tese-de-doutorado-em-economia>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

SILVA, Marineide Maria. **Trabalho, saúde e risco na fumicultura: um estudo de caso no município de Içara – SC**. 1999. Dissertação (Mestrado na Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; DORNELLES, Mizael; FERRARI, Stela. **Expansão da cultura do tabaco no sul do Brasil (1996-2006): características, mudanças e persistências na produção de tabaco e nos usos do território**. Revista Bibliográfica de Geografía Y Ciencias Sociales. Vol. XVII, nº 987, 5 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-987.htm>. Acesso em 23/09/19.

SORIANO, Rafael. **Agricultura familiar e o cultivo do fumo: mais de três séculos de dependência econômica**. MST. 2016. Disponível em: <https://mst.org.br/2016/08/30/agricultura-familiar-e-o-cultivo-do-fumo-mais-de-tres-seculos-de-dependencia-economica/>. Acesso em: 09 de junho de 2020.

SOUZA, Liége Alendes de. **Análise do contrato de integração entre produtores de fumo e a indústria fumageira**. 2010. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/608> . Acesso em: 20 jan. 2020.

THOMAS, A. L.; BREDEMEIER, C. Desenvolvimento da planta de fumo. In: THOMAS, A. L. (Org.). Desenvolvimento das plantas de batata, mandioca, fumo e cana-de-açúcar. Porto Alegre: UFRGS, 2016, p. 38-53.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**, v. I, A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**, v. II, A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da teoria: Ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. **Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial**. IN Costumes em comum. Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

UBA, Daniel. **Agricultores familiares e diversificação em áreas de cultivo de tabaco: o caso de Monte Castelo/SC**. 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/8886>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

VICINI, Jennifer Paola. **A territorialização da produção de fumo na mesorregião oeste do Paraná: sujeição da renda da terra e as formas de resistência do campesinato**. 2019. 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/4434> . Acesso em 14/01/2020.

WANDERLEY, M. N. B. **O campesinato brasileiro: uma história de resistência**. 2014. Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba-SP, v. 52, supl. 1, p. 25-44. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600002 . Acesso em: 15/02/2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **O Camponês: um trabalhador para o capital**. In: **Caderno Dif. Tecnol. Brasília**, 2(1): 13-78, jan/abr, 1985.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro anual da ANPOCS. Anais. GT17. Processos Sociais Agrários. Caxambu – MG, 1996.

APÉNDICE(S)

APÊNDICE A - cópia do termo de concessão de direitos de depoimento oral.

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL "

Pelo presente documento, **EU**

Entrevistado(a): _____,

RG: _____ emitido pelo(a): _____,

domiciliado/residente em (Av./Rua/nº/complemento/Cidade/Estado/CEP):

declaro ceder ao (à) pesquisador(a):

CPF: _____ RG: _____, emitido pelo(a): _____,

domiciliado/residente em (Av./Rua/nº/complemento/Cidade/Estado/CEP):

sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(a) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a), na cidade de _____, Estado _____, em ____/____/____, como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense. O (a) pesquisador(a) acima citado(a) fica conseqüentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor. _____

Local e Data:

_____, _____ de _____ de _____

(assinatura do entrevistado/depoente)

APÊNDICE B - roteiro/questionário semiestruturado.

AGRICULTORES

1. Nome:
2. Idade:
3. Você se considera: Trabalhador diarista, proprietário ou arrendatário?
4. Quantos hectares tem a propriedade?
5. O fumo é atividade principal da propriedade? Consegue se sustentar só com renda do fumo?
6. Quanto de terra destina ao fumo? Usa outra parte da terra para outras atividades?
7. Em que ano começaram a produzir fumo?
8. Por que decidiram produzir fumo?
9. Com qual empresa fumageira é integrado? Quando se integrou? Por quê?
10. Assinou contrato? O que achou do contrato? Conseguem entender tudo o que está no contrato? Leram ele por completo?
11. O contrato prevê que toda a produção deve ser entregue somente a empresa com qual você assina o contrato? A fumageira compra toda a sua produção? Se há excedente você vende para outros atravessadores?
12. Teve que fazer muitos investimentos em sua propriedade para iniciar o cultivo? Como fez estes investimentos?
13. Possui financiamentos, dívidas com bancos ou empresa integradora?
14. Com que frequência recebe visitas técnicas dos instrutores da integradora?
15. O que acha da assistência oferecida pelos instrutores?
16. O que acha do processo de classificação do fumo?
17. Quantas pessoas trabalham na propriedade?
18. Quais são as etapas da produção do fumo?
19. Ocorreram mudanças na forma de produzir fumo desde quando começaram a plantar na propriedade?
20. Como as leis trabalhistas criadas nos últimos anos afetaram o dia a dia da produção de fumo?
21. Como é feita a divisão do trabalho?
22. Quantos hectares são destinados a produção de fumo?
23. Quais as principais dificuldades na produção de fumo?
24. Tem filhos? Qual a idade deles? Eles trabalham na propriedade?
25. No contrato com a integradora a algo que proíbe o trabalho infantil? Qual a dificuldade de cumprir tal proibição?
26. Contratam trabalhadores diaristas para trabalharem na produção de fumo? Como é a relação com esses trabalhadores?
27. Você já trabalhou como diarista na produção de fumo?
28. Conhecem alguém na região que trabalha como diarista?
29. Como é a relação com os vizinhos produtores de fumo, fazem algum tipo de troca de dias de trabalho?

31. Qual sua opinião sobre o uso dos agrotóxicos?
32. Como ocorre o descarte dos frascos de agrotóxicos?
33. Vocês usam os equipamentos de proteção necessários para o manejo de agrotóxicos na propriedade?
34. Na hora da colheita são usados os equipamentos de proteção?
35. A empresa fumageira fornece esses equipamentos? Eles têm algum custo para vocês?
36. Já houve casos de intoxicação por agrotóxicos na família?
37. Existem casos de problemas de saúde causados pelo trabalho no fumo na propriedade? Problemas causados por movimentos repetitivos, pela posição do trabalho ou pelo excesso de peso?
38. Já teve prejuízo ocasionados pelo clima, como temporais, secas e geadas? A empresa fumageira auxiliou com os prejuízos?
39. Planeja aumentar ou diminuir a produção?
40. Já inseriu outros cultivos na propriedade além do fumo? Por quais motivos?
41. Você gosta de produzir fumo?
42. Você está satisfeito com a empresa fumageira? Gostaria que algo mudasse? Se sim, o que?
43. Já pensou em deixar de produzir fumo? Quais são as dificuldades que encontraram para parar com a produção de fumo?
44. Você se considera um agricultor familiar?
45. Você é filiado a alguma Cooperativa, sindicato, associação de agricultores?
46. Já participou de alguma mobilização ou ato a favor dos produtores de fumo?

ANEXO (S)

ANEXO A - Recorte de Jorna O Estado – 24 de março de 1993, página 06;

Fumicultor revoltado com a indústria que mudou critério

Produtores se reúnem em Içara para ver que fazer contra as fumageiras

IÇARA — Os fumicultores da região Sul do estado estão revoltados com as indústrias fumageiras que estão alterando os critérios de avaliação da qualidade do produto, criando crise no setor. Os produtores estão se organizando e promovem encontro regional na próxima sexta-feira à tarde, em Içara, para traçarem linhas de ação contra as indústrias.

Depois de conseguirem uma supersafra e boa qualidade do produto, a esperança do fumicultor do Sul está caindo por terra. Como está havendo sobras de

produto no mercado, as empresas fumageiras estão reduzindo os valores na avaliação qualitativa. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Içara, Rizzieri Zefiro Dagostin, atualmente existem apenas quatro indústrias que estão comprando e, como há excesso de fumo, resolveram baixar a escala para duas categorias abaixo, fazendo com que o produtor fique em prejuízo.

No ano passado a produção foi de 514 toneladas, enquanto nesta safra ultrapassa a 580 mil. As indústrias só admitem adquirir em torno de 500 mil toneladas, havendo o risco do excedente se perder. "Não existe outra saída para o setor, senão convocarmos

todos os produtores para não repassar o produto. No encontro de sexta-feira vamos tentar conseguir que as empresas voltem atrás e mantenham a mesma política dos anos anteriores", ressaltou Dagostin. Entre outras reivindicações, os produtores de fumo querem que os empréstimos sejam feitos diretamente com o Bndes, sem que as fumageiras sirvam de intermediárias.

Até o ano passado, segundo os produtores, a situação ainda era sustentável, mas com a diminuição de empresas compradoras existe a possibilidade de parte do fumo não ser entregue, já que os empresários estão jogando com a queda do preço.

ANEXO B – recorte jornal A Notícia – em 27 de março de 1993, página 06;

Fumicultores realizam uma assembleia em Içara

Içara — Os fumicultores do Sul de Santa Catarina são responsáveis por cerca de 55% do fumo colhido no Estado. A região neste ano conseguiu produzir algo em torno de 120 mil toneladas e deste total 40% ainda não foram comercializadas, pois as fumageiras não admitem comprar o excedente. Tentando achar uma solução para este problema, cerca de 1.500 produtores de fumo da região vão realizar uma assembleia geral às 14 horas de hoje, no ginásio municipal de esportes de Içara.

A intenção principal dos fumicultores é tentar sensibilizar as fumageiras, conforme explica Antoninho Rovaris, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo. "A idéia é tentar sensibilizar as fumageiras para que absorvam todo o volume produzido de fumo, uma vez que foi produzido muito mais do que o necessário e isto está gerando problemas sociais, já que o fumo excedente está estocado e estragando".

Outro problema encontrado pelos fumicultores do Sul, é o fato das indústrias fumageiras terem mudado seus critérios de seleção e classificação do produto. O fumo

que antes era classificado como sendo de primeira qualidade, agora é avaliado como sendo inferior o que acaba acarretando uma significativa queda em seu preço. A maior parte das plantações de fumo está localizada em pequenas propriedades e este é outro fator preocupante. "Como é o pequeno agricultor que planta fumo, fica difícil para ele ter outros cultivos paralelos", lembra o vice-prefeito e secretário da Agricultura de Forquilha, Valberto Arns.

De acordo com Arns, todo o problema com a safra do fumo surgiu a partir da excelente comercialização que o produto teve no ano passado, o que incentivou muitos produtores a plantar mais que o pré-estabelecido com as indústrias. "As indústrias fumageiras fazem junto ao agricultor uma previsão de quanto vão precisar, só que este ano o agricultor além de ter plantado mais do que estava pré-estabelecido, está sofrendo pois a safra superou todas as expectativas, tendo uma produtividade por hectare bem maior que o normal, daí cerca de 40% do fumo produzido em Forquilha não estar sendo vendido", disse.

ANEXO C - Recorte do jornal A N Regional – 02 de abril de 1993, pág. 01

Luiz Augusto Del Moura

O primeiro trimestre deste ano está sendo altamente negativo para a agricultura do Sul de Santa Catarina. Duas das principais atividades do setor (arroz e fumo) vêm apresentando problemas.

No arroz, principalmente cultivado na região do *Vale do Araranguá*, as incessantes chuvas ocorridas durante o mês de fevereiro, aliadas a pragas como o vírus da bronose (que ataca os caixos do arroz), ocasionaram quebra na safra, em alguns casos, de até 70%. A maioria deverá colher em torno de 30% a menos que o previsto.

Com o fumo, a outra atividade agrícola forte do Sul do Estado, a situação é inversa. Os fumicultores plantaram uma área maior que a do ano passado e o rendimento (tonelada/hectare) aumentou significativamente. Com isto, cerca de 40% do fumo produzido na região estão sem comercialização e estocados em galpões. Como a produção de fumo neste ano foi maior que a esperada, as indústrias fumageiras estão adotando critérios mais rígidos na hora da classificação do produto. Como consequência disto, o preço pago ao agricultor

tem caído de maneira considerável. O fumo que no ano passado foi classificado como sendo de primeira este ano é tido como inferior.

Para buscar uma solução para o impasse, na última semana os fumicultores se reuniram em *Içara*, distante 12 quilômetros de Criciúma. Os mais de 3.500 pequenos e médios agricultores, concluíram que o caminho é montar comissões municipais para tratar diretamente com as fumageiras a comercialização desta safra, num preço mais compatível com os gastos de produção. Enquanto isto não ocorrer, os fumicultores decidiram interromper a comercialização do fumo.

As prefeituras da região também estão se mobilizando para tentar auxiliar os agricultores. No próximo dia 6, na sede da Acaresc em Araranguá, haverá um encontro com a maioria dos secretários municipais de Agricultura da região.

Eles vão discutir formas de pressionar os governos estadual e federal para encontrar uma solução para a questão. Além dos problemas com a produção, quebra do arroz e superprodução no fumo, os agricultores estão reclamando das altas taxas de juros no setor, a principal reclamação diz respeito ao Finame.

ANEXO D – Recorte de jornal O Estado - 30 de abril de 1993, pág. 06;

Araranguá, 30 de abril de 1993 □ Sexta-feira

Fumicultores param a 101 amanhã em Içara

ICARA — Os fumicultores da região Sul de Santa Catarina vão paralisar a BR-101 na altura do trevo da Vila Nova, no município de Içara, amanhã, a partir das 13h30min, por uma hora. A decisão partiu de uma assembléia geral realizada na quarta-feira à noite, quando cerca de dois mil plantadores de fumo resolveram protestar contra as fumageiras que alteraram os critérios de avaliação do produto da última safra. Também faz parte da medida a revolta dos fumicultores em sinal de protesto contra a posição do governo federal em não alterar as formas de pagamento do fime Rural.

Além da paralisação na próxi-

ma segunda-feira da BR-101, no trevo de Araranguá, onde estarão envolvidos todos os produtores rurais, os fumicultores do Sul resolveram tomar essa medida na tarde de sábado. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Içara, Rizzieri Zefiro Dagostin, os fumicultores estão revoltados com as fumageiras que alteraram os critérios de avaliação da qualidade do produto, gerando crise no setor. No protesto serão queimadas duas toneladas de fumo que foram perdidas pela não comercialização devido ao apodrecimento.

O fumicultor quer ainda uma melhor deficição das regras para a próxima safra.

ANEXO E – Recorte do jornal O Estado – 04/05/1993 – pág. 07

Paranópolis, 4 de maio de 1993 □ Terça-feira

O ESTADO

Fevereiro 7

Agricultores param a BR-101 em Araranguá

Se não tiverem dívidas quitadas, produtores vão fechar o Banco do Brasil

ARARANGUÁ — Mais de 2 mil agricultores da Região Sul do estado paralisaram ontem a BR-101, na altura do trevo da estrada para Araranguá. Eles fizeram manifestos em sinal de protesto pela forma de cobrança do Fincam Rural, além de reivindicar uma política específica pa-

ra a zona. Na tarde de sábado, aproximadamente mil produtores interromperam o tráfego naquela rodovia, no trevo da Vila Nova, município de Içara quando passaram nova faixa de asfalto.

O primeiro protesto ocorreu no tarde de sábado, por uma hora, a partir das 14 horas, ocasião em que foram colocados dois quilômetros de fitas que chegaram a dois quilômetros. Os produtores não se revoltaram com as farmagêntes, que não estão qualificados a pro-

duzir de maneira correta, classificando o caso sendo de qualidade inferior. A maioria do produto anterior a chegada de rodovia, ou a presença dos produtores.

Na manhã de ontem, por volta de 8 horas, foi a vez dos municípios protestar. Eles chegaram cedo ao local, e teve de ser em Araranguá, e colocaram suas fitas na estrada rodovia. Com fitas e cartazes exigindo respeito, uma política definida para o setor e para que o Fincam Rural

seja revisto, passaram a cobrar suas máquinas, aproximadamente 600 tratoras, máquinas e BR-101. Participaram de Polícia Rodoviária Federal, apenas observaram a manifestação.

"Estes foram os dois maiores movimentos de aglomeração de agricultores da Santa Catarina e, certamente, se não houvesse o apoio dos produtores, não teria sido possível", afirmou o vice-prefeito de Forquilha, Valério Am-

que também é um dos líderes do movimento. Segundo ele, tal exigência não tem uma política adequada para os pequenos produtores, há o envolvimento com o Fincam Rural e que os produtores necessitam regime de amortização especial.

Em um de seus discursos, ele parou que os produtores reivindicam, ocasião da Agricultura e presidente da República, além da necessidade de adotar as soluções governamentais em

defesa dos produtores em que vi- vem hoje os pequenos produtores rurais", acrescentou.

Os produtores de municípios dos trabalhadores rurais presentes ao protesto, asseguraram participação para uma greve mais definitiva ou a manifestação não de resultado. O fechamento da Superintendência de Recursos Humanos em Florianópolis, e de apoio em pelo menos 10 municípios da Região Sul, são as ações propostas dos agricultores.